



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

ANTÔNIA DINIZ

**A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO
FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA
COLABORATIVA**

Rio Branco - Acre
2021



ANTONIA DINIZ

A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (a) em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Orientador Cesar Gomes de Freitas

Rio Branco - Acre

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D585 Diniz, Antonia
A inclusão dos estudantes com deficiência visual no Instituto Federal do Acre sob múltiplos olhares numa perspectiva colaborativa. / Antônia Diniz; Cesar Gomes de Freitas. – Rio Branco, 2021.
177 p.: il. (color.)

Orientador: Dr. Cesar Gomes de Freitas
ISBN: 978-65-00-28542-0

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC. *Campus* Rio Branco, 2021.

1. Educação Profissional. 2. Ressignificação curricular. 3. Deficiência visual. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. II. Título.

CDD 371.9046

ANTONIA DINIZ

A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Gomes de Freitas - Presidente da banca

Doutor em Ensino em Biociências e Saúde - IFAC

Presidente da Banca

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Doutorado em Ciências/Biologia Celular e Molecular. - IFAC

Avaliador interno

Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto

Doutor em Educação - UFAC

Avaliador externo

ANTONIA DINIZ

A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA

Produto educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Validado em: ___/___/___

BANCA VALIDADORA

Prof. Dr. César Gomes de Freitas - Presidente da banca Doutor
em Ensino em Biociências e Saúde - IFAC

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutorado em Ciências/Biologia Celular e Molecular - IFAC
Avaliador interno

Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto - Avaliador externo
Doutor em Educação - UFAC

Dedico a meus pais Maria Peligrina Diniz e Sebastião Ferreira Diniz por tudo que fizeram por mim, sempre sábios e errantes, com a certeza de que seríamos pessoas de bem. A meus irmãos, irmãs e amigos.

Especialmente aos meus filhos Eduardo, Arthur Willian e Letícia Heloísy, que são a razão de todo meu esforço e dedicação, são eles que me dão ânimo para seguir nas trilhas de uma vida marcada pelas lutas e conquistas até aqui, com a graça de Deus. A meu esposo Dulivan Nascimento por me apoiar nos afazeres corriqueiros e com as crianças, além de me auxiliar com uso da internet e outros recursos que nem sempre são acessíveis, isso muito contribuiu para eu desenvolver a pesquisa com mais tempo livre.

A minha madrinha Sônia Maria dos Santos por ter me incentivado desde minha infância a estudar foi a primeira professora a apostar que a deficiência visual não impediria meu percurso educacional, mesmo sabendo de todas as dificuldades sempre acreditou que isso era possível.

Ao Alcides Bento de Azevedo: professor de Braille, um ser humano incentivador e atuante na causa das PcD, que ficou cego aos 11 anos de idade em um seringal amazônico, vítima de acidente doméstico, assim como eu teve que deixar sua família para ir em busca de estudar. Ele foi para Belo Horizonte (MG), passados anos, retornou ao Acre onde criou um INTERNATO para moças com deficiência visual oriundas da zona rural, foi então que em 2000, abracei tal oportunidade, cujas benesses para mim e outras meninas DV refletem até hoje como é o caso deste título de mestra motivo de orgulho a ele e sua esposa Iracema Cavalcante minha gratidão eterna.

A uma amiga que a vida me deu durante a elaboração da dissertação e produto educacional, Valdirene Oliveira, não poderia deixar de reconhecer seu empenho em me ajudar, mesmo estando num curso de Doutorado, ainda assim, reservou tempo para me ensinar muitas coisas no campo científico e na vida. Sua visão sobre as pessoas com deficiência condiz com a realidade e eu sinto verdade nas suas palavras, visto que a maioria das pessoas que atuam na Educação Especial não veste a “camisa” falam a mesma “língua” daqueles que entravam o processo de inclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus não pelo que sou e sim por tudo que Ele é. Um Deus de bondade, santidade, majestosamente belo, a ti meu Deus minha eterna gratidão em nome de seu filho Jesus Cristo.

Ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre, por oportunizar acesso às pessoas com deficiência ao programa de mestrado /ProfEPT, não porque se trate de favores, mas sim, pelo fato de não buscar silenciar nossa voz no campo científico. Tal iniciativa reflete como ações de uma instituição que vislumbra um dia ser um espaço inclusivo.

Agradeço ao Prof. Dr. César Gomes de Freitas, que em certa medida me ajudou. Uma de suas maiores virtudes foi não me “atrapalhar”, sempre me deixou seguir minhas convicções frente aos propósitos da pesquisa.

A todos os professores do programa e colegas que juntos ressignificamos conceitos, medos, “verdades” e diversas frentes de conhecimento compartilhadas e reconfiguradas em nós.

Em especial aos colegas da turma de 2019 e 2018 do programa de pósgraduação ProfEPT - Ifac os quais muito contribuíram tanto no processo da construção de conhecimento, quanto na vida cotidiana desde as lamúrias até as alegrias como meus caros colegas abaixo relacionados: Altino Farias, Alessandra Angelli, Mariclícia, Nick Andrew Ugalde.



Descrição da Imagem acima: Um globo representando o planeta Terra, uma mulher chamada Antonia, com bengala verde que representa a baixa visão, saindo de uma estrada de terra na zona rural e a sua frente está o universo o que simboliza a história da mestrandia Antonia Diniz

DINIZ, Antonia. **A inclusão dos estudantes com deficiência visual no instituto federal do acre sob múltiplos olhares numa perspectiva colaborativa**.2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Científica e Tecnológica - ProfEPT) - Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica, Rio Branco, AC, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa tem por tema A Inclusão do Aluno com Deficiência Visual no Instituto Federal do Acre - *Campus* Rio Branco, foi realizada objetivando analisar e discutir o olhar docente, a percepção dos estudantes com deficiência, a atuação do Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas e gestão institucional. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa e aplicada. O método utilizado é Estudo de caso e teve por instrumentos de coleta de dados questionários, entrevistas e grupo focal. Para a análise dos dados, pautou-se na Tematização de Fontoura (2011). Os resultados esperados foram significativos, pois as discussões trazem elementos que esclarecem, orientam, questionam e impulsionam o processo educacional inclusivo, além de possibilitar outras voltadas para o âmbito da inclusão das pessoas com deficiência em todos os ambientes da sociedade. Ancora-se nas teorias interacionista de Vygotsky e humanista de Paulo Freire. Com esse estudo foi possível constatar os problemas que nos instigaram além de identificar outros existentes no espaço pesquisado, o que resultou em dois resumos expandidos e cincartigos científicos que compõem essa dissertação e em um produto educacional, cuja análise dos dados sinalizam para a urgência de uma tomada de posição por parte da instituição palco do presente estudo, a importância de se repensar as práticas educativas numa perspectiva integrada, ofertar formação contínua de professores a fim de proporcionar um ensino acessível no qual todos os educandos possam adquirir e compartilhar conhecimentos, partindo do princípio da heterogeneidade no sentido de se desconstruir e ressignificar paradigmas e preconceitos à luz da igualdade de condições, ainda que, por caminhos diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional. Ressignificação curricular. Deficiência. Humanização.

DINIZ, Antonia. **The inclusion of visually impaired students in the federal institute of acre under multiple perspectives in a collaborative perspective.**2021. Dissertation (Professional Master in Science and Technology Education - ProfEPT) - Federal Institute of Education, Science and Technology, Rio Branco, AC, 2021.

ABSTRACT

This research has as theme The Inclusion of Students with Visual Disabilities in Ifac - Campus Rio Branco, was carried out with the objective of analyzing and discussing the teaching perspective, the perception of students with disabilities, the performance of the Support Center for People with Specific Educational Needs and institutional management. It is, therefore, a qualitative and applied research. The method used is Case Study and had questionnaires, interviews and a focus group as instruments of data collection. For the analysis of the data, it was based on the Thematization of Fontoura (2011). The expected results were significant, since the discussions bring elements that clarify, guide, question and boost the inclusive educational process, in addition to enabling other research focused on the scope of inclusion of people with disabilities in all environments of society. It is anchored in the socio-historical theories of Vygotsky and the humanist of Paulo Freire. With this study it was possible to verify the problems that instigated us in addition to identifying others existing in the researched space, which resulted in two expanded abstracts and four scientific articles that make up this dissertation and in an educational product, whose analysis of the data indicates the urgency of a position taken by the institution that is the stage of the present study, the importance of rethinking educational practices in an integrated perspective, offering continuous teacher training aiming at accessible teaching in which all students can acquire and share knowledge, based on the principle of heterogeneity in the sense of deconstructing and reframing paradigms and preconceptions in the light of equal conditions, albeit in different ways.

KEYWORDS: Professional education. Curricular reassignment. Deficiency. Humanization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFAC	Instituto Federal do Acre
CRB	Campus Rio Branco
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
PcD	Pessoa com Deficiência
DV	Deficiente Visual (pessoa com deficiência visual)
EE	Educação EPT/ Educação Profissional e Tecnológica
PE	Produto Educacional
TECNEP	Proposta de Inclusão Tecnológica das PcD na EPT
TA	Tecnologia Assistiva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
RESUMO EXPANDIDO: CAPITALISMO: O ESTEIO DA PERPETUAÇÃO DAS BARREIRAS ATITUDINAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	21
2.1 RESUMO	22
2.2 INTRODUÇÃO DO 1º RESUMO EXPANDIDO	23
2.3 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS DO 1º ARTIGO	26
2.4 REFERÊNCIAS DO 1º RESUMO EXPADINDO	27
3 RESUMO EXPANDIDO: A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO ²³	29
3.1 RESUMO	30
3.2 INTRODUÇÃO DO 2º RESUMO EXPANDIDO	30
3.3 METODOLOGIA	31
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
3.5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS DO 2º RESUMO EXPANDIDO	34
3.6 REFERÊNCIAS DO 2º RESUMO EXPANDIDO	35
4 ANÁLISE DIAGNÓSTICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO IFAC2	36
RESUMO DO 1º ARTIGO	37
INTRODUÇÃO DO 1º ARTIGO	38
METODOLOGIA DO 1º ARTIGO	39
REFERENCIAL TEÓRICO	40
RELATOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL /NAPNE	51
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	57
5 ARTIGO: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOBRE A INCLUSÃO NO IFAC /CAMPUS RIO BRANCO ³	60
5.1 RESUMO DO 2º ARTIGO	61
5.2 INTRODUÇÃO	61
5.3 METODOLOGIA	62
5.4 ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS: PROCESSOS PEDAGÓGICOS NO ÂMBITO DA INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL	63
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
5.6 REFERÊNCIAS	78
6 ARTIGO: A PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE A INCLUSÃO DOS EDUCANDOS DEFICIENTES VISUAIS: PERSPECTIVA COLABORATIVA 4	83
6.1 RESUMO DO 3º ARTIGO	84
6.2 INTRODUÇÃO	85
6.3 METODOLOGIA	86
6.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS	87
6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
6.6 REFERÊNCIAS	105
7. ARTIGO: A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES ⁵	109
7.1 RESUMO DO 4º ARTIGO	110
7.2 INTRODUÇÃO	111

7.3 METODOLOGIA	112
7.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-LEGAIS.....	113
7.4.1 Inclusão de alunos com deficiência visual na educação profissional.....	117
7.4.2 Resultados e Discussão	118
7.4.3 O lugar de fala da gestão/IFAC/CRB	122
7.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	128
8 ARTIGO: AVALIAÇÃO COLABORATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL NO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA	131
8.1 RESUMO DO ARTIGO	132
8.2 INTRODUÇÃO.....	133
8.3 METODOLOGIA	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS	151
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
10 APÊNDICE A	155
11 APÊNDICE B	158
12 APÊNDICE C.....	163
13 APÊNDICE D.....	167

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorre da pesquisa de mestrado no Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado no Instituto Federal do Acre-IFAC, cujo tema é a inclusão dos discentes com deficiência visual. Nesse sentido buscou-se investigar o processo de inclusão dos alunos DV à luz de múltiplos olhares, tencionando contribuir com a instituição em tela. A partir das fragilidades identificadas no ensino/aprendizagem destes alunos propôs-se um produto educacional, o qual visa colaborar com o processo inclusivo sob a ótica da acessibilidade atitudinal, comunicacional, pedagógica, tecnológica etc.

A escolha da temática justifica-se a partir da realidade sentida e observada pela autora desta pesquisa que é pessoa com deficiência visual (baixa visão) e especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Trabalha há onze (11) anos no âmbito da inclusão da PcD. E fundamentalmente por conhecer e vivenciar a exclusão e à falta de acessibilidade haja vista que isso é um problema que atinge a muitas pessoas que foge ao padrão de corponormatividade socialmente preestabelecido, conforme assevera Diniz (2007).

Desde o início das aulas do mestrado (ProfEPT) a referida PcD/DV enfrentou muitas dificuldades em acessar de modo pleno os conteúdos aplicados, pois os docentes não dispunham de formação específica para lidar com os alunos PcD. A instituição não ofertou o serviço de monitoria, o NAPNE também se mostrou fragilizado quanto ao atendimento e acessibilidade, sendo uma panorâmica clara de que se precisa de intervenções no sentido de aprimoramento do ensino/aprendizagem acessível destes educandos.

Com a problemática da pandemia da Covid-19, com a indispensabilidade do ensino remoto, as dificuldades aumentaram significativamente, se o apoio já era incipiente aí piorou e muito, causando maiores esforços físicos e emocionais da pesquisadora DV em questão, Além disso, dificultou a aplicabilidade do produto educacional/PE, visto que o distanciamento social obrigatório inviabilizou a aplicação do mesmo com os públicos-alvo no IFAC/CRB. Por outro lado, a autora deste estudo, desenvolveu o PE com base em situações reais para pessoas reais. Ela já realiza em sua atuação profissional a maioria das proposições apresentadas no PE e valendo-se de teorias e práticas pode-se depreender que não será possível

haver ensino acessível sem que haja intervenção da gestão escolar, assim como atuação em regime de colaboração mútua entre todos os setores.

Enfatiza que não trabalha na contramão do real sentido da inclusão, enquanto que grande parte das escritas, discursos, percepções inclusivistas tendem a creditar na conta dos professores da sala comum a responsabilização total pelo ensino acessível, ela entende assim como os demais participantes PcD/DV que os professores precisam de suporte institucional para terem melhores condições formativas e por conseguinte desenvolverem melhores práticas educativas, os quais devem assumir um lugar de aliados potenciais na construção de ambientes inclusivos ao invés do conformismo social que os colocam como vilões tencionando mudar a direção das realidades existentes para camuflar a falta de compromisso dos sistemas de ensino e da gestão institucional

Elegeu-se por problema a ser debatido neste estudo a identificação e discussão sobre: Quais os principais fatores que obstruem o processo de inclusão das pessoas com deficiência visual? E diante dos fatores negativos encontrados durante a pesquisa, elaborar um produto educacional que contribua a minimizar as barreiras existentes, principalmente atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e tecnológicas, enfatizando à percepção docente, a concepção dos alunos PcD e a atuação do NAPNE e as ações da gestão ante a realidade institucional

O objetivo geral Pautou-se em Analisar e discutir quais os principais fatores que influenciam no processo de inclusão das pessoas com deficiência visual no IFAC/CRB.

Essa dissertação está organizada em dois resumos expandidos publicados em anais do II Congresso de Ciência e Tecnologia/IFAC 2019 (Conc&t), como elementos introdutórios, cinco artigos e considerações finais. Intitulados: Capitalismo: o esteio da perpetuação das barreiras atitudinais; A linguagem adaptativa rompendo barreiras no processo de inclusão; Análise diagnóstica sobre a inclusão de estudantes com deficiência no *Campus* Rio Branco do Instituto Federal do Acre; A Percepção dos estudantes com deficiência visual sobre a inclusão no IFAC /*Campus* Rio Branco; A Percepção docente sobre a inclusão dos educandos deficientes visual: numa perspectiva colaborativa, A inclusão de estudantes com deficiência visual no Instituto Federal do Acre sob múltiplos olhares e Avaliação colaborativa do produto educacional no ensino remoto em tempos de Pandemia.

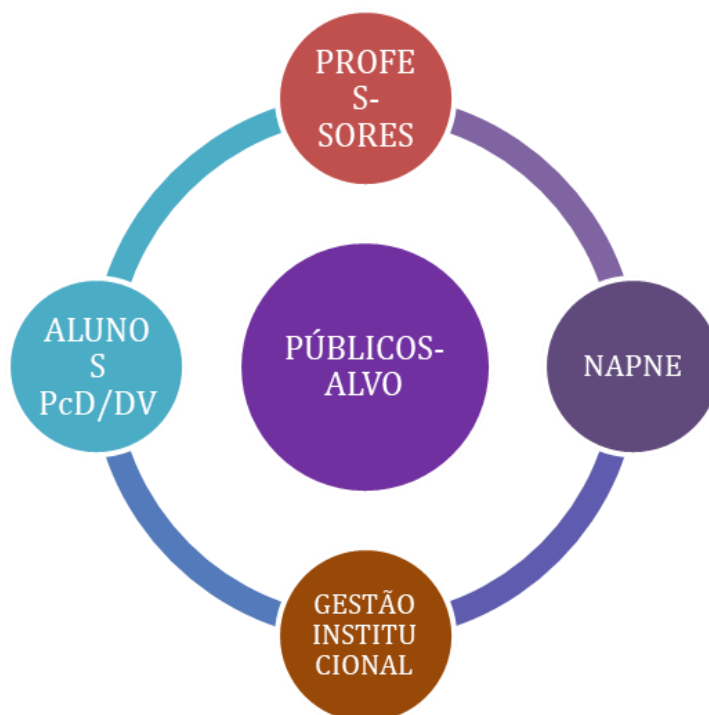
Os resumos expandidos supramencionados relacionam-se diretamente com o Tema trabalhado, posto que o processo de exclusão das pessoas com deficiência remonta de uma série de fatores, sendo os modos de produção e a acessibilidade comunicacional talvez os mais influentes, sendo os modos de produção um mecanismo silenciador/opressor e a linguagem adaptativa via de acesso ao conhecimento possibilitando as PcD o ato de resistência contra todos os tipos de exclusão ao longo da história da humanidade. Assim sendo, optou-se em trazer à baila a influência do capitalismo que segue orquestrando o capacitismo, o silenciamento intencional e a invisibilidade coletiva destas pessoas. Já a linguagem adaptativa, funciona como uma forma de combate às barreiras comunicacionais, pois, se “movimenta” na direção de proporcionar condições iguais por vias diferentes conforme ensina Vygotsky (1988)

A escrita guiou-se à luz das teorias sociointeracionista de Lev Vygotsky e humanista de Paulo Freire, os quais figuram entre os principais autores e legislação que embasam a presente pesquisa abaixo destacados.



A metodologia deu-se numa perspectiva analítico-exploratória e descritiva segundo Gil (2008), buscou-se analisar a realidade do processo inclusivo na referida instituição numa ótica colaborativa, objetivando uma leitura fidedigna do trato dado, da acessibilidade e ensino ofertado aos educandos PcD. Registre-se que o público envolvido neste estudo muito contribuiu participando efetivamente

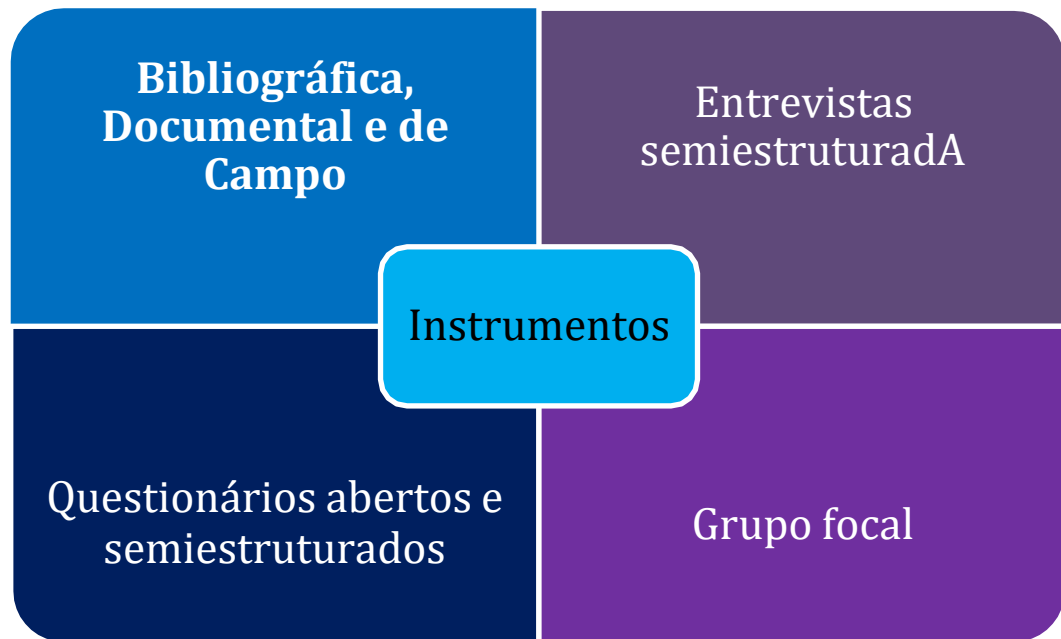
colaborando no sentido das indagações relevantes ao propósito da pesquisa em tela



Ancorou-se na abordagem qualitativa conforme Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2016) na análise dos dados conforme a tematização de Fontoura (2011), primando pelo máximo alcance às informações necessárias e apontamentos contributivos na viabilização do ensino/aprendizagem dos discentes com deficiência visual alicerçamo-nos também na psicologia de Lev Vigotisky, e na teoria humanista de Paulo freire, com intuito de propor uma discussão sociocrítica e reflexiva, trazendo os sujeitos atores das inter-relações educacionais no que tange a inclusão dos alunos PcD/DV a ser parte, e não fazer parte, da construção de propostas, recursos educacionais, novas práticas pedagógicas ações inclusivas, formação contínua de professores no âmbito da educação especial na perspectiva inclusiva e atuação institucional, visando eliminar diversas barreiras que dificultam a cidadania plena destas pessoas na sociedade.

Destacamos a ilustração abaixo para maior compreensão dos aspectos metodológicos adotados:



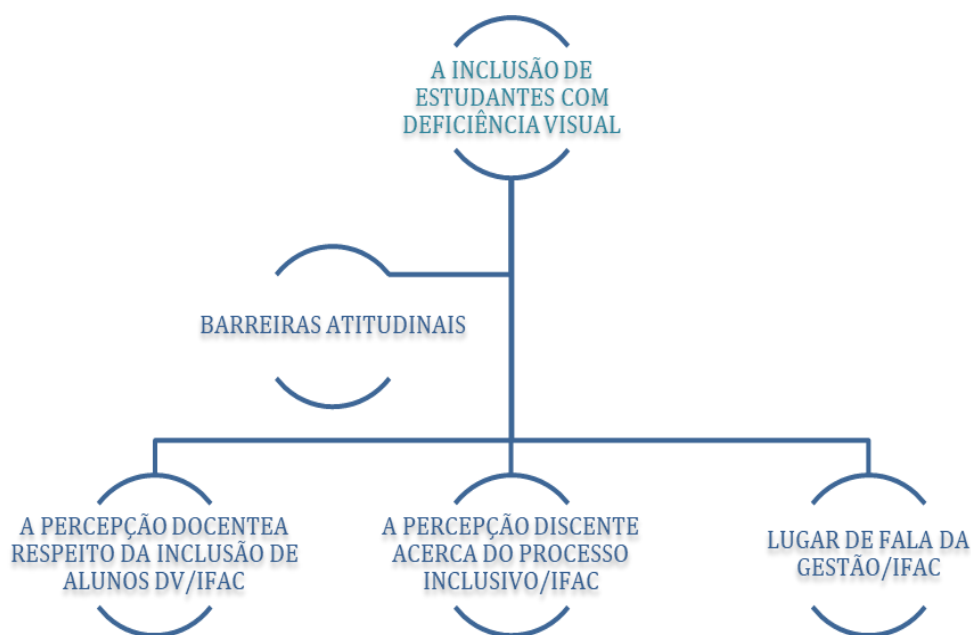


Elegeu-se a TEMATIZAÇÃO de Fontoura (2011) como técnica de análise dos dados, visto que permite maior flexibilização, por se tratar de dez (10) passos a serem seguidos, porém não é exigível ao pesquisador lançar mão de todos eles, mas sim, selecionar aqueles que melhor atender os objetivos da pesquisa. Sustenta-se nos aspectos do método dedutivo funcionando como “espinha dorsal” sendo o grande tema, base para os subtemas, os quais compõem o desenrolar temático tecendo “fios” articulados, cuja finalidade principal é manter a integração do tema central com os subtemas necessários a responder ao propósito pesquisado inter-relacionando-se estreitamente teoria e prática, quando

houver dados pesquisados em campo. Além disso, considera que quando se tratar de pessoas os números não devem ser analisados por porcentagem, haja vista que não há meia pessoa por exemplo. Além disso, é importante a articulação entre as referências utilizadas.

À luz da tematização de Fontoura (2011) utilizou-se o grande tema no caso, a Inclusão dos estudantes com deficiência visual, acompanhado de diversos temas menores (subtemas) e a abordagem qualitativa, cuja natureza amplia a margem de possibilidades de uma análise pormenorizada, viabilizando resultados significativos.

Observe a representação abaixo:



Os senhores/banca examinadora/leitores, irão se deparar com algumas repetições de conceitos, elementos textuais etc, tendo em vista que cada um destes artigos já foi submetido a revistas científicas diferentes, e para manter o sentido e propósito da escrita ao se lê os artigos separadamente, tornou-se indispensável a utilização de tais repetições.

Assim, foi possível constatar as hipóteses levantadas, as quais motivaram a realização da presente pesquisa, além de ampliar procedimentos metodológicos e identificar outros problemas no tocante ao processo inclusivo no IFAC/Campus Rio Branco, fatores que muito contribuiu para a elaboração do produto educacional que tem por fim auxiliar de modo efetivo a inclusão dos educandos com deficiência visual no referido espaço educacional, bem como, em outras instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 12/05/2020.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 147º da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

FONTOURA, Helena Amaral. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa quantitativa. In: Helena Amaral da Fontoura. (Org.). Formação de professores e 111 diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa. 1ed. Niterói: Intertexto, 2011b, v. 1, p. 61-82.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, M. T. E. Escola dos diferentes ou escolas das diferenças? Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-dasdiferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

SASSAKI, R. K. A vida de um Assistente Social Divulgando empoderamento. Bengala Branca, 2011.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

RESUMO EXPANDIDO: CAPITALISMO: O ESTEIO DA PERPETUAÇÃO DAS BARREIRAS ATITUDINAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

¹apresentado no V Congresso de Ciência e Tecnologia do IFAC (Conc&t), V Congresso de Ciência e Tecnologia do IFAC -CONC&T: educação 4.0: inovação e criatividade na era digital, vol.6, 2020. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1DxE4cj-DkXR-88fEELeLluz8W9YhwE1d/view>

2.1 RESUMO

O presente artigo objetiva relacionar a influência negativa do sistema capitalista no tocante a perduração das barreiras atitudinais da antiguidade a contemporaneidade os modos de produção apresentam dificuldades no processo de inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho. Foi desenvolvido em três eixos: panorâmica a respeito da deficiência e barreiras atitudinais por meio de contextualização bibliográfica e estudos socializados que inter-relacionam capitalismo/barreiras atitudinais. Por fim, aborda sobre a Educação Especial e o mundo do trabalho. Dada análise, conclui-se que o estreitamento capitalismo/barreiras atitudinais, permanece reproduzindo desigualdade social, discriminação, baixa escolaridade, desemprego, etc. Contribuindo, assim, para arraigar a concepção de incapacidade das pessoas com deficiência em nossa sociedade.

Palavras-Chave: Educação; Trabalho; Capitalismo; sociedade; Deficiência.

2.2 INTRODUÇÃO DO 1º RESUMO EXPANDIDO

O presente artigo tem por finalidade analisar a trajetória histórico-sociológica das pessoas com deficiência sob a ótica do capitalismo. Considerando a luta das pessoas com deficiência ao longo da história, tendo nas barreiras atitudinais, ancoradas no sistema capitalista os principais problemas que obstruem o processo de inclusão.

Para isto, foram realizados: estudos bibliográficos na área da Educação Especial e bases conceituais em educação profissional, científica e tecnológica, no que tange a força do sistema capitalista no mundo.

Esta pesquisa indaga se os fatores históricos, econômicos, sociais, culturais e religiosos à luz das influências capitalistas são determinantes para o baixo nível educacional, profissional e social das pessoas com deficiência?

As hipóteses fundam-se nas afirmativas a seguir: O regime capitalista investe na automação que substitui os trabalhadores por máquinas nas relações de produção sendo, pois, o principal motivo das barreiras atitudinais encontradas em relação as pessoas com deficiência.

Os conceitos que resultam na conformação social de que as pessoas com deficiência são incapazes, inferiores, inválidas excepcionais, etc., têm origem antiga, remontando das formas de produção da antiguidade à contemporaneidade. Conforme analisam Gugel (2015) e Corrent (2016).

Este estudo é relevante, pois busca apresentar o estreitamento entre o capitalismo e as barreiras atitudinais, que resulta numa conformação social. Para Saviani (2006) e Ramos (2014) a formação integrada ainda não é realidade nem para os alunos sem deficiência. O objetivo geral desta pesquisa busca compreender a trajetória histórico-sociológica e dialética das pessoas com deficiência tendo como foco as barreiras atitudinais a elas impostas no sistema capitalista.

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, portanto qualitativa e parte do método Indutivo para alcançar o resultado esperado.

Conceituação da deficiência e das barreiras atitudinais: trajetória históricossociológica das pessoas com deficiência.

Segundo o artigo 2º do Estatuto Brasileiro da Pessoa com Deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, s/p.) .

Considerando a definição de deficiência, é notório que há muitas pessoas nessa condição, segundo dados das NAÇÕES UNIDAS (2011), no mundo existe cerca de 1 bilhão de pessoas com deficiência.

Desde a antiguidade essas pessoas são subjugadas pelas tradições históricas como no caso do extermínio na idade média em Roma, na Grécia Antiga, mais especificamente na cidade de Esparta, bem como, eram taxadas de castigos de Deus e demônios. Por outro lado, houve nações que praticaram o assistencialismo, a caridade humana com o surgimento do cristianismo, segundo Gurgel (2015). O fato é que aquele tratamento dado às pessoas com deficiência naquela época, se perpetua da antiguidade a contemporaneidade. No entanto, as ações que eram radicais, passaram a ser silenciosas e se apresentam de forma invisíveis, porém notáveis.

2.2.1 Barreiras Atitudinais

Barreiras atitudinais são atitudes e/ou comportamentos preconceituosos perpetuados ao longo do tempo que impedem o acesso aos ambientes, ao relacionamento e convívio das pessoas com deficiência com a sociedade, sejam intencionais ou não intencionais.

O movimento disseminador dos conceitos da Inclusão, que tem por base incluir as pessoas com deficiência na sociedade, deveria trabalhar numa perspectiva de um todo social, respeitadas as diferenças e as especificidades inerente a cada um, pois o enraizamento cultural que endossam as barreiras atitudinais ainda se faz muito presente frente a realidade das pessoas com deficiência no mundo (MANTOAN, 2003).

Segundo o decreto 6.949, de 2009, não é a deficiência a causa do entrave da plena participação social, educacional, profissional e demais áreas inerentes a humanidade, mas sim as diversas barreiras existentes na sociedade.

2.2.2 O Capitalismo: um agente silencioso e nocivo das barreiras atitudinais

Para Karl Marx (1867), Saviani (2006) e Fontes (2017), as características ao capitalismo que o difere dos demais sistemas de produção já existentes na história da humanidade e são pautados nos seguintes eixos: propriedade privada e individual, exploração da força do trabalho, trabalho assalariado, acúmulo de capital e consumo de mercadorias.

Com o objetivo de concatenar o capitalismo e as barreiras atitudinais no processo de inclusão das pessoas com deficiência, citamos Saviani (2006, p. 154): “Voltando-nos para o processo de surgimento do homem vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida”. O autor justifica que o homem é o agente transformador da natureza para prover sua própria existência, logo, se a pessoa PcD é considerada inválida, não atenderia o que afirma o referido autor, o que resulta historicamente em PcD pedintes, exploradas, demonizadas, eliminadas, etc. Gugel (2015).

Na tentativa de explanar a influência nociva e silenciosa do capitalismo na reprodução das barreiras atitudinais, consideramos o que diz Corrent (2016) as pessoas com deficiência enfrentam exclusão desde as comunidades primitivas até as sociedades modernas. O que chama atenção é que cada sociedade em sua formação social e cultural, situadas no tempo e na História da humanidade, sendo extremamente diferentes umas das outras, há um ponto comum quase unânime a todas elas, é que todas apropriam-se da concepção da deficiência, sendo uma marca incapacitante deste público. Isto deve-se à hegemonia capitalista que subsome o Estado e determina todo seu funcionamento: político, científico, educacional, social e tecnológico. Ressaltamos que o estigma de incapacidade das pessoas com deficiência resulta na conformação social, logo, quem é inválido nada teria a contribuir.

Conforme Rodrigues (1997), a Educação e o mundo do trabalho, são geridos com intuito de atender os interesses da Burguesia lançando mão do modelo de acumulação flexível de produção (Toyotismo), e ocupando-se com a formação polivalente, portanto, obstruindo a formação integrada aos estudantes em geral.

De acordo com Freitas, Delou e Castro (2018) o ensino para pessoas com deficiência teve início no continente europeu no século XVI, posteriormente

estendendo se aos demais continentes. E foi na Europa onde houve as primeiras mudanças de posturas concernentes ao ensino especializado para pessoas com deficiência. O ensino de pessoas com deficiência demanda estrutura especializada, formação acadêmica adequada dos profissionais envolvidos e geralmente uma equipe multidisciplinar.

O atendimento educacional especializado é ofertado aos discentes com deficiência por meio da Educação Especial que é uma modalidade de ensino definida por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais. Tudo para que haja uma educação formal dos educandos que apresentam necessidades muito diferentes daquelas do alunado comum. (BRASIL, 2008)

A Inclusão destes discentes deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino e assenta se na CF/88, na nova lei de inclusão/2015 e na LDB, 9394/96. Lourenço (2013) diz que a Educação é o caminho para a inclusão das pessoas com deficiência. Enfoca também que embora a lei de cotas, assegure a participação destes profissionais no mercado de trabalho, os quais segundo o IBGE 2016 representam 24% da população brasileira e de acordo com Lourenço (2013), apenas cerca de 3% estão empregados.

2.3 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS DO 1º ARTIGO

A inclusão das pessoas com deficiência é um tema importante e que ganha cada vez mais destaque nas discussões, estudo e legislação. Um grande avanço são as leis que estabelecem vagas para pessoas com deficiência em instituições públicas de ensino e concursos públicos, além da necessidade de percentual de funcionários com deficiência em empresas privadas.

Apesar dos avanços, ainda se percebe certo preconceito e a exclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade e, de maneira específica, no mundo do trabalho e nos espaços educacionais. Por isso a importância de discutir e debater sobre a necessidade de se efetivar os direitos destas pessoas.

2.4 REFERÊNCIAS DO 1º RESUMO EXPADINDO

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso: 04 out. 2019.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 04 out. 2019.

_____. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 09 out. 2019.

_____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CORRENT, N. Da Antiguidade a Contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000089, 22/09/2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/daantiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suas-concepcoes>. Acesso em: 09 out. 2019.

FREITAS, C. G. de; DELOU, C. M.; CASTRO, H. C. Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência: a educação especial em um instituto federal de educação profissional, científica e tecnológica. Novas Edições Acadêmicas. Instituto Fiocruz, 2018.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 09 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>. Acesso: 09 out. 2019.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró, respectivamente nos dias 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso: 09 out. 2019.

RODRIGUES, J. dos S. O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da confederação nacional da indústria. Tese (doutorado) 289p. - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP : [s.n.], 1997.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso: 09 out. 2019.

3 RESUMO EXPANDIDO: A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO²³

² Resumo expandido aceiapresentado no V Congresso de Ciência e Tecnologia do IFAC (Conc&t), V Congresso de

Ciência e Tecnologia do IFAC -CONC&T: educação 4.0: inovação e criatividade na era digital, vol.6, 2020. Disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1DxE4cj-DkXR-88fEELeLluz8W9YhwE1d/view>

³ Aceito para submissão à revista "Educação:Minorias, Práticas e Inclusão", Editora Atenas, estará disponível na URL: <https://www.atenaeditora.com.br/>

3.1 RESUMO

O presente artigo analisou os aspectos e a importância da Linguagem Adaptativa, bem como os dilemas e avanços concernentes a realidade das pessoas com deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva. Nesse processo comunicacional que resulta na interação social e tem por finalidade promover acessibilidade manifestada em todas as áreas do conhecimento, seja, formal ou não formal. Utilizando-se das mais variadas formas adaptativas, esta dinamicidade da linguagem multifacetada realiza-se por meio do Atendimento Educacional Especializado, indissociável da Linguagem Adaptativa. O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica.

Palavras Chave: Linguagem Adaptativa; acessibilidade; Atendimento Especializado.

3.2 INTRODUÇÃO DO 2º RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho tem por objetivo analisar os aspectos da linguagem adaptativa e sua importância para a promover condições de acessibilidade ao currículo escolar, no que tange à comunicação e aquisição do conhecimento no processo de inclusão das pessoas com deficiência por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O excerto em tela, enfatiza o quanto a Linguagem apresenta condições adaptativas que reduzem as barreiras comunicacionais e informacionais. Contudo, questiona se por que a mediação do conhecimento para as pessoas com deficiência ainda é incipiente.

Devido a estrutura educacional ter sido pensada com viés de uma educação interessada, ou seja, intencional, não favorece os usuários da Linguagem Adaptativa por diversos fatores: econômicos, cultural, social, profissional e religiosos.

Este estudo divide se em duas partes. Na primeira abordaremos a Linguagem Adaptativa e o Atendimento Educacional Especializado, e, no segundo momento do texto, dilemas e avanços no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

3.3 METODOLOGIA

A presente pesquisa, é bibliográfica, qualitativa e interpretativa. E norteia se pelo método indutivo. No decorrer de sua realização analisou se revisãobibliográfica nas áreas da Educação Especial, linguagem, legislação e Educação Inclusiva com base no sociointeracionismo de Vygotsky.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a Linguagem Adaptativa uma temática essencial na promoção de acessibilidade, interação social e aquisição do conhecimento às pessoas com deficiência, pode se enfatizar que os resultados desta pesquisa são positivos e relevantes por abordar a Inclusão do público-alvo da Educação Especial o qual se utiliza das diversas adaptações, seja, linguísticas ou recursais, Linguagem Adaptativa e Atendimento Educacional Especializado

De acordo com Moreira (2009), a Teoria de Vygotsky, enfoca que o desenvolvimento humano se realiza a partir da interação social entre duas ou mais pessoas com a troca de ideias, experiências, construindo novas experiências e dando significado e, assim, ressignificando o contexto no qual estão envolvidas.

Vygotsky afirma que a linguagem é toda forma de manifestação humana, quando diz que ao balbuciar e chorar as crianças manifestam comunicação com o mundo E ainda que o pensamento verbal nos ajuda organizar a generalização e abstração do conhecimento através da linguagem.

Considerando a funcionalidade da linguagem infere-se que mesmo sendo sistematizada é adaptável, pois tem sua gênese proporcionar condições comunicacionais e informacionais nas mais variadas maneiras no sentido de atender as necessidades interacionais da humanidade. Desta forma, acontece com as pessoas com deficiência por meio do atendimento educacional especializado (AEE).

No Brasil, o AEE só foi institucionalizado em 2008 quando ganhou espaço físico nas escolas, porém já se fazia presente no âmbito educacional há muitos anos ainda que de forma menos notável e ratificando a interface Linguagem Adaptativa

Atendimento Educacional Especializado

Enfatizamos que o AEE pode ser trabalhado de forma diversificada por ser multifacetado, pois a linguagem adaptativa possibilita as adequações necessárias para que haja comunicação em todas as áreas do conhecimento e na vida cotidiana. Em se tratando do ensino/aprendizagem/letramento dos discentes com necessidades educacionais específicas, o Código Braille, o Sorobã, letras ampliadas, leitura labial, Tecnologias Assistivas, gestos, escrita, diálogo, sons, imagens, áudio-descrição, materiais adaptados em alto relevo, formatos e cores podem subsidiar o ensino/aprendizagem tanto dos estudantes comuns quanto dos alunos com necessidades adaptativas, estes métodos acessíveis são linguagens, das quais os docentes podem apropriarem para melhor atender não só o público-alvo da Educação Especial, mas também toda turma.

Portanto, o AEE, a Linguagem e a escola estão entrelaçadas, sendo assim, de grande relevância na construção de uma sociedade mais inclusiva.

1.1.1 Dilema e avanços no processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Conforme o Decreto 6571 de 17 de setembro de 2008 que institui o ATENDIMENTO Educacional Especializado e com base no Decreto legal o Decreto 7.611. DE 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento educacional especializado e dá outras providências. E considerando principalmente o Art. 3º, São objetivos do atendimento educacional especializado:

- II. Promover condições de acesso participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.
- III. Garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular.
- III. fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo e aprendizagem.
- IV. Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, p. 3)

É importante enfatizar que o AEE, é transversal e que a gestão político-educacional das esferas federal, estadual e municipal precisa trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, tendo por base as leis que garantem os direitos

do público-alvo da Educação Especial cujo conceito, organização e garantias de direitos estão assentados nos Artigos 58 e 59 da LDB, 9.394/96.

Portanto, o atendimento educacional especializado, tanto por meio de interação a linguagem adaptativa, ou toda flexibilização do currículo, toda ação adaptativa, seja linguística ou recursal para atender as especificidades do público-alvo da Educação Especial, configura-se como o serviço especializado.

Para reforçar sobre o papel do AEE vejamos seu conceito:

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008).

A Educação especial tem o viés de atender as pessoas com deficiência, e está respaldada em leis como a Constituição Federal de 1988, arts: 5º, 205, 206, 208. Ambos os artigos, abordam sobre direitos, garantias, deveres e normas concernentes à pessoa humana. A lei nº 13.146/2015, (Estatuto da pessoa com deficiência; o Decreto nº 7.611 de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado; A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, nos art. 58 e 59, trata especificamente sobre a Educação Especial; PNE, plano Nacional de Educação, pois designa os novos formatos da Educação Básica no Brasil.

Os estudantes com deficiência devem ser avaliados de forma multidimensional, tendo em vista que precisa observar se todo o contexto em que estão inseridos, e que devem receber adaptações personalizadas a atender suas especificidades. Moretti (2018) afirma que é de grande relevância a implantação de Laboratórios de tecnologias assistivas nas Universidades e que estes funcionem em parcerias com diversos colaboradores que contribuam para prover acessibilidade às pessoas com deficiência, inclusive no âmbito da linguagem adaptativa para assim, romper as diversas barreiras existentes

Freitas & Castro (2018), corrobora com Moretti ao afirmar que o Ensino Tecnológico para pessoas com deficiência vem contribuindo de modo significativo, pois proporciona adaptabilidades, às diversas necessidades específicas destes indivíduos. E chamam a atenção para os avanços das políticas de inclusão, todavia

ainda necessita ser postas em prática, haja vista que os meios tecnológicos como é o caso da maioria dos sites ainda não possuem nenhum tipo de acessibilidade.

3.5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS DO 2º RESUMO EXPANDIDO

Assim, o sistema educacional ainda não proporciona um currículo acessível, adaptado e flexível. Fato que dificulta a plena participação das pessoas com deficiência em todos os ambientes da sociedade e, conseqüentemente, da escola

Por outro lado, percebe-se o papel significativo da Linguagem Adaptativa na transformação social das pessoas com deficiência, a qual depende do atendimento educacional especializado, portanto, indissociáveis. Embora o ensino /aprendizagem do público alvo da Educação Especial esteja em ascensão, os sistemas de ensino, educadores e sociedade precisam caminhar juntos com o propósito de eliminar as barreiras, principalmente comunicacionais e informacionais.

3.6 REFERÊNCIAS DO 2º RESUMO EXPANDIDO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 12/05/2016.

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm#art11>. Acesso em 12/05/2016.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 12/05/2016.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 12/05/2016.

FREITAS, C. G. de; DELOU, C. M.; CASTRO, H. C. **Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência: a educação especial em um instituto federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Novas Edições Acadêmicas. Instituto Fiocruz, 2018.

MORETTI, LUIZA. 2018. A tecnologia assistiva que rompe barreiras. <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2018/07/10/tecnologia-assistiva-querompe-barreiras>

Blog Marcelo Ramos - Teoria Sócio-interacionista de Vygotsky. Disponível em: <<http://www.marceloramos.com.br/publicacao/22/referencias-do-design-instrucionaldesenvolvimento-web-com-foco-na-experiencia-do-usuario>>

4 ANÁLISE DIAGNÓSTICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO IFAC²

² Artigo submetido à Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Reflexão e Ação é B1 no Qualis-Educação/CAPES e A2 no Qualis-Ensino/CAPES. (Qualis 2013-2016). Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>

RESUMO DO 1º ARTIGO

O presente manuscrito aborda a Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco. Objetivando verificar o processo inclusivo e fatores que influenciam o cotidiano escolar destes educandos. Utilizamos o método Estudo de Caso e abordagem qualitativa de caráter exploratório aplicada, além de questionários semiestruturados e abertos como instrumentos de coleta de dados, cuja análise pautou-se na tematização de Fontoura (2011). No que tange os resultados esperados, constatou-se que existem, de fato, fragilidades oriundas na precariedade do ensino das pessoas com deficiência, resultante da ausência de uma política institucional de inclusão, da falta de capacitação docente e na ineficácia dos serviços ofertados pelo NAPNE, para lidar com o público-alvo da Educação Especial.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Ensino. Deficiência.

INTRODUÇÃO DO 1º ARTIGO

O presente manuscrito aborda sobre a Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal do Acre Campus Rio Branco. Com objetivo de **verificar** como ocorre o processo inclusivo e quais fatores influenciam no cotidiano destes educandos. Sabe-se que o ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência ainda é um problema que tem ramificações em diversos fatores, o que culmina em barreiras, obstruindo o desenvolvimento destes indivíduos na sociedade.

Considerando que a temática inclusão dos alunos com deficiência ganha notoriedade a cada dia, pois vem sendo estudada à luz da dinamicidade existente nos fazeres e saberes educacionais constituídos e aplicados, depreende-se que em um contexto escolar, numa realidade heterogênea, na qual os sujeitos envolvidos compõem um campo de tensões, contradições, multiculturalismo e interculturalismo, seja fundamental a colaboração mútua da comunidade escolar para a efetivação das políticas públicas de cunho inclusivo.

Nesta perspectiva, o presente trabalho buscou verificar a percepção de docentes, a concepção dos estudantes com deficiência e o papel do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do Campus Rio Branco do Instituto Federal do Acre (IFAC), com intuito de elaborar um produto educacional que proporcione, de fato, condições adaptativas e acessibilizadoras quanto as práticas pedagógicas no tocante aos discentes com deficiência visual.

Neste estudo caminhamos na esteira da teoria humanista de Paulo Freire, cujo conceito fundamenta-se na solidariedade humana, no senso de alteridade, no respeito à diversidade social, na colaboração, no amor ao próximo e no exercício da empatia.

Assim, foi possível analisar a inclusão das pessoas com deficiência ouvindo os principais atores, para que se efetive as práticas educacionais numa perspectiva inclusiva, ainda necessita de mudanças de postura institucional, quebra de paradigmas e essencialmente responsabilização mútua com os discentes com deficiência por parte da instituição a qual deve envolver todos seus setores a praticarem o exercício do respeito às diferenças e do cumprimento dos direitos destas pessoas.

METODOLOGIA DO 1º ARTIGO

A pesquisa em tela, tem caráter exploratório e aplicado por realizar uma abordagem ainda não estudada no Instituto Federal do Acre, assim, busca subsidiar pesquisas subsequentes. É bibliográfica, pois utiliza-se de revisão literária para embasamento teórico (GIL, 2008), de campo por utilizar a observação sistemática, com objetivo de descrever os fenômenos, onde já sabem quais aspectos serão analisados (GIL, 2011).

No decurso deste artigo, apoiamo-nos no método estudo de caso conforme Yin, este tipo de pesquisa, além de ser exploratória, e descritiva apresenta aspectos qualitativos, pois não se baseia em dados laboratoriais, e sim num conjunto de análises que buscam compreender fenômenos nas diversas áreas do conhecimento descrevendo de forma detalhada determinados fenômenos (YIN, 2015).

Neste artigo, apresentamos a primeira etapa da pesquisa de mestrado em curso a qual tem por tema: A inclusão dos estudantes com deficiência indagando sobre os fatores que influenciam no processo inclusivo no IFAC (CRB). Para tanto, foi distribuído um questionário físico aos docentes no encontro denominado Jornada Pedagógica ocorrida em fevereiro de 2020. A jornada pedagógica, trata-se da formação continuada de professores do referido *Campus* Cabe salientar que a amostragem extraída em loco não foi satisfatória, sendo necessário a pesquisadora solicitar individualmente alguns docentes e por e-mail a outros.

E a partir do mês de junho/2020, solicitou-se por e-mail os relatos de experiências dos profissionais do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Das nove possibilidades sete pessoas responderam os relatos supramencionados. Os participantes receberam questionários abertos com base em Fontoura (2011) apenas com sugestões a serem analisadas.

Por fim, os estudantes com deficiência que estudam no *campus* Rio Branco receberam um questionário semiestruturado via WhatsApp. Tal instrumento de coleta de dados foi elaborado no *Google Forms* composto por nove perguntas. Dos 50 alunos PcD matriculados no IFAC, apenas 25 tiveram acesso ao questionário. Devido a pandemia do Covid 19, não foi possível contactar todos, mas daqueles que tiveram acesso, nove (9) responderam. Conforme orienta Fontoura (2011),

tencionamos uma análise mais prática dos elementos selecionados mantendo ativos os participantes da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico abordaremos os aspectos legais, teórico-metodológicos, acerca da temática inclusão dos estudantes com deficiência no IFAC/CRB. A ancorou-se na teoria humanista de Paulo Freire para desenvolver esta discussão, também recorreremos a documentos legais, autores que versam sobre a inclusão das PcD e Políticas Educacionais inclusivas.

Segundo Paulo Freire (1987, p. 82), “Glorificar a democracia e silenciar o povo é uma farsa; discursar sobre humanismo e negar as pessoas é uma mentira”. Nesta proposição freiriana, encontra-se a representação de uma realidade concreta de uma sociedade plural como a brasileira, os dominantes X dominados. A expressão opressora desta realidade que busca mecanizar os seres humanos, ainda se torna mais devastadora quando insiste em conformá-los da condição biopsicossocial em que se estão condicionados. No entendimento de Paulo Freire as pessoas devem ser vistas como sujeitos criadores e transformadores da realidade em que vivem, sem sofrer qualquer preconceito e discriminação.

Ainda que Paulo Freire não mencione diretamente as pessoas com deficiência (PcD), é possível depreender a inter-relação de seu pensamento com a temática Inclusão, pois as PcD compõem, significativamente, uma parcela social historicamente oprimida. Sua teoria também se sustenta no sujeito humano que precisa ter seus direitos respeitados sendo agentes de si que na e pela educação tornem-se cidadãos críticos e reflexivos capazes de mudanças libertárias para si mesmos e para outros.

É importante salientar que as instituições de ensino têm um papel fundamental no processo de inclusão das pessoas com deficiência. A rede federal de ensino brasileira muito vem contribuindo para a formação profissional e social destas pessoas.

4.1.1 Aspectos legais

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologias e dá outras providências. Com base na CF/88 (BRASIL 2020) a qual assegura a Educação como direito de todos que deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino, apoiando-se também na Declaração de Salamanca (1994), Lei de diretrizes e bases da educação (LDB 93.94/96), Conferência Internacional da pessoa com deficiência (ONU 2007) foi publicado o decreto 5.671/2008 que ratifica e organiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O decreto 7.611/2011 corrobora com orientações aos sistemas de ensino a desenvolverem políticas inclusivas para atender as necessidades educacionais específicas dos estudantes com deficiência, em todos os níveis e modalidades de ensino (PORTAL DO MEC, 2011) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

Além de Paulo Freire recorremos a Ferrari (2007), Galvão Filho (2009), Mantoan (2010), Oliveira (2016) etc.

4.5.1 Resultados e Discussões

A seguir, o quadro apresenta possibilidades e amostragens reais que não tem pretensão em explorar dados quantitativos, mas sim, lançar mão de uma análise consubstanciada afim de compreender como a inclusão de discentes com deficiência ocorre no âmbito do Instituto Federal do Acre (CRB).

A experiência de professores do campus Rio Branco com alunos com Deficiência Visual.

Docentes IFAC /CRB	Amostragem coletada	Professores com Experiência com alunos PcD
170	52	45
Questionários entregues 73	Destes 45 professores 19 tiveram experiência com DV	Número de docentes que já atendeu Alunos com cegueira e Baixa Visão
		01 com estudantes Cegos
		18 com estudante Baixa Visão

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores

No demonstrativo acima, identifica-se que o Campus Rio Branco, conta com um número significativo de professores (170), logo, nota-se a complexidade em oferecer mecanismos formativos que atendam as especificidades recorrentes nos ambientes de sala de aula, levando em conta a visão freiriana, cujo teor afirma que ensinar requer uma série de quesitos, principalmente amor, ética e dedicação pela profissão docente, formação continuada e pesquisa. (FREIRE, 2009).

Com base nos desafios enfrentados pelos professores em lidar com a inclusão de discentes com deficiência e, neste caso, com deficiência visual e nas necessidades recursais adaptativas, do ponto de vista de recursos humanos, pedagógicos e tecnológicos, fez-se necessária uma amostragem com vários docentes para circunstanciar o objetivo proposto que visa verificar o processo de inclusão no IFAC /CRB e elaborar um produto educacional voltado para facilitar o ensino /aprendizagem dos educandos com deficiência visual na referida instituição de ensino.

A investigação sobre as experiências com estudantes com deficiência visual, proporcionou uma abordagem teórico-prática da temática em questão, visto que a partir das proposições descritas nos questionários respondidos pelos docentes, emergiu a necessidade de realizar um maior aprofundamento que será apresentado nas segunda e terceira etapa da pesquisa empírica no formato também de artigos científicos com os sujeitos envolvidos: entrevistas com os discentes DV e grupo focal com docentes que têm experiência com alunos DV no intuito de propiciar um ambiente colaborativo, cujos participantes compartilham de uma realidade por eles experimentada, o que faz emergir diversos temas relacionados e reflexões diversas.

Gráfico 1 - Percepção dos docentes em relação ao Processo Inclusivo



Fonte: pesquisa realizada pelos autores.

Frente o exposto, relacionando os presentes dados aos do quadro acima demonstrado, percebe-se que houve uma participação significativa de professores,

cinquenta e dois (52) destes vinte e nove (29) concordam que a inclusão no IFAC ocorre de forma gradativa, dezessete (17) acreditam que a inclusão já acontece na prática, para cinco (5) a inclusão no IFAC não ocorre de fato e um (1) preferiu não opinar.

A significativa participação docente foi muito importante e mais relevantes ainda, foram suas manifestações em analisar o processo de inclusão dos estudantes PcD no Campus Rio Branco do IFAC. Para a maioria, o processo inclusivo no referido campus, acontece gradativamente, por outro lado, destaca-se uma expressiva participação daqueles que consideram já ser plenas as condições de acessibilidade aos discentes PcD.

É importante salientar que um espaço educacional é multifacetado e intercultural. Isto condiciona, objetiva e subjetivamente análises diversas, como é o caso em tela, posto que envolvem conceitos, paradigmas e realidade. Não obstante, os docentes, não estão alheios a tais aspectos históricos, pedagógicos e sociais inerentes à sociedade. Por isto, identificamos pontos de vista diferentes em relação à mesma indagação. Que busca verificar os fatores que influencia o processo de inclusão dos educandos PcD no IFAC /CRB, observe que surgiu proposição inversa como o olhar dos participantes da pesquisa que entendem não haver inclusão de fato no Instituto Federal do Acre.

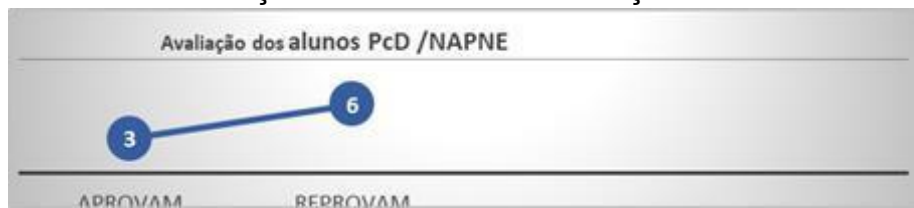
Comparou-se as interrelações dos dados obtidos, tanto no que diz respeito a percepção docente, quanto o olhar discente acerca do processo de inclusão no campus Rio Branco do IFAC, verificou-se como os professores e estudantes PcD validaram os serviços do NAPNE nos gráficos abaixo.

Gráfico 2 - Avaliação dos docentes sobre atuação do NAPNE.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Gráfico 3 - Avaliação dos discentes em relação ao NAPNE.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Mediante o exposto, há fatores negativos em ambos os gráficos, visto que se somados os docentes que não opinaram, sendo estes um total de quinze (15) aos que não aprovam os serviços do NAPNE, que foram dezessete (17), temos a maioria que não está satisfeita ou, pode-se inferir que sequer conhece a atuação do referido núcleo. Isto tem forte semelhança com a análise dos estudantes PcD, pois a maioria de um total de nove (9) seis reprovam os serviços recebidos por parte do NAPNE.

Considerando que o Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), tem um papel relevante para a efetivação das políticas educacionais inclusivas, visando reduzir barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência no âmbito dos Institutos Federais, conforme Oliveira (2016), e frente a realidade apresentada pelos docentes e alunos com deficiência do campus Rio Branco, identifica-se que os serviços ofertados pelo referido núcleo, ainda precisam de aperfeiçoamentos.

Uma variável interessante, trata-se do grupo de professores que já têm experiência profissional com estudantes PcD, isto reflete na manifestação assinalada nos instrumentos da pesquisa e descritas no gráfico acima, objetivando mensurar o processo inclusivo sob a ótica docente, tendo em vista que os professores lidam diretamente com aluno em sala de aula e conta com o assessoramento do NAPNE para atender educandos PcD.

Outro elemento significativo, exposto pela maioria dos professores, refere-se à definição clara, no que tange uma escola inclusiva, assim sendo, é viável depreender que a temática Inclusão não é uma área do conhecimento alheia à realidade do corpo docente da referida instituição.

Quanto o ensino para discentes com deficiência visual, teve dezenove participantes que têm experiência, alguns relataram suas experiências com este alunado. A grande maioria expôs dificuldades, pedagógicas, recursais, instrutivas e formativas. Para uns foi uma oportunidade muito gratificante, pois cresceu sua

visão reflexiva em relação ao ato de ensinar, contudo, há relatos que descrevem o atendimento a alunos DV com negatividade, constrangimento e exaustivo. Não por questões apenas pedagógicas e de acessibilidade, mas por razões conflitantes.

Na tentativa de denotar na prática como os professores compreendem seu preparo para lidar com educandos PcD no campus Rio Branco, utilizou-se dos dados pesquisados, visto que dão materialidade que permite analisar significativamente as reais condições formativas no âmbito da inclusão de pessoas com deficiência. Também se utiliza da avaliação dos discente/PcD visando identificar fragilidades formativas, no que diz respeito à inclusão educacional destes educandos.

Gráfico 4 - Formação dos docentes na perspectiva inclusiva.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores

No tocante aos dados demonstrados, é perceptível a ausência de formação continuada efetiva, haja vista, que nenhum dos participantes se considera plenamente preparado para atender PcD. Conclui-se que a graduação não forma profissionais para desenvolver práticas educativas que atendam o modelo biopsicossocial da pessoa com deficiência, sendo necessária tomada de posição por parte das instituições de ensino, conforme Ferrari (2007) afirma.

Gráfico 5 – Percepção dos alunos em relação a capacidade dos docentes quanto a inclusão.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Observa-se que alguns estudantes, acreditam que os docentes já estão capacitados a lidarem no âmbito inclusivo, em contraponto, os próprios professores entendem sua formação nesta área insuficiente. Consta-se fatores semelhantes entre as respostas, haja vista que a maioria absoluta tanto de professores quanto de alunos, coadunam que a formação continuada dos professores do campus Rio Branco, não apresenta, na prática, efetivo preparo nas ações educativas, bem como, nas ações institucionais inclusivas.

A efetivação das práticas pedagógicas requer estreitamento nas interrelações: professor/alunos/gestão/núcleos de acessibilidade. Na visão de Ferrari (2007), a comunidade escolar precisa trabalhar conjuntamente, objetivando bem comum, qualidade no ensino/aprendizagem, respeito à diversidade e responsabilização mútua.

Destaca também que estes espaços educacionais devem acolher a todos e ofertar condições arquitetônicas e didático-pedagógicas que proporcionem acesso ao currículo escolar, garantindo adaptações efetivas aos estudantes com deficiência. O debate acerca da inclusão das PcD, vem tendo notoriedade para além dos muros das escolas, com a política nacional da Educação Especial MEC (2008), Estatuto da pessoa com deficiência (2015) e a Lei de cotas (2016).

Indagados sobre a urgência de mudanças nos fazeres pedagógicos, todos (52) coadunam que são fundamentais e que certamente reduzirão barreiras, principalmente as atitudinais. E ainda, 47 destes, consideram positivo o processo inclusivo em todos os espaços educacionais.

Os gráficos a seguir retratam a manifestação descrita sobre o espaço físico, o preparo docente, e acessibilidade atitudinal e comunicacional.

Gráficos 6 e 7 - O Campus Rio Branco do IFAC é inclusivo?



Fonte: pesquisa realizada pelos autores.

Em linhas gerais, nota-se a semelhança entre a compreensão docente e dos educandos em relação aos fatores que definem um espaço educacional inclusivo. E que ainda falta muito para o IFAC ser uma instituição de fato inclusiva.

Desta forma, foi tematizada a percepção docente no que tange a inclusão das PcD, no Instituto Federal do Acre, além de relacionar os aspectos analisados sob a ótica docente e dos estudantes PcD, a partir das dificuldades apresentadas, interrelacionando-se com os demais resultados e discussões inerentes a esta etapa da pesquisa segundo Fontoura (2011).

Análise dos estudantes PcD acerca da inclusão no *campus* Rio Branco do IFAC. A demonstração gráfica subsequente, apresenta a panorâmica acerca do grupo estudantil identificado com deficiência pelo NAPNE, atualmente matriculado no Campus Rio Branco. Durante a análise dos instrumentos de dados coletados percebeu-se que há apenas três alunos DV incluindo a autora deste artigo.

Gráfico 8 - Total de alunos PcD e alunos com Deficiência Visual.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Por se tratar de recursos, métodos e técnicas que tornam o currículo acessível para discentes DV e, por conseguinte, possa estimular outras pesquisas e práticas inclusivas, não seria interessante realizar um estudo sobre inclusão sem levar em consideração os principais sujeitos envolvidos, que são os alunos PcD. Por isto, buscamos inseri-los ativamente no sentido norteador a que a pesquisa se fundamenta.

Dentre as 50 possibilidades de respostas para o questionário semiestruturado, não foi possível envio a todos os alunos, apenas cerca de 25 tiveram acesso e destes 09 participaram da pesquisa.

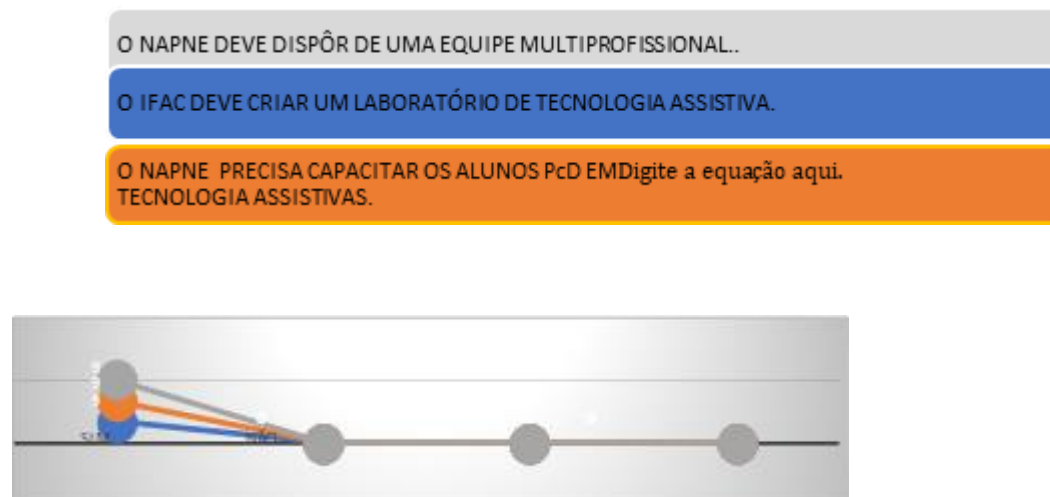
Ressalte-se que participaram pessoa com deficiência visual, autismo, surdez, múltiplas e física. Fato que denota diversas especificidades educacionais, cujas necessidades didático-pedagógicas as quais são apontadas no decorrer das proposições destes, ante o instrumento da pesquisa. Além da relevância

colaborativa no que concerne apresentar um diagnóstico do processo de inclusão na prática e nortear os aspectos a serem materializados no produto educacional que tem por fim, colaborar principalmente com as práticas docentes voltadas para o ensino do aluno com deficiência visual.

As indagações sobre a existência de barreiras, todos assinalaram ser um fato, principalmente as atitudinais, comunicacionais pedagógicas e tecnológicas. Dentre os quais, 5 utilizam a Tecnologia Assistiva (TA) destes, apenas 1 afirma ter domínio da (TA), situação crítica, pois “o mundo digital” não apresenta muitos ambientes acessíveis e sem o preparo para lidar com artefatos tecnológicos, torna ainda mais restrita possibilidade de inclusão digital destas pessoas.

A representação gráfica a seguir traduz o posicionamento dos acadêmicos envolvidos na pesquisa quanto suas reais necessidades objetivando um espaço mais inclusivo que garanta condições adequadas ao processo de ensino e aprendizagem.

Gráfico 9 - Opinião dos alunos PcD quanto as suas necessidades.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Note-se a unanimidade nas respostas dos discentes PcD, suscitam mudanças que certamente lhes trariam, mais autonomia. Alguns argumentos institucionais que contrariam o trabalho em equipe especializada com lotação nos Núcleos de acessibilidade, enfraquecem a qualidade dos serviços prestados ao público-alvo da Educação Especial.

Uma das autoras desta pesquisa, inclui-se como participante PcD/DV e comunga da mesma opinião de seus pares, visto que os profissionais em questão, apresentam insuficiência em dar vazão às demandas básicas. São muitos alunos e poucos profissionais. Cabe salientar que as pessoas com deficiência demandam especificidades que necessita conhecimento sobre a deficiência, bem como, no âmbito da Inclusão para poder atendê-las efetivamente. Por isso é importante um acompanhamento individual, e especializado para promover de fato, uma educação como direito de todos (CF/88).

Em se tratando do laboratório de Tecnologia Assistiva (TA), seria muito significativo, tanto para o aprendizado prático dos estudantes PcD, quanto na produção de recursos acessíveis, como sinaliza Galvão Filho (2013), otimizar o uso das tecnologias assistivas, pois se o aluno não consegue ter acessibilidade digital e não encontra apoio institucional, isto pode resultar em evasão escolar.

Gráfico 10 - O olhar dos discente PcD sobre o cotidiano escolar.



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores.

Frente à explanação dos dados, identifica-se fatores muito negativos recorrentes no cotidiano escolar destes alunos, é lamentável que certas situações, ainda ocorram num ambiente multicultural e acima de tudo, educacional.

Nos relatos dos participantes a seguir reflete o quão as políticas públicas inclusivas ainda carecem de aprimoramento.

P 1: “Apesar de gostar de estudar no IFAC, já sofri preconceito lá”.

P 2: “Me sinto abandonado mesmo eu pedindo ajuda aos servidores, aonde alguns te discrimina”.

P 3: “Gosto de estudar no IFAC sempre fui atendido com respeito quando precisava de auxílio. Já questão de preconceito já estou acostumado desde sempre”.

P 4: “Na sala de aula sinto sim preconceito, principalmente na hora de formar grupos de trabalho não consigo me socializar tenho muita dificuldade, alguns

colegas sabendo da minha situação convida para fazer parte do grupo, quando não me chamam fico no meu lugar às vezes até perco as atividades...Tenho ajuda de alguns professores...mas geralmente alguns nem ligam, no começo chorava muito me sentia excluído por todos, não gostava de estudar no IFAC devido as minhas dificuldades e as falta de informação...minha mãe sempre me ajudou falou com os professores, toda equipe e com diretor ai ficou melhor, começaram a me envolver mais nas atividades em sala de aula, mais sinto que falta muito para o IFAC ser um ambiente de inclusão”. **P 5:** “Às vezes sofremos sim algum preconceito por acreditarem sermos privilegiados pela nossa deficiência”.

P 6:” Capacitação a todos do Campus”

P 7: “Gosto de estudar no IFAC porque busco uma vida melhor. Muitas coisas na inclusão ainda precisam ser melhoradas”.

P 8:“Sim gosta no IFAC aprender tudo. Um professor ter ajudar projeto melhor adaptado o NAPNE possa ajudar surdo entender bom”.

P 9: Penso que o IFAC deve partir da realidade dos discentes para compreender suas dificuldades e adotar uma política efetiva de inclusão em todos os setores e equipar o NAPNE com profissionais que trabalhem para reduzir o preconceito, a discriminação, o despreparo docente em lidar com PcD, além de envolver a comunidade escolar, deixando de atuar apenas de modo emergencial para desenvolver um plano efetivo que caminhe numa perspectiva inclusiva.

Ante à concepção discente em relação ao IFAC é notório que os mesmos enfrentam muitas barreiras sejam pedagógicas, comunicacionais e, principalmente, atitudinais. O preconceito está presente na vida da maioria deles, causando diversas reações por parte daqueles que são afetados pelas ações preconceituosas e discriminados, por atos desumanos que desrespeitam leis, valores e princípios sociais preconizadores do bem comum.

Os relatos dos discentes PcD acima mencionados reforçam as assertivas já discutidas neste trabalho, tanto do ponto de vista docente quanto discente, visto que ambos entendem que falta capacitação para os professores lidarem com as práticas de ensino para alunos com deficiência. E que o NAPNE precisa atuar mais efetivamente no âmbito da inclusão no campus Rio Branco.

Frente às discussões apresentadas depreende-se que a inclusão no referido Campus, carece de ações colaborativas entre todos os setores, cuja instituição precisa adotar uma política institucional de inclusão, pois as ações pontuais, não

vem proporcionando acessibilidade curricular ao público-alvo da Educação Especial.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL /NAPNE

A pesquisa também procurou levantar dados sobre o papel do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e a experiência de seus profissionais, com objetivo de apresentar ações inclusivas que viabilizam o processo de inclusão, as dificuldades enfrentadas e avanços alcançados.

Neste tópico não foi possível uma interrelação semelhante aos anteriores, por se tratar de um questionário aberto, os participantes manifestaram poucos elementos que retratam o cotidiano dos alunos PcD. Relataram sobre suas atividades desenvolvidas, histórico do setor e ações inclusivas eventuais. Deixando uma lacuna acerca do atendimento destes alunos no cotidiano em sala de aula.

Segue o demonstrativo de profissionais que acessaram ao questionário e daqueles que participaram efetivamente da pesquisa.

Gráfico 11 – Quantitativo de profissionais do NAPNE, *campus* Rio Branco: nove (9).



Fonte: pesquisa realizada pelos autores

4.5.1 Trajetória histórica e pedagógica: relatos de experiências dos profissionais do NAPNE Campus Rio Branco

Sobre o processo de construção do NAPNE optamos pela análise a partir de relatos escritos dos servidores lotados no referido setor, com vistas a apresentar

um retrato significativo pautado na realidade. Com isto, pretende-se identificar possíveis problemas existentes no que tange a inclusão das pessoas com deficiência no Campus Rio Branco com viés de estimular o instituto a reduzir as barreiras que possam existir, conforme o que ensina Oliveira (2016).

As informações a seguir denotam resumidamente a trajetória do NAPNE, sendo objetivo do NAPNE orientar, capacitar e dar todo suporte que o aluno com deficiência precisa e, também, este suporte deve ser dado aos professores no sentido de viabilizar o processo inclusivo.

4.5.2 Relato de uma ex-coordenadora do NAPNE, docente de Libras

Assumi o NAPNE em outubro de 2013, porém não existia sala específica para o núcleo. A sala que tinha o nome NAPNE, servia apenas como depósito de fardas estudantis. Quando assumi fiz questão de separar, pois mesmo que todos sejam alunos, as pessoas com deficiência demandam um atendimento especializado e merecem receber atenção específica e apoio individualizado. Permaneci na coordenação até abril de 2019. Durante estes anos houve inúmeras conquistas: cursos de extensão para alunos com TDAH, palestras sobre autismo, cursos de LIBRAS, Braille e Orientação e Mobilidade -OM. O espaço físico para as instalações NAPNE, recursos tecnológicos e profissionais especializados para atender os estudantes com deficiência.

Quando a referida servidora foi indagada sobre sua visão de Inclusão no Instituto, afirmou que: *“muitas coisas já avançaram, porém, ainda há grandes desafios, o maior deles é a gestão. Acredita que a inclusão não depende apenas do NAPNE, e sim de uma ação integrada começando pelos gestores”*.

Conforme informações repassadas pela referida coordenação, de 2013 a 2017 o número de discentes PcD oscilou entre 10 e 17. Com a promulgação da lei de cotas 13409 / 2016, para pessoas com deficiência nas instituições federais, este número vem crescendo significativamente, tendo em vista que de acordo com a atual coordenação do NAPNE, o Campus Rio Branco no início de 2020 já soma 50 alunos com deficiência matriculados.

4.5.3. Relato do atual coordenador, técnico interprete de libras

Assumi NAPNE em 2019 e, desde então, o atendimento aos alunos PCD dentro do campus Rio Branco segue o princípio do trabalho interdisciplinar e colaborativo entre setores. Iniciando na identificação do aluno, o NAPNE monitora o período de matrículas junto ao Registro Escolar, a fim de identificar precocemente, antes do início das aulas, quais alunos PCD estarão ingressando. Quais cursos pertencem e qual a deficiência destes. A partir dessas informações, a equipe entra em contato com o aluno ou com a família para coletar informações importantes, e em parceria com o núcleo de assistência estudantil.

4.5.4 Relato dos servidores técnico revisores Braille

Os revisores Braille, trabalham conjuntamente realizando transcrição de texto para o sistema Braille, revisão de textos, auxiliam professores com projetos de extensão, transcrevem legendas, etc. Orientamos os docentes como devem proceder: que tipo de materiais devem ser utilizados e como auxiliar o aluno PcD de modo que o mesmo disponha de um conteúdo acessível.

Relatam que a maior dificuldade em desenvolver ações efetivas no âmbito da Inclusão no IFAC é a visão geral de que o NAPNE tem a responsabilidade por tudo que envolve o estudante com deficiência, porém esse processo precisa acontecer conjuntamente porque o aluno é da instituição

Ante às explicações dos revisores Braille, depreende-se que o NAPNE do campus Rio Branco dispõe de materiais didático-pedagógicos para atender estudantes com deficiência visual, nos aspectos físicos, ou seja, na capacidade parcial de produzir estes materiais para possibilitar que os alunos DV tenham acesso aos conteúdos escolares, porém, cujas narrativas não apontam nenhum tipo de apoio em capacitar os alunos com deficiência visual a fazer uso das tecnologias assistivas. Não é interessante partir do princípio de que todos alunos PcD dominam os recursos tecnológicos, pois nem todos dispõem de condições financeiras para compra destes equipamentos. Além disso, cada aluno tem um histórico de vida difere

4.5.5 Contribuições dos Técnicos Tradutores Intérpretes de LIBRAS

Eles expuseram que além de interpretar em sala de aula, participam de projetos de extensão, adaptações de aulas com os docentes, atuação em processos seletivos, ministração de curso de LIBRAS, atividades internas apoio individual aos surdos e demais alunos PcD, etc. Os mesmos demonstram satisfação com as atribuições discriminadas na Resolução de Nº 18/2019/CONSU/IFAC, DE 17 DE MAIO DE 2019.

Considerando as experiências acima descritas por parte dos tradutores intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, é notória a relevância de suas atividades realizadas no Campus Rio Branco, em prol principalmente dos discentes surdos, visto que estes profissionais têm um papel fundamental na mediação entre docentes e os alunos surdos. Vale destacar que além da tradução e interpretações referidos servidores realizam outras ações voltadas para proporcionar acessibilidade educacional aos educandos com deficiência auditiva e com surdez.

É importante salientar que estes servidores são incumbidos de muitas atividades, segundo informaram, já houve anos que tinha 7 alunos matriculados que necessitam do apoio na sala de aula e também 7 intérpretes: 4 efetivos e 3 provisórios. Dessa forma, ficando sobrecarregados, isto ocorre devido à falta de profissionais especializados para atuarem no processo inclusivo nas instituições educacionais. O que ocasiona a precariedade dos serviços e por conseguintes prejudica diretamente o desempenho de seus usuários.

Note-se que os sujeitos da pesquisa concordam quanto a incipiência dos serviços ofertados aos acadêmicos com deficiência no campus Rio Branco, além de deixar claro, a necessidade de colaboração mútua entre toda a comunidade escolar, suscitando a tomada de posição institucional como bem cita Ferrari (2007). Assim, demonstrou-se um diagnóstico atual do processo inclusivo na mencionada instituição educacional.

Dada análise dos resultados da pesquisa, podemos inferir que o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas no Instituto Federal do Acre, realiza muitas ações inclusivas, porém a maioria de caráter emergencial quando deveria ser em fluxo contínuo. É notório o avanço gradativo do atendimento aos

alunos PcD no campus Rio Branco, pois o NAPNE dispõe de adaptações de materiais didáticos, atendimentos básicos quanto a entrada e permanência destes estudantes, orientações gerais e específicas inerentes a cada deficiência, serviço de monitoria em alguns casos, intérpretes de LIBRAS e ações inclusivas pontuais, como a jornada inclusiva.

Atualmente o NAPNE conta com a colaboração de professores que desenvolvem projetos voltados para a inclusão, porém, a demanda de alunos PcD é bastante complexa. Por isso, necessitam de acompanhamento educacional individualizado por uma equipe multiprofissional: psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais. Todos com especialização em Educação Inclusiva.

Embora, a gestão atual do NAPNE demonstre um panorama de procedimentos adotados para o atendimento dos estudantes com deficiência numa perspectiva inclusiva, a gestão do IFAC precisa conceber o processo de inclusão dos estudantes PcD como um desafio possível, contratar mais profissionais especializados para que hajam intervenções didático-pedagógicas, sociais, e tecnológicas efetivas que facilitem de fato a atuação docente com discentes com deficiência.

Ressalte-se que o NAPNE do campus não dispõe destes profissionais e a falta deles sobrecarrega os demais, que tentam suprir esta lacuna, o que ocasiona em precariedade dos serviços prestados pelo NAPNE. Gerando a prática de culpabilização e responsabilização dos setores pela inclusão: a gestão espera que a justiça ordene que aluno seja “incluído”, o NAPNE não dispõe sequer de equipe multiprofissional para dá suporte adequados a estes educandos PcD e os professores alegam que não estão preparados a lidar com a inclusão, no entanto, quem sofre as consequências são os alunos com deficiência.

É relevante destacar que a inclusão na prática, deve acontecer num processo contínuo principalmente nas salas de aula, pois estes espaços de aprendizados são excelentes no tocante às adaptações curriculares, rompimento de barreiras atitudinais, comunicacionais, informacionais e tecnológicas.

Conforme Mantoan (2012), ao invés de orientar os docentes a partir de conceitos definidos, os profissionais especializados em Educação Inclusiva, devem junto aos estudantes PcD e docentes construir uma escola acessível, visto que estas ações formativas contínuas são imprescindíveis que os saberes docentes

ocorram nas práxis, resultando em um currículo capaz de atender também o público-alvo da Educação Especial.

Para que o público-alvo da Educação Especial obtenha êxito no ensino e aprendizagem, faz-se necessária a reciprocidade entre coordenação do NAPNE, gestão escolar, educadores e alunos com e sem deficiência, com vistas a propiciar um ambiente educacional acessível e inclusivo a todos.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa objetivou-se realizar uma análise diagnóstica sobre o processo de inclusão dos estudantes com deficiência (PcD), no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco fato que se constatou a partir dos dados coletados por meio de questionários semiestruturados e abertos tendo como participantes do estudo em tela, professores, alunos PcD e profissionais do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Os objetivos específicos fundamentam-se em verificar a percepção docente, a concepção de alunos (PcD) e a atuação do NAPNE. Durante o percurso da pesquisa identificou-se que tais objetivos foram alcançados e que as hipóteses estão intrinsecamente ratificadas e relacionadas aos resultados apresentados, visto que foi possível mensurar o quadro situacional da inclusão de educandos com deficiência no referido *Campus*.

No tocante a problemática investigada, cujo teor sinaliza a insuficiência dos serviços ofertados pelo NAPNE; a falta de capacitação dos professores em lidar com estudantes PcD; bem como, a ausência de uma política institucional que funcione efetivamente numa perspectiva inclusiva, os dados analisados demonstraram que de fato estes problemas são recorrentes no âmbito do Instituto Federal do Acre (CRB).

A metodologia adotada permitiu verificar as indagações que resultaram nesta pesquisa e identificar outros fatores que influenciam negativamente o processo de inclusão na instituição pesquisada.

Os autores e a legislação selecionados para fundamentação teórico-prática atenderam satisfatoriamente ao propósito do estudo em questão

Desse modo, o presente manuscrito, demonstra aspectos que chamam a atenção para a relevância em discutir e pôr em prática a temática Inclusão nos

espaços sociais, principalmente educacionais, os quais ainda não atuam na prática de forma institucionalizada, no sentido de formar sujeitos reflexivos aptos a mudanças de paradigmas, que respeitem às diferenças e que pautem-se nas ações que funcionem efetivamente e eliminem as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no ambiente escolar e demais âmbitos da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especial, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e acrescenta dispositivo ao decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de setembro de 2008.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de novembro de 2011.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194° da Independência e 147° da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

ESPAÑA. **Declaración De Salamanca: Sobre principios, políticas e prácticas na área das necesidades educativas especiales**. Salamanca - Espanha, 1994.

FONTOURA, Helena Amaral. **Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa quantitativa.** In: Helena Amaral da Fontoura. (Org.). Formação de professores e 111 diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa. 1ed. Niterói: Intertexto, 2011b, v. 1, p. 61-82.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 36ª Edição, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GALVÃO, Teófilo Alves Filho. **A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios.** In: Revista da FACED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FACED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em:
http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm. Acesso: 25 fev. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO FEDERAL. **Conferência da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência até esta sexta-feira.** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Junho de 2018. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/conferencia-da-onusobre-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-segue-ate-esta-sexta-feira>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resolução 23/2011.** Institui, no âmbito do IFAC, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE e Aprova o seu Regulamento. Disponível em:
http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=164&Itemid=120

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Escola dos diferentes ou escolas das diferenças?** Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em:
file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-dasdiferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf. Acessado em: 18 de agosto de 2020.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008.

OLIVEIRA, Maria Djanira. **A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE IFTM - campus Uberaba.** 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) -

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em:

<

https://iftm.edu.br/visao/loader_anexo_cursos.php?src=150219074256_20180730_-_maria_djanira_de_oliveira.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

5 ARTIGO: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOBRE A INCLUSÃO NO IFAC /CAMPUS RIO BRANCO³

³ Artigo submetido à revista Debates em Educação da Universidade Federal de Alagoas UFAL (Qualis B1). Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao>

5.1 RESUMO DO 2º ARTIGO

Este manuscrito trata da temática inclusão de alunos com deficiência visual no IFAC *Campus* Rio Branco. Verificou-se por meio de entrevistas com os referidos educandos, as condições de acessibilidade, a partir da realidade vivenciada pelos estudantes com deficiência visual levando em consideração como eles se percebem no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco. Se as condições de acessibilidade os permitem participar efetivamente do ensino/aprendizagem. E quais suas proposições sobre o que de fato deve ser uma instituição inclusiva. Também enfatizamos sobre a Tecnologia Assistiva (T.A) no processo de escolarização dos alunos PcD que dependem da acessibilidade proporcionada pela T.A, a fim de exercerem o direito de igualdade de condições com as demais pessoas. Este estudo ancorou-se na abordagem qualitativa, na tematização de Fontoura (2011), no método estudo de caso e nos aspectos teórico-empíricos. Tal metodologia possibilitou uma análise que constatou as hipóteses que culminaram na pesquisa em tela, além da identificação de outros problemas existentes no âmbito do Instituto Federal do Acre/CRB, no que se refere ao processo de inclusão das pessoas com deficiência/DV. Concluímos, que os educandos do público-alvo entrevistado ainda enfrentam muitas dificuldades de acessibilidade atitudinal, comunicacional, acolhimento institucional, didático-pedagógica, tecnológica, lidam com o capacitismo, preconceito e intolerância por parte de educadores, núcleo de apoio e gestão.

Palavras-chave: Deficiência visual. Inclusão. Barreiras. Escolarização.

5.2 INTRODUÇÃO

Este manuscrito trata da temática inclusão de alunos com deficiência visual (DV) no Instituto Federal do Acre/IFAC *Campus* Rio Branco/CRB, onde verificou-se por meio de entrevistas com os referidos educandos, as condições de acessibilidade, propondo compreender como ocorre o processo inclusivo, bem como apresentar proposições que possam reduzir as barreiras por eles enfrentadas, principalmente as atitudinais e comunicacionais. Com este estudo investigamos como os estudantes com deficiência visual se percebem no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco. Analisando se a condição de acessibilidade os permite participar efetivamente do ensino /aprendizagem. E quais suas proposições sobre o que de fato deve ser uma instituição inclusiva.

E fundamenta-se num referencial teórico que versa acerca da inclusão de estudantes - DV e legislação, cujo teor amplia, assegura e ratifica os direitos das pessoas com deficiência numa perspectiva inclusiva e de respeito às diferenças.

Enfatizamos também o papel da Tecnologia Assistiva (TA) para a efetivação da escolarização dos alunos PcD que dependem da acessibilidade proporcionada pela TA afim de exercerem o direito de igualdade de condições com as demais pessoas.

Considerando que a inclusão das pessoas com deficiência é uma realidade que precisa ser tratada como prioridade principalmente nas escolas, por se referir a espaços multiculturais, interculturais, heterogêneos e essencialmente sociais, deve acolher a todo alunado sem acepção de pessoas, preconceito e discriminação.

A pesquisa em questão tem grande relevância no âmbito educacional, bem como no sentido de desbravar esta temática no IFAC, pois nos seus dez (10) anos de existência ainda não houve pesquisas voltadas para a inclusão dos discentesDV. Além disso, visa contribuir com pesquisas posteriores e estimular o processo inclusivo na prática, no seio das instituições federais e nos demais ambientes educacionais.

Guiamo-nos na esteira da Psicologia de Vygotsky e na teoria humanista de Paulo freire com intuito de propiciar discussões que instiguem nos leitores o senso autor reflexivo, condicionem alteridade e empatia. Objetivando assim, umasociedade capaz de promover transformação social na realidade em que vive numa perspectiva colaborativa.

5.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como universo o Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco, tendo como sujeitos da pesquisa, os alunos com deficiência visual incluindo uma das autoras deste artigo.

A pesquisa em tela, foi guiada à luz do método Estudo de Caso segundo ensina YIN (2001). Quanto as características, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, visto que demanda análise, deduções e seu resultado depende de um conjunto de fatores para alcançar os resultados esperados ante a necessidade de análise detalhada do processo de inclusão dos educandos DV conforme Gil (2008).

Os autores valeram-se do procedimento bibliográfico, por utilizar-se de revisão de literaturas, também da pesquisa de campo, visto que os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas contendo sete (7) questões norteadoras com os estudantes DV/IFAC, realizada em 14 de

outubro/2020, via Google Meet. Quanto a natureza, classifica-se como uma pesquisa aplicada uma vez que o resultado final é destinado a um público-alvo específico (GIL, 2008). A análise pautou-se na tematização de Fontoura (2011).

Registre-se que o IFAC/CRB durante seus dez (10) anos de existência, segundo dados do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) encaminhados via e-mail, recebeu apenas cinco (5) discentes DV: duas mulheres com baixa visão, a nível de graduação as quais já concluíram. E atualmente há três discentes matriculados: um com cegueira no curso técnico subsequente em segurança do trabalho, uma mulher com baixa visão e um homem com deficiência múltipla (baixa visão e física) no curso de mestrado de educação profissional e tecnológica.

5.4 ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS: PROCESSOS PEDAGÓGICOS NO ÂMBITO DA INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Em se tratando do ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, consideramos escritores que abordam sobre a pessoa com deficiência visual nos aspectos clínicos e pedagógicos, porém foi dada ênfase às suas necessidades pedagógicas de acessibilidade ao currículo escolar na perspectiva da Educação Inclusiva, pontuou-se sobre os desafios enfrentados: diversas barreiras; adaptações recursais e pedagógicas; interdisciplinaridade, transversalidade e compromisso docente.

Para Nuernberg (2011), as barreiras atitudinais são a raiz de todas as demais barreiras, porque os obstáculos impostos de forma intencional ou não, partem das atitudes humanas. Nuernberg (2011) e Netto (2017), abordam sobre as barreiras atitudinais e dialogam ao considerar que estas são as principais barreiras que entram o processo de inclusão na prática. Dada a análise destes autores, tendo em vista que as pessoas com deficiência enfrentam diversos percalços, é viável afirmar que a mudança de concepção social, não é um processo rápido e tão pouco fácil de ser implementado na sociedade.

Barreiras atitudinais podem ser definidas como meios que dificultam o acesso de pessoas com deficiências a diferentes locais. Porém, não de forma a não existir acesso físico, mas sim, de existirem atitudes de preconceito ou de não inclusão por parte das pessoas que frequentam os

espaços. Essas atitudes podem ser conscientes ou não, derivadas de um preconceito explícito ou não. O termo se relaciona com o conceito de Capacitismo, uma forma de preconceito contra as pessoas com deficiência em que se julgam incapazes ou que tem a necessidade de serem tuteladas por uma incapacidade de conviver ou realizar atividades. (NETTO, 2017 p. 01).

É relevante destacar o conceito de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e que este viabiliza a parte prática do processo educacional dos educandos PcD:

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

Sobre o atendimento educacional especializado, propusemos destacar sua importância para a efetivação da escolarização das PcD, tal como deve ser trabalhado com viés de atender os educandos de forma individualizada visando sanar suas dificuldades e eliminar diversas barreiras educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino.

Também apresentamos os conceitos da deficiência visual:

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL 2004).

Registre-se ainda que em 2019, o projeto de Lei 1.266 aprovou a visão monocular como deficiência visual, garantindo a estas pessoas os mesmos direitos reservados às pessoas cegas e com baixa visão.

Conforme Biazetto (2008), nos aspectos educacionais a deficiência visual é baseada nas possibilidades de ensino e aprendizagem das pessoas com essa deficiência, pois qualquer resquício visual pode contribuir para a elaboração de materiais didáticos e utilização de recursos pedagógicos adequados a fim de melhor atender as necessidades educacionais específicas do educando visando ao máximo a aquisição do conhecimento.

O aporte teórico que orienta sobre como trabalhar as práticas pedagógicas com alunos com deficiência visual é apresentado por Biazetto (2008), Galvão Filho (2013), Nascimento (2017), dentre outros, descrevem os recursos humanos e tecnológicos que proporcionam acessibilidade aos ambientes diversos, Nascimento enfatiza o papel do leitor/transcritor e da Áudio-descrição realizada pelo áudio-descritor, ambos executam atividades fundamentais para que pessoas com cegueira, baixa visão, autistas, dislexos e idosos possam participar, efetivamente, da vida em sociedade, reduzindo as barreiras, principalmente, as comunicacionais e informacionais.

No tocante aos processos pedagógicos no percurso escolar dos estudantes cegos, Biazetto (2008), corrobora com Nascimento (2017), e acrescenta que é importante compreender que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a deficiência visual pode ser congênita ou adquirida. Ela enfatiza que isto é um divisor de águas quando inicia o processo de escolarização de crianças ou adultos, porque aqueles que já enxergaram têm uma memória visual do ambiente, um construto imagético que facilitará sua relação com mundo por meio de aulas expositivas/explicativas ligando aquilo que é dito, a objetos, cores, pessoas, etc. Assim como fazem as crianças videntes que embora demandem estratégias diversas para organizar o pensamento lógico.

Vygotsky (1988) enfatiza sobre a importância de que as crianças cegas sejam estimuladas precocemente para ativar a agudez dos demais sentidos na tentativa de desenvolver o processo biológico de compensação.

Para ele, o sistema Braille, Soroban, elementos palpáveis tridimensionais, e em alto relevo proporciona acessibilidade didático-pedagógica aos alunos cegos, principalmente aos com cegueira congênita. Cabe salientar que a tecnologia assistiva oferece um leque de possibilidades acessíveis no tocante ao mundo digitalo qual condiciona mais qualidade de vida a estas pessoas. Complementando a análise, a referida autora enfoca que ao iniciarem o ensino infantil nas escolas regulares estas crianças terão melhores condições em aprender os conteúdos sistemáticos, também em organizar sua vida social. Ante tais considerações, Biazetto (2008), dialoga com Sasaki (2011), Mantoan (2012), Gurgel (2015), visto que todos defendem o ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência na escola comum.

Ao considerar a Psicologia Vygotskyana no que tange a sócio interação, as pessoas cegas não apresentam nenhuma dificuldade cognitiva e comunicacional do ponto de vista da linguagem, isto possibilita a estes sujeitos, desenvolver socialmente e tornar-se útil, capaz de prover sua própria sobrevivência, afirma Biazetto, (2008)).

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky muito contribui nos processos pedagógicos das pessoas com cegueira, pois associa a mediação meio/indivíduo, transferência das ideias externas para juntar-se ao construto interno o que ele chama de internalização. Como bem explica Biazetto (2008), esta teoria auxilia na aprendizagem destes alunos ao passo que são levados a fazer contato com os objetos através do tato, interagir por meio da linguagem cujas funções apresentam-se multifacetadas, gerando uma infinidade de possibilidades mediação sujeito/meio e aquisição do conhecimento. Ela afirma que nestas pessoas os sentidos costumam ser mais aguçados com viés de reparar a falta da visão.

Note-se que a Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento forte aliada no fazer pedagógico, tendo em vista que potencializa o ensino-aprendizagem dos discentes com deficiência por meio de adaptações de linguagens, recursos, e artefatos como destaca Galvão Filho (2009). Segundo ele, esta tecnologia expressa-se em produtos, recursos, metodologias estratégias, práticas e serviços desde os mais simples como uma bengala, aos mais sofisticados softwares e tem por fim, oferecer condições de acessibilidade arquitetônicas pedagógicas etc., visando independência, qualidade de vida e inclusão às pessoas com deficiência.

Assim, a inclusão das pessoas com deficiência, depende de responsabilidade conjunta, seja na escola ou em quaisquer situações, e grande parte dos avanços alcançados na prática, deve-se a aplicabilidade da Tecnologia Assistiva (T.A), pois seu uso oportuniza acessibilidades diversas às PcD. A T.A, funciona como facilitadora “fio condutor” que “conecta” o indivíduo ao mundo, eliminando as barreiras físicas, sensoriais e cognitivas Galvão Filho, (2013), Paschoal (2014), Bersch (2017), Freitas, Delou e Castro (2018).

Cabe salientar que a teoria sociocultural da aprendizagem de Vygotsky, ainda conforme Biazetto (2008), contribui significativamente no que tange a inclusão escolar e social das pessoas com deficiência, pois centraliza-se no compartilhamento das ideias em ambientes sociais o que resulta num construto que

podemos chamar de assimilação de novos saberes que se somam aos já internalizados pelo indivíduo.

Conforme Freitas et al. (2018), outro fator que viabiliza os processos pedagógicos dos educandos com deficiência, considerando a aprendizagem do ponto de vista inclusivo, cultural e social, é a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE). No Brasil, já houve no ensino dos discentes com deficiência visual várias adaptações: recursais, didáticas, pedagógicas, linguísticas e tecnológicas. Apesar desses avanços, ainda existem diversas barreiras a serem reduzidas por meio de ações a respeito do processo educacional do estudante com deficiência visual, estratégias e compromisso docente (FREITAS et al., 2018).

5.4.1 Inclusão de Alunos com Deficiência Visual na Educação Profissional

A partir dos anos 2000 alguns programas foram criados com intuito de atender pessoas com deficiência na educação profissional e cursos de graduação como uma proposta de expansão da educação tecnologia e profissionalização das pessoas com deficiência na rede federal (TECNEP) e INCLUIR (2007) e Com o advento da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, os sistemas de ensino necessitaram redefinir suas ações de ensino e aprendizagem de forma a atender o público-alvo da Educação Especial na escola comum (BRASIL 2008) refletindo em políticas públicas de inclusão como a lei de cotas 13409 (2016).

Nogueira e Oliver (2018), enfatizam que o programa Incluir /Ministério da Educação, muito vem contribuindo para a inclusão das pessoas com deficiência nas IFES brasileiras. Esclarecem ainda, que este recurso visa a implantação e manutenção de núcleos de acessibilidades nestas instituições, com vistas a garantir condições para a permanência e conclusão do ensino superior por parte dos estudantes PcD.

Apesar destes programas de governo terem um papel relevante no processo inclusivo nas Ifes brasileiras, segundo informações institucionais, o IFAC não participou de nenhum programa desta natureza.

A autora Maria Djanira de Oliveira em sua dissertação de mestrado intitulada: A Inclusão no contexto dos Institutos: A trajetória pedagógica do NAPNE/IFTM, traz

contribuições significativas, pois aborda sobre papel dos NAPNES nos institutos federais brasileiros.

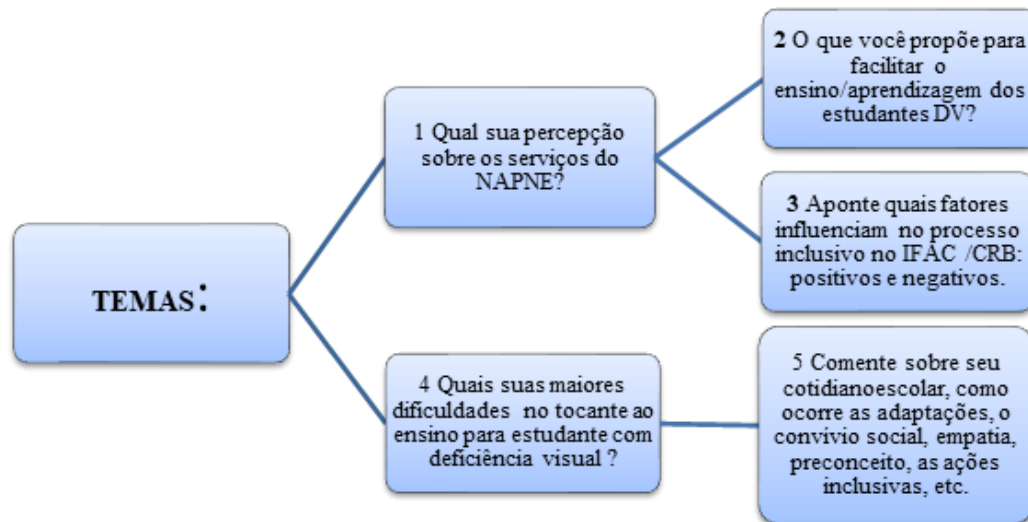
É importante salientar que a mesma enfoca o processo histórico e pedagógico destes núcleos de acessibilidade e corrobora enfatizando a importância da legislação vigente para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência.

Partindo do princípio de que trata a resolução nº 24/2013, todos os Institutos federais do Brasil, pôde elaborar e publicar sua própria resolução, cujo documento, define a metodologia e estratégias para promover na prática a inclusão escolar dos alunos PcD.

Diante de uma disseminação do ideário fundante da razão de ser dos institutos federais brasileiros, apresentado por Saviani (2007), Ramos (2007), Mol (2013), Ciavatta (2018) dentre outros, os quais defendem uma Educação pautada no trabalho como princípio educativo, interdisciplinaridade, formação integral, pesquisa e centralidade na pessoa humana visando sua emancipação social e exercício da cidadania plena, contudo, isto não se reflete na prática, situação discutida pelos mesmos autores quando reconhecem as dificuldades de superação do ensino dual, influências político-econômicas na elegibilidade curricular, além de tensões e contradições no âmbito institucional. Reflete menos ainda no que diz respeito à inclusão de educandos com deficiência, cujos discursos e grande partedo aporte teórico aproximam-se da perfeição, sendo a realidade destes alunos muito aquém daquilo que se fala e /ou pratica nas ações de cunho inclusivo.

5.4.2 Resultados e Discussão

Principais eixos tematizados pelos educandos com deficiência visual.



Fonte: produzido pelos autores.

Na sequência tematizou-se as respostas às questões propostas aos estudantes DV do IFAC/CRB respectivamente. Com isto, tencionamos demonstrar a realidade vivenciada pelos discentes com deficiência visual relacionando suas manifestações com o referencial teórico-legal acima apresentado.

Os participantes da pesquisa receberam decodificação no lugar de seus nomes para manter a ética e o anonimato na pesquisa científica.

A partir das entrevistas pôde-se compreender a complexidade institucional em romper com o modelo tradicional enraizado na cultura institucionalizada e estabelecer ações contínuas e efetivas no que tange o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Tendo por base a CF/88 (BRASIL 2020), a Declaração de Salamanca (1994), A LDB 93.94/ 96 (BRASIL 1996), a política de inclusão (MEC2008) e a LBI (2015), além do arcabouço teórico-metodológico e experiências descritas sobre o ensino/aprendizagem dos educandos PcD, infere-se que a inclusão não é uma tarefa fácil, visto que se faz necessária uma legislação específica para garantir os direitos destes estudantes e a partir disto, podemos depreender que a maioria das instituições educacionais “incluem” estas pessoas sob força de leis e normativas governamentais ofertando uma educação forçada, fato que muito aflige nós

peças com deficiência. Sentir o peso da exclusão por não atender o padrão de corponormatividade, por uma sociedade capacitista é lamentável. Considerando Oliveira (2018) indagamos sobre o papel do NAPNE:

A 1: O NAPNE tem o papel de prestar apoio e dá formação aos profissionais da instituição, mas não é a política de inclusão. Embora os mandatários do IFAC afirmem que já tem essa política, ela não existe nem no papel e nem nas intenções (entrevistado 1)

A 2: O NAPNE tem o papel de dá apoio aos alunos PcD, formação aos docentes, mediar o processo inclusivo em todos os setores da instituição, todavia isto não reflete na realidade do IFAC, a instituição necessita adotar de fato, uma política de inclusão (entrevistado 2).

A3: O NAPNE precisa ajudar os professores a atender os alunos com deficiência porque os professores que não tem experiência com estudante com deficiência visual não consegue passar o conteúdo adaptado (entrevistado 3).

Observe que os discentes com deficiência visual expõem as principais barreiras por eles enfrentadas as quais tem sustentação principalmente na gestão do Instituto Federal do Acre /CRB, fato que é recorrente em outros espaços educacionais, isto culmina em exclusão velada. O discurso institucional é suave, inclusivo, acolhedor etc., mas as ações na prática silenciam o tão planejado discurso, cessando os direitos que deveriam ser equânimes a todas as pessoas com e sem deficiência.

Levando em consideração a psicologia de Vygotsky ancorada na sócio interação, na história e cultura da humanidade, as pessoas com deficiência visual não apresentam impedimento cognitivo, sendo capazes de proverem sua própria sobrevivência. Cabendo ao Estado e a sociedade promoverem acessibilidade que proporcione autonomia e exercício de sua cidadania plena.

Na esteira dos direitos e respeito às diferenças, é interessante que o Estado Brasileiro e a sociedade tomem consciência que as PcD não precisam de caridade, favor, etc., posto que são sujeitos sociais com direitos e deveres assim como as demais pessoas da sociedade, haja vista que a Constituição da República assenta os direitos fundamentais a todos os brasileiros sem acepção de pessoas quanto sua condição biopsicossocial.

Considerando que a inclusão escolar deve ser guiada por uma equipe multiprofissional: pedagogo, assistente social e psicólogo como abordam Bortolli e Volsi (2016). Os núcleos de acessibilidade necessitam destes e de outros

profissionais capacitados para viabilizar inclusão na prática, dando suporte pedagógico, social e psicológico aos acadêmicos PcD, além das intervenções institucionais necessárias para a efetivação dos direitos destes estudantes conforme Ciatelli e Leite (2016), com a finalidade de desenvolver ações inclusivas que viabilizem o ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, possibilitando relações mútuas entre discentes, docentes e equipe multiprofissional e demais grupos.

Em suma, o NAPNE não dispõe de equipe multiprofissional, atua em situações emergenciais e não consegue estabelecer uma articulação colaborativa entre professores/ alunos PcD/gestão. Daí resulta na precariedade do atendimento educacional especializado.

Indagados sobre quais recursos educacionais poderiam contribuir para reduzir barreiras no processo de ensino /aprendizagem dos estudantes com deficiência visual, eles responderam as seguintes proposições:

A1: Penso que os professores precisam de formação continuada, mas não será suficiente, porque o IFAC precisa assumir a inclusão para que todos os projetos já nasçam inclusivos. E acredito que uma minuta de política institucional de inclusão teria lugar nas principais frentes colegiadas do Campus Rio Branco objetivando um ambiente mais inclusivo (entrevistado 1).

A2: Concordo com o colega A1, visto que a escola é lugar de diversidade e deve atender seu alunado ofertando igualdade de condições e de modo personificado. Acredito que um produto educacional que auxiliará efetivamente a inclusão dos educandos DV trata-se de um parâmetro norteador das políticas a serem adotadas, legislação específica para atender o público-alvo da educação especial e instruções pedagógicas sobre como os docentes devem proceder com estudantes DV (entrevistado 2). A3: Escolho a formação continuada de professores por meio de oficinas (entrevistado 3)

No entendimento de Paulo Freire educar exige amor, ética, respeito, formação continuada e pesquisa. Para uma prática docente emancipatória, cujo fundamento pauta-se na formação humana com vieses de formar cidadãos críticos e reflexivos capazes de transformação social na sua realidade. (FREIRE, 2009).

No entanto, para que haja uma docência conforme Ensina Freire (2009), os espaços educacionais necessitam de uma tomada de posição no sentido de atender seu público estudantil na sua totalidade e que os discentes com deficiência devem usufruir de um ambiente inclusivo que se sustente na colaboração mútua. (FERRARI, 2007).

Ao serem questionados sobre os fatores que influenciam no processo inclusivo no IFAC/CRB os acadêmicos entrevistados com DV falaram o seguinte:

A1: O fator positivo é a existência do NAPNE, por que sem o NAPNE ainda seria bem pior. Já os negativos sobrepõem os positivos: a falta dessa política de inclusão, a falta de acolhimento etc, contudo, algumas coisas vem evoluindo, no sentido da redução de barreiras nas comunicações, por meio da pressão legal alguns professores já tem um certo cuidado, mas seria ideal que isso aconteça de forma natural.(entrevistado 1)

A2: Vejo como positivo o NAPNE e o interesse de alguns docentes pela temática inclusão. Fatores negativos: a falta de tomada de posição institucional frente à inclusão dos discentes PcD, a falta de formação continuada de professores, a falta de acolhimento por parte do IFAC e do NAPNE (entrevistado 2).

A3: O apoio do NAPNE com materiais adaptados e a monitoria é muito bom, mas falta ajudar os professores da sala de aula a passar o conteúdo mais acessível (entrevistado 3)

Considerando a política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva, (MEC 2008) a qual estabelece diretrizes sobre a inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas comuns, é viável afirmar ante os relatos dos educandos entrevistados, que tal política no IFAC/CRB ainda caminha a passos lentos e não vem sendo priorizada. Tais relatos vão de encontro a visão de que a maioria das instituições de ensino “incluem” estes alunos por forças jurídicas.

No tocante as dificuldades enfrentadas na condição de estudantes com deficiência visual, analise:

A1: A principal barreira é a comunicacional, para pessoas com DV no sentido do despreparo docente, apesar do NAPNE ofertar algumas formações parece que não desenvolveram nenhuma competência. Falta sensibilidade nos professores (entrevistado 1)

A2: As barreiras comunicacionais e atitudinais são a raiz dos principais entraves na escolarização dos estudantes DV. Também encontro barreiras tecnológicas por que não domino com eficiência o uso da Tecnologia Assistiva e falta de acessibilidade nos conteúdos ministrados pelos professores, além da falta de inclusão digital que em muitos casos os sites não são acessíveis (entrevistado 2).

A3: A: Tenho dificuldade em entender os conteúdos ministrados pelos professores (entrevistado 3)

Os desafios para a efetivação de espaços inclusivos (escolas, ambientes de trabalho, lazer, etc.), ainda são irresolutos e sustentam-se, principalmente, nas barreiras atitudinais resultantes de uma cultura arraigada com profundas raízes na antiga Civilização Greco-Romana quando havia uma generalização consentida do

infanticídio, seja por razões econômicas, ou por considerar socialmente inviável a sobrevivência de crianças recém-nascidas com alguma deficiência. Estas ações resultaram numa rede de crenças, processos e práticas sobre os corpos com impedimentos que nesse sentido a manifestação da deficiência lesiona o ideário eugênico de corporeidade grega tão intimamente enraizada em nós e perpetuada de geração em geração como bem destacam (NUERNBERG 2011) e (MELLO, 2016).

Sobre a vida cotidiana em sala de aula os participantes da pesquisa fizeram as seguintes abordagens:

A1: Em alguns professores a gente já nota uma certa preocupação, na maioria percebe-se um errado capacitismo, pensam que é nós que temos que nos adequar aos padrões sociais, de corpnormatividade, quando na realidade a sociedade é que precisa adequar-se para que a minha deficiência não seja o principal impedimento. Os professores precisam tomar consciência disso. A inclusão no IFAC depende de um esforço coletivo que tenha como diretriz a inclusão para todos (entrevistado 1).

A2: A vida no cotidiano escolar, possibilita que os alunos PcD, vivenciem os dois extremos, exclusão x inclusão. Porque o papel de acolher ou ignorar as pessoas com deficiência historicamente foi atribuído à sociedade e se perpetua até os dias atuais, então, se as pessoas são “boazinhas” os estudantes PcD são acolhidos e se outras são intolerantes, aí estes educandos sofrem discriminação, preconceito, bullying etc. E no IFAC não é diferente (entrevistado 2)

A3: Na sala de aula sou bem acolhido só os professores não fazem a áudiodescrição das imagens (entrevistado 3)

Perceba que a proposição do participante A1, coaduna com a finalidade do decreto 6949/2009 o qual afirma que não é a deficiência que impede a plena participação social, educacional, arquitetônica, tecnológica, etc., das pessoas com deficiência, mas sim, as barreiras impostas pela sociedade. E sinaliza para o desenho universal, cujos espaços, estratégias, métodos e técnicas devem ter caráter universal com vistas a atender a todos em igualdade de condições.

Em contraponto, numa sociedade capitalista como a do Brasil, na qual a escola é guiada pelo currículo que serve como elemento diretivo social, cuja finalidade é o controle social, pensado pela hegemonia capitalista, com vistas a atender o capital estrangeiro pautado no regime de produção e serviços sem se preocupar com as pessoas enquanto sujeitos humanos. Com isto, o capacitismo ganha lugar de destaque atingindo em cheio as pessoas com deficiência. Porque historicamente as PcD eram tidas como incapazes, inválidas minoradas dentre

outros. Tais conceitos ainda se manifestam na vida cotidiana destas pessoas (HIPOLITO, 2010 e SASSAKI, 2011).

Assim, a educação que iniciou sua história voltada para os “desvalidos”, e órfãos, “desagou” num ritmo acelerado na esteira do mercado de trabalho, seletiva e excludente. E sendo a sociedade regida pelo sistema de interesse econômico restam às pessoas menos favorecidas as lutas e como resultados as políticas públicas de Estado e de governo, como é o caso da legislação específica em garantir os direitos das PcD e ainda assim, tais leis muitas vezes são costumeiramente violadas. Estas pessoas seguem sofrendo preconceito, discriminação *bullying* e descaso do poder público dentro e fora da escola.

5.1.1 A Tecnologia Assistiva no processo de inclusão dos estudantes com deficiência visual

Para Galvão Filho (2013), a Tecnologia Assistiva (TA) não pode ser confundida com Tecnologias Educacionais, pois a TA tem por finalidade a proporcionar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, [no que concerne a perda parcial ou total da visão, audição, capacidade motora, e redução das funções cognitivas].

Ele também enfoca que a TA ganhou uma nova configuração a partir do advento do modelo social da deficiência a partir de 2008, visto que anteriormente pautava-se no modelo médico que tinha enfoque na condição apenas biológica, sendo voltada para o campo da saúde. Nos últimos anos, a TA vem sendo estudada e aplicada fortemente no âmbito educacional e trata-se de recursos de acessibilidade essencial para a promoção de cidadania às pessoas com deficiência.

A TA no Brasil é conceituada da seguinte forma:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas - ATA VII 2009)

Note-se que a TA é direcionada às PcD, visando reduzir e liminar barreiras que impedem a participação efetiva destas pessoas na sociedade, logo, não destinase aos profissionais da saúde, posto que seus instrumentos têm vises de reabilitação social como bem cita Galvão Filho (2013).

Bersch (2017), corrobora dizendo que a Tecnologia Assistiva são todos os recursos, serviços, estratégias, métodos e práticas que tem por fim facilitar o acesso a informações, bem como atender diversas necessidades de adaptabilidade na vida da pessoa com deficiência. Segue dizendo que a TA torna as coisas mais fáceis para pessoas sem deficiência e para as pessoas com deficiência torna as coisas possíveis.

Destarte, os conceitos e aplicabilidades da TA não se distanciam da realidade das PcD, cumpre o papel de integrá-las à sociedade, podendo ser utilizada em maior ou menor grau de intensidade, pois há situações que umamesma PcD utiliza: cadeira de rodas, softwares leitores de fala, guia de assinatura para cegos, áudio-descrição, leitores e transcritores de textos, fone de ouvido adequado, etc. Isto no caso de uma pessoa com deficiência múltipla como é o caso de um dos participantes desta pesquisa. Em contrapartida há PcD que tem baixa visão leve que utiliza apenas letras ampliadas ou uma lupa ajustada à sua acuidadevisual.

Dada a importância e funcionalidade da Tecnologia Assistiva consideramos os argumentos dos educandos DV participantes desta pesquisa sobre a indispensabilidade de as instituições de ensino, adotarem um laboratório de TA no qual os estudantes PcD possam realizar suas atividades extra classe além deserem capacitados pelos núcleos de acessibilidade na esfera federal e pelas salas de recursos no âmbito estadual e municipal, porque a maioria dos discentes PcD não têm domínio do uso de recursos técnicos de acessibilidade.

Quanto aos tipos de TA utilizados por cada um dos entrevistados percebeu-se que não há uma precisão sobre uma listagem específica, pois além dos recursos básicos, (cadeira de rodas, leitores de fala, áudios, celulares com programa de voz, áudio-descrição, Computadores com leitor de tela, etc.), há muitos outros recursos que lhes são imprescindíveis como um sinal sonoro de trânsito por exemplo. Com exceção da cadeira de rodas utilizada pelo PcD múltiplas, os três fazem uso dos demais recursos de acessibilidade supramencionados, além de tantos outros presentes no dia-a-dia destas pessoas.

Registre-se que tais auxílios técnicos na imensa maioria das vezes são de inteira responsabilidade dos estudantes com deficiência, Já que o IFAC não fornece ou auxilia nesse sentido, fato que dificulta ainda mais a inclusão social, educacional e tecnológica destes indivíduos, visto que a grande maioria do público-alvo da Educação Especial historicamente vivem em situação de extrema pobreza, conforme Gurgel (2015).

É relevante destacar que seria ideal que todos os alunos com e sem deficiência pudessem concluir o ensino fundamental já tendo conhecimento teórico- prático das tecnologias educacionais e Tecnologia Assistiva, porém num país de desigualdade social feito o Brasil, muitos destes estudantes sequer têm noções sobre tais recursos. Daí não cabe o ensino médio ou superior penalizar as pessoas com deficiência pelo fato de não operacionalizar artefatos tecnológicos e serviços voltados para seu desenvolvimento enquanto sujeitos de direitos que devem ser atendidos em todos os níveis e modalidades de ensino garantias assentadas na CF /88 (BRASIL 2020), (LDB 9394/96) e LBI (BRASIL 2015).

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ancorou-se na abordagem qualitativa, na tematização de Fontoura (2011), no método estudo de caso e nos aspectos teórico-empíricos. Tal metodologia possibilitou uma análise que constatou as hipóteses que culminaram na pesquisa em tela, além da identificação de outros problemas existentes no âmbito do Instituto Federal do Acre/CRB, no que se refere ao processo de inclusão das pessoas com deficiência /DV.

No transcurso da investigação sobre os estudantes DV na referida instituição, foi possível compreender que os mesmos enfrentam diversas barreiras principalmente atitudinais, comunicacionais e tecnológicas; que os docentes não recebem formação permanente para lidar com PcD e portanto, não conseguem oferecer práticas educativas acessíveis; a gestão não adota uma política institucional de inclusão, gerando culpabilização setoriais, cujas vítimas são os discentes com deficiência; O NAPNE não dispõe de uma equipe multiprofissional, atua numa perspectiva apenas legal (tendendo cumprir o explicitamente exigido por lei); assim, os educandos com deficiência visual seguem estudando por resiliência

buscando superar as adversidades impostas pelo modelo institucional arcaico e capacitista de lidar com os estudantes PcD. Fato reafirmado quando do início do curso de mestrado por uma das autoras deste artigo, que tem apenas 15% de acuidade visual no olho direito e 0,5% no olho esquerdo, requerendo o auxílio de um estudante monitor para lhe dá melhores condições de inclusão digital a gestão do IFAC negou sem pestanejar, situação que muito prejudicou a mestranda em questão.

Ante a análise das entrevistas realizadas com os DV foi possível identificar que o Instituto Federal do Acre/CRB atua no âmbito da inclusão dos alunos PcD de modo emergencial e paliativo sem planejamento e sem pensar uma educação personificada, na qual os sujeitos envolvidos devem receber atendimento individual partindo do particular para o geral, sendo de acordo com a pedagogia freiriana, a centralidade no processo pedagógico.

Dessa forma, o presente trabalho tem significativa relevância social e científica porque apresenta resultados que suscitam outros estudos, a fim de pôem discussão a temática inclusão das pessoas com deficiência nos espaços educacionais na esfera federal, visto que as práticas de exclusão ainda são recorrentes no cotidiano dos acadêmicos PcD. Além disso, as instituições de ensino precisam incentivar o senso de empatia, respeito às diferenças, autorreflexão e amor ao próximo.

5.6 REFERÊNCIAS

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

BIAZETTO, R. de F. C. **As contribuições de Vygotsky para a educação especial na área da deficiência visual**. Secretaria de Estado da Educação. Maringá: dezembro de 2008.

BORTOLLI, M. C. R; VOLSI, M. E. F. **Equipe multiprofissional no ambiente escolar: perspectivas e contribuições para o desenvolvimento dos alunos. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. V.1, p. 04-17, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/UFAC/Downloads/2016_artigo_gestao_uem_morganaclararosa_bortolli.pdf. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso: 04 out. 2020

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 147º da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 09 out. 2019.

BRASIL. **Lei 1615/19, 27 de novembro de 2019**. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/618875-APROVADA-URGENCIA-PARAPROJETO-QUE-CLASSIFICA-VISAO-MONOCULAR-COMO-DEFICIENCIASSENSORIAL#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20da%20C%C3%A2mara%20dos,ex%20erga%20apenas%20com%20um%20olho>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: 04 out. 2020.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial.** Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Jaqueline Moll: **educação integral uma nova forma de viver a vida.** Por Thais Paiva. Publicado dia 28/11/2018. Disponível em:
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/jaqueline-moll-educacaointegral-e-uma-nova-forma-de-viver-a-vida/>

CIAVATTA, Maria. **A reforma do ensino médio: Uma leitura crítica da Lei n. 13.415/2017** - Adaptação ou resistência? 2018.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo and LEITE, Lúcia Pereira. **Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2016, vol.22, n.3, pp.413-428.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso: 25 nov 2020

FERRARI, Marian A. L. Dias and SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio.** Psicol. cienc. prof. [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647.

FERREIRA NETTO. L. R. **Barreiras Atitudinais.** Site Info Escola. Disponível em:
<https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

FONTOURA, H. A. **Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa quantitativa.** In: Helena Amaral da Fontoura. (Org.). Formação de professores e 111 diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa. 1ed. Niterói: Intertexto, 2011b, v. 1, p. 61-82.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 2009. 36ª Edição.

FREITAS, C. G. de; DELOU, C. M.; CASTRO, H. C. **Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência: a educação especial em um instituto federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Novas Edições Acadêmicas. Instituto Fiocruz, 2018.

GALVÃO FILHO, T. A. **A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios.** In: Revista da FAGED - Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm. Acesso: 18 nov 2020.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

GIL A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015.** Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 09 out. 2019.

HYPOLITO, Álvaro M. **Políticas curriculares, Estado e regulação.** Educação e Sociedade. vol.31, n.113, p. 1337-1354, out./dez., 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resolução 23/2011.** Institui, no âmbito do IFAC, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE e Aprova o seu Regulamento. Disponível em: [http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=164 & Itemid=120](http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=164&Itemid=120)

L. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - SNPD. 2009. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>
[Acesso em 06/12/2020](#)

MANTOAN, M. T. E. **Escola dos diferentes ou escolas das diferenças?** Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-dasdiferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf. Acessado em: 18 de agosto de 2020.

MELLO, A. G. DE. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC.** Ciênc. Saúde Coletiva [online]. 2016, vol.21, n.10, pp.3265-3276. ISSN 1678-4561. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016001003265. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>. Acesso: 09 out. 2019.

NASCIMENTO, A. C. M. **Práticas Pedagógicas para Alunos com Deficiência Visual – Aporte Teórico Sobre como Trabalhar com Deficientes Visuais no Contexto Educacional**. Universidade Federal do Semi-Árido. Coodenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social. ISSN 2359-5566. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/includere>. Acesso: 09 out. 2020.

NOGUEIRA, L. F. Z; OLIVER, F. C. **Núcleos de acessibilidade em instituições federais brasileiras e as contribuições de terapeutas ocupacionais para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior**. Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos, v. 26, n. 4, p. 859-882, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2267>. Acessado em 30 de julho de 2020.

NUERNBERG, A. H. **Rompendo Barreiras Atitudinais no contexto da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. UFSC. 2011.

OLIVEIRA, M. D. **A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE IFTM - campus Uberaba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://iftm.edu.br/visao/loader_anexo_cursos.php?src=150219074256_20180730_-_maria_djanira_de_oliveira.pdf>. Acessado em: 17 de agosto de 2020.

PASCHOAL, C. L. L. **Instituto Benjamin Constant - Conversando com o Autor 3**, 2014. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2019. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/livros/miolos_livros/_Conversando-com-oAutor_2014.pdf>. Acessado em: 16 de agosto de 2020.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. seminário sobre ensino médio, realizado pela

SASSAKI, R. K. **A vida de um Assistente Social Divulgando empoderamento**. Bengala Branca, 2011.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso: 09 out. 2020.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; BERTAGNOLLI, S. C.; NERVIS, L.; CORADINI, L. **Conexões assistivas: Tecnologia Assistiva e materiais didáticos acessíveis**. Bento Gonçalves: IFRS, 270 p., 2020.

Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró, respectivamente nos dias 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em:

http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso: 09 out. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

**6 ARTIGO: A PERCEPÇÃO DOCENTE SOBRE A
INCLUSÃO DOS EDUCANDOS DEFICIENTES VISUAIS: PERSPECTIVA
COLABORATIVA 4**

⁴ Artigo aceito para publicação pela Revista eletrônica científica de Ensino Interdisciplinar (Qualis A4).
Disponível em <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI>.

6.1 RESUMO DO 3º ARTIGO

Este estudo trata da inclusão de educandos com deficiência visual no Instituto Federal do Acre - *Campus* Rio Branco e tem por objetivo analisar como os professores se percebem no processo de inclusão didático-pedagógico de alunos com deficiência visual. O estudo tem como base a tendência pedagógica calcada na teoria humanista e libertadora de Paulo Freire. A metodologia de pesquisa empregada orienta-se pela abordagem qualitativa, com a pesquisa de campo, utilizando-se do estudo de caso e do grupo focal. O estudo aponta como resultado fundamental que a inclusão dos educandos PcD/DV no IFAC /CRB ocorre de forma fragmentada, sem planejamento, de forma emergencial e paliativa.

Palavras-chave: Alunos DV; Educação inclusiva; Política institucional; Humanização

6.2 INTRODUÇÃO

Neste estudo verificou-se a percepção docente sobre a inclusão dos estudantes com deficiência visual no IFAC/CRB, à luz da teoria humanista de Paulo Freire que aponta caminhos para ensinar/aprender, tendo como premissas os saberes construídos a partir da realidade do sujeito e os sujeitos em escolarização, como centralidade do processo educacional.

Ante as diversas barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência visual em participar, efetivamente, dos processos pedagógicos, indaga-se quais fatores entravam a inclusão escolar destes alunos e que estratégias, recursos, métodos e técnicas devem ser utilizados com intuito de oportunizar um currículo acessível.

Buscamos responder as seguintes indagações, que nos inquietaram, a respeito da inclusão dos educandos com deficiência visual: Como os professores avaliam a atuação do Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)? Como ocorre a formação de docentes para trabalhar com discentes Deficientes visuais (DV)? Sua formação continuada contempla estes estudantes? Quais fatores influenciam (positivos e negativos) no processo inclusivo dos referidos educandos? Há dificuldades em atender tais discentes? Há uma política institucional de inclusão no IFAC? Como reduzir as barreiras por eles enfrentadas? No sentido contributivo, qual recurso em forma de produto educacional poderá auxiliar na prática, a inclusão social, educacional, e tecnológica dos alunos em tela?

Nesta perspectiva, embasamo-nos além das abordagens teóricas e legais, na primeira e segunda etapas da pesquisa de mestrado que tem por tema a inclusão das pessoas com deficiência visual. A primeira realizou um diagnóstico sobre o processo de inclusão no IFAC / CRB por meio de questionários semiestruturados distribuídos para docentes, discentes PcD e profissionais do NAPNE e a segunda analisou como os estudantes com deficiência visual se percebem na referida instituição através de entrevistas semiestruturadas.

Ante à necessidade de uma maior compreensão da temática em questão realizamos um grupo focal com professores /IFAC/CRB que já tem alguma experiência com alunos DV, cujas contribuições foram inenarráveis, muito colaboraram para o aprofundamento de nossa pesquisa.

O presente manuscrito, foi tematizado em três momentos: contribuições teóricas e legais, tematização da análise e discussão e considerações finais.

Assim, este estudo tem grande relevância social e científica, haja vista que a temática inclusão de pessoas com deficiência e neste caso, deficiência visual (DV) carece de aprimoramento principalmente nos espaços educacionais de âmbito federal, prova disto, é que nos dez (10) anos de IFAC/CRB, ainda não havia sido desenvolvida nenhuma pesquisa voltada para a inclusão de educandos DV, fato que chama atenção por se tratar de um tema que requer constante aperfeiçoamento, o qual apresenta-se multifacetado.

6.3 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como universo o instituto federal do Acre /CRB, seu público alvo são os docentes que já tem alguma experiência com estudantes com deficiência visual, utilizou-se do recurso metodológico procedimental, grupo focal almejando tematizar o contexto educacional destes educandos frente a realidade das práticas docentes adotadas, bem como os problemas institucionais que dificultam a efetivação do processo inclusivo.

O referido grupo focal ocorreu em vinte e oito (28) de outubro de 2020 com início às 14 horas e encerramento às 18 horas. Contou com a participação de dez (10) professores, sendo um 1 convidado/ouvinte, pois segundo ele no primeiro semestre de 2021 terá em sua turma um estudante com baixa visão e certamente tal discussão muito contribuirá com sua atuação com este aluno, bem como nos procedimentos institucionais. Uma das autoras (mestranda) e seu orientador mediarão a discussão sobre a temática inclusão de educandos DV e subtemas relacionados num roteiro com seis (6) proposições a serem debatidas pelos participantes, tendo duração de 4 horas, portanto trata-se de uma pesquisa empírica e teórico-legal, visto que se utiliza da pesquisa de campo, bibliográfica e análise legal.

Realizamos este estudo com base na abordagem qualitativa conforme Gil (2008, p. 43), no método estudo de caso segundo Yin (2001, p. 24) e na tematização de Fontoura (2011, p. 7). Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório à luz da teoria humanista Freiriana.

Fontoura (2011, p. 8), explica que a análise com base na Tematização, requer uma abordagem dedutiva, que engloba primeiro os grandes temas acolhendo sequencialmente os subtemas necessários na organização e compreensão textual, pois, trata-se de um método abrangente que permite ao pesquisador analisar mais livremente.

6.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS

Iniciamos trazendo o conceito de Educação Especial (EE) porque discorreremos sobre suas diversas formas assumidas em período histórico, e julgamos interessante falar do ensino/aprendizagem de pessoas com deficiência visual abordando sobre o percurso da EE para chegar até os dias atuais, cuja funcionalidade contemporânea, é viabilizar o processo de inclusão na prática.

Educação Especial é uma modalidade de ensino definida como um conjunto de recursos e serviços especiais, tudo para que haja uma educação formal dos educandos que apresentam necessidades muito diferentes daquelas do aluno comum” (BRASIL, 2008, p. 6).

Na perspectiva de situar o leitor sobre os aspectos teóricos e legais, os quais retratam a Educação Especial historicamente, e na atualidade numa perspectiva inclusiva, pontuamos a respeito da trajetória social e educacional das pessoas com deficiência. De acordo com Anjos e Silva (2011, p. 42), a Educação Especial teve início no século XIX, na Europa, patenteada pelo médico francês Jean Marc Gaspard Itard, o qual organizou o primeiro programa sistematizado da Educação Especial que propunha atendimento individual às pessoas com deficiência com intuito de atender suas especificidades pedagógicas. Cabe refletir que neste período as pessoas com deficiência eram tratadas como anormais. Então, as ações educacionais configuravam-se na Pedagogia dos Anormais. (COSTA, 2016).

Apresentamos a seguir o conceito da deficiência pautada nos ideais da lei Brasileira de inclusão:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 1).

Da antiguidade à Contemporaneidade, essas pessoas são subjugadas pelas tradições históricas, como no caso do extermínio na Idade média em Roma. Na Grécia Antiga, mais especificamente na cidade de Esparta, também eram taxadas de castigos de Deus e demônios. Por outro lado, houve nações que praticaram o assistencialismo, a caridade humana com o surgimento do cristianismo e, ainda, os egípcios, tinham a cultura de incluir seu povo com deficiência em todos os níveis sociais e na vida laboral. (CORRENT, 2016).

Sasaki (2011, p. 21), Anjos & Silva (2011, p. 4), Gurgel, (2015, p. 11) e Corrent (2016, p. 13), retratam a trajetória histórico-sociológica das pessoas com deficiência e concordam que a desigualdade social afeta, significativamente, sua dignidade. Para demonstrar, factualmente, como eram consideradas as pessoas com deficiência, apresentamos a seguir uma nuvem de palavras com terminologias a elas atribuídas ao longo da História:

- Inválidos (No começo da história, durante séculos);
- Incapacitados (Século 20 até +- 1960);
- Defeituosos (De +- 1960 até +- 1980)
- Desvalidos
- Minorados;
- Impedidos;
- Aleijados;
- Descapacitados;
- Excepcionais;
- Deficientes (De 1981 até +- 1987);
- Pessoas com necessidades especiais (De +- 1990 até +-1994);
- Portadores de deficiência (De +- 1988 até +- 1994);
- Pessoas com deficiência (Em junho de 1994).

Diante destas terminologias, a maioria carregadas de preconceitos, Sasaki (2011, p. 8) aponta que os termos foram usados conforme a realidade de cada sociedade, significações e ressignificações dos conceitos e valores sociais, portanto o termo correto está ligado à história, à política e à cultura das civilizações, sendo assim, correto em um determinado momento e incorreto em outro. Atualmente, na

era da Inclusão o termo correto segundo a convenção mundial sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2007), trata-se do termo Pessoa com Deficiência, deixando claro que antes da deficiência existe um ser humano que além das adversidades inerentes aos corpos vivos, ainda enfrentam mais uma que é a deficiência, cabendo ao Estado e a sociedade atuarem numa perspectiva inclusiva visando reduzir desigualdades educacionais, sociais, econômicas, as quais se sustentam na falta de acessibilidade.

O mencionado autor apresenta as terminologias corretas e adequadas ao tratado às pessoas com deficiência PcD e explica que o termo geral usado para quem tem qualquer deficiência na Era da Inclusão, é Pessoa com Deficiência. Ele salienta que há maneiras adequadas específicas a cada tipo de deficiência. Ex: baixa visão, surdo tetraplegia, usuário de cadeira de rodas, etc. (SASSAKI, 2011, p. 3). Note-se que as mudanças de paradigmas ocorrem de modo paulatino, mesmo com as exigências legais, a sociedade ainda carrega conceitos e preconceitos que sustentam o ideário pragmático incapacitante acerca da realidade destas pessoas.

Sob a ótica da trajetória histórica das pessoas com deficiência, a Educação Especial passou por quatro fases: a Exclusão; a Segregação; a Integração e a Inclusão: Silva (2009), Sasaki (2011), Gurgel (2015) e Corrent (2016), estes autores argumentam o quão foi dolorosa a trajetória das pessoas com deficiência e que apesar dos avanços das políticas educacionais existentes ainda há muitas barreiras a serem eliminadas frente à realidade destes sujeitos.

Para Anjos & Silva (2011, p. 5), a (EE), passou por cinco estágios: a Exclusão Absoluta datada da Era Pré-cristã, foi marcada pela omissão total de atendimento, na qual as pessoas com deficiência eram exploradas, perseguidas, rejeitadas, ignoradas e até eliminadas.

A Era da segregação social das pessoas com deficiência, pautada na institucionalização assistencialista perdurou de meados dos séculos XVIII a XIX, que mantinha estas pessoas isoladas do convívio social. Nessa fase, foram criados asilos e hospitais com intuito de separá-las do restante da sociedade. Para justificar o confinamento destes indivíduos em instituições específicas, utilizava-se do paradigma ideário que estando segregadas, estas pessoas estariam protegidas da sociedade e, por conseguinte, a sociedade estaria protegida delas.

As autoras em tela, citam que a terceira fase ocorreu do final do século XIX a meado do século XX, a qual foi caracterizada pelo surgimento de classes especiais

em escolas públicas. Elas enfatizam que neste estágio as pessoas com deficiência passaram a receber atendimento mais pedagógicos com a finalidade de amenizar os malefícios do segregacionismo.

E ainda seguem a análise sobre o itinerário porque passou a referida modalidade de Educação, destacando as organizações em grandes associações de pais de pessoas com deficiência a partir da segunda metade do século XX, tal feita, muito contribuiu para mudanças significativas no âmbito da Educação Especial dentre elas o surgimento da legislação especial incumbindo-se dos interesses das pessoas com deficiência.

O processo de Integração das pessoas com deficiência teve início na década de 70, decorrente do desfecho das guerras, da expansão dos direitos humanos e do avanço científico. Otto Beyer (2002, p. 66) destaca que o paradigma da Integração traz um assento totalmente novo à Educação Especial e evidentemente provoca um abalo no paradigma clínico e segregacionista da Educação Especial.

No tocante ao período integracionista, os estudos apresentados coadunam que neste período os estudantes Pessoas com Deficiência (PcD), tinham o direito ao convívio social e que as práticas pedagógicas eram redimensionadas das escolas especiais para as escolas comuns e desenvolvidas pelo professor da Educação Especial centrada na individualidade do aluno público-alvo desta modalidade de ensino numa ótica mais educativa. Ressaltam que apesar dos avanços não houve grande mudanças nas atitudes da sociedade, pois embora estes alunos fossem aceitos nos espaços educacionais o processo de adaptação nestes espaços, teria que partir dos mesmos podendo adaptar-se ou não, ao contexto escolar.

Tendo por base as vertentes conceituais e paradigmas, a vigente fase da Educação Especial, trata-se da Inclusão escolar das pessoas com deficiência que ao contrário da Integração na qual os alunos eram responsabilizados pelo processo de adaptação, agora cabe aos sistemas educacionais adequar-se para atender as necessidades específicas destes estudantes.

A partir da década de 90, os debates políticos impulsionados pelos movimentos sociais organizados em prol dos direitos das pessoas PcD, e respeito às diferenças trouxeram novos conceitos, desafios, e principalmente exigência na mudança de paradigmas acerca da escolarização destes alunos. Como bem salienta Mantoan (2010, p. 16), ela assinala que o processo de inclusão é

necessário, legal e humano. Sua efetivação exige mudanças curriculares, novas práticas pedagógicas inclusivas e fundamentalmente, considerar o ambiente escolar para todos. Para Mantoan (2010, p. 21) nas escolas inclusivas, os alunos não são identificados como especiais, normais, comuns. Todos se igualam por suas diferenças.

A mencionada autora, salienta que a Política Nacional da Educação Especial (2008), muito vem contribuindo para a escolarização das pessoas com deficiência, pois estabelece diretrizes que visam incluir as mesmas de forma a proporcionar condições de ingresso, permanência e conclusão dos estudos, atentando para garantir direitos, dignidade, autonomia e o exercício de sua cidadania plena.

Costa, Barbosa e Sousa (2016, p. 4), corrobora ao evidenciar que no processo de Inclusão a Educação Especial passou a fundamentar-se nos princípios democráticos da Revolução Francesa: igualdade, liberdade e fraternidade. Sendo regida pela normalização, integração e individualização. A normalização incumbiu-se de garantir os mesmos direitos e oportunidades a todos independente de ser ou não, pessoa com deficiência, sem deixar de considerar as especificidades inerentes a cada indivíduo que apresente impedimento de longo prazo, de natureza física, sensorial e intelectual (BRASIL, 2015).

Os referidos autores destacam que a integração buscava estabelecer condições que otimizasse a participação dos estudantes PcD e possibilitasse o convívio social na escola comum. E complementa dizendo que a individualização, eclodiu o atendimento educacional especializado, possibilitando acesso ao currículo escolar aos discentes com necessidades educacionais específicas.

A Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), a Conferência internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência (ONU, 2007), a política nacional da Educação Especial (MEC, 2008) e a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (2015) ratificam a importância da Educação Especial para a plena participação do seu público alvo na sociedade.

Registre-se que a Declaração de Salamanca (1994) é um dos marcos históricos para as pessoas com deficiência, pois define políticas e práticas em Educação Inclusiva, além de ampliar os conceitos de necessidades educacionais especiais.

Cabe salientar que as contribuições teórico-legais apresentam um papel significativo na construção do conhecimento acerca do ensino/aprendizagem e efetivação dos direitos das PcD, além disso, para haver inclusão na prática, faz-se necessária a tomada de posição das instituições de ensino em incluir em seus planos de desenvolvimento institucional (PDI) a formação continuada de professores de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 (art. 62, inciso II), tendo em vista que o processo formativo contínuo, resulta em mais qualidade nas práticas docentes e, por conseguinte, melhora o desempenho dos estudantes.

Freire (2009, p. 25), assevera que não há docência sem discência e que não são objetos separados: o que ensina e o que aprende, mas sim elementos indissociáveis cuja relação deve acontecer de modo a dar lugar às vozes críticas, aos conhecimentos prévios também estimular o senso crítico do educando, considerando construir um aprendizado mútuo numa perspectiva de uma sociedade mais esclarecida e menos excludente.

Enfatizando as discussões sobre Educação Inclusiva no Brasil, a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula (MANTOAN, 2006 p.9).

Tomando por base o papel da Inclusão escolar, segundo Mantoan (2012, p. 12), deve proporcionar igualdade de condições, respeito às diferenças e acessibilidade ao público-alvo da Educação Especial, tornando o ambiente escolar acolhedor, acessível: um lugar de reciprocidade, multiculturalismo e plural, no qual os educandos com e sem deficiência possam desenvolver suas competências e habilidades no sentido do preparo para o mundo do trabalho, além de estimular seu senso de alteridade, empatia, coletividade, amor uns para com os outros e do não preconceito e discriminação.

Mantoan, assim como Sasaki, é pioneira nas abordagens sobre Educação Inclusiva no Brasil, ambos comungam da mesma ideia que defende a educação para todos numa perspectiva a atender as especificidades inerentes a cada indivíduo, ou seja, deve-se considerar a estrutura organizacional da sociedade: política, econômica, educacional e cultural. Então os setores governamentais e não governamentais, devem acolher todos e atender este todo partindo das diferenças e necessidades educacionais individuais, conforme o exposto na Resolução 2 /2001, subsequente:

Art. 8º III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (BRASIL, 2001).

Nuernberg (2011, p. 6), complementa dizendo que a Inclusão Escolar: exige um olhar Interdisciplinar (diferentes dimensões): política, jurídica, econômica, cultural, tecnológica, social, subjetiva. Ainda segundo Nuernberg, os sistemas educacionais necessitam atuar em sincronia visando um ensino de qualidade a todoalunado, inclusive ao público alvo da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, pois ainda existem diversas barreiras a serem reduzidas, sejam atitudinais, instrumentais, comunicacionais, informacionais, arquitetônicas, metodológicas e tecnológicas.

Ele também aborda sobre os paradoxos frente à realidade das pessoas com deficiência na sociedade contemporânea, através de dados de pesquisas já realizadas, cujo resultado aponta que no discurso, é consensual pela maioria dos entrevistados que as políticas de atenção às PcD, devem ser efetivadas, mas não demonstram uma consciência da realidade por elas vivenciada.

A lei nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos a respeito da promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência, tal iniciativa, vem contribuindo para que estas pessoas tenham mais qualidade de vida, visto que diversos ambientes já contam com adaptações necessárias de modo a garantir efetiva participação na sociedade.

Em 2009, o Brasil promulga a Convenção Internacional dos direitos das pessoas com deficiência por meio do Decreto n.º 6.949 de 25 de agosto de 2009, neste documento assentam-se as garantias da plena participação destes sujeitos e assegura que não é a deficiência que impede o pleno e efetivo desenvolvimento destas pessoas, mas sim as barreiras existentes na sociedade (BRASIL, 2009).

A promulgação da Nova Lei de Inclusão, Lei n.º 13.146/ (2015) representa um marco legal de fundamental importância no processo inclusivo, ratificando o resultado das lutas das vozes críticas em prol das pessoas com deficiência.

O processo inclusivo deslumbra-se um campo do conhecimento a ser lapidado, haja vista que permanece em aprimoramento e ainda há muitas indagações a respeito do atendimento Educacional Especializado e da formação de

professores preparados para lidar com a efetiva inclusão, mesmo que a Política Nacional de Educação Especial (MEC, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), assegurem os direitos das pessoas com deficiência à Educação e que os sistemas educacionais devem ser inclusivos em todos os níveis e modalidades de ensino.

A seguir versamos acerca da inclusão de alunos com deficiência visual, portanto, destacamos os conceitos de DV:

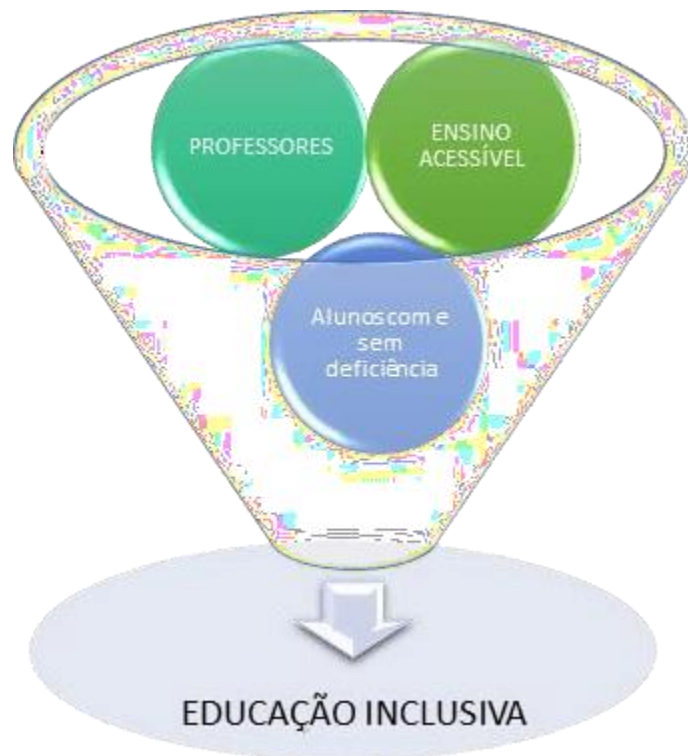
Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (BRASIL 2004).

Em 2019, o Projeto de Lei nº 1615, de 2019 aprovou a visão monocular como deficiência visual, garantindo a estas pessoas os mesmos direitos reservados às pessoas cegas e com baixa visão.

Quanto as funcionalidades educacionais a deficiência visual é baseada nas possibilidades de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência visual, pois qualquer resquício visual pode contribuir para a elaboração de materiais didáticos e utilização de recursos pedagógicos adequados a fim de melhor atender as necessidades educacionais específicas do educando, visando ao máximo a aquisição do conhecimento conforme Biazetto (2008).

Complementando que a inclusão das PcD depende de colaboração mútua, correlacionamos os seguintes componentes essenciais na construção de uma educação para todos:

Figura 1 Educação Inclusiva



Fonte: produção dos autores

É relevante que a inclusão seja posta em prática desde o ensino infantil, pois teoricamente teremos uma sociedade mais inclusiva e não tenhamos que vivenciar uma educação fragmentada que atende minimamente as pessoas com deficiência no ensino básico, quanto ao processo de inclusão no ensino superior é bem mais complexo, visto que as ações do atendimento educacional especializado (AEE), são prioritariamente voltadas para a educação básica, tornando o ensino e aprendizagem dos alunos PcD no âmbito universitário, campos irresolutos e bastantes desafiadores para se pôr em prática uma Educação Inclusiva. (ROSETTO, 2010, p. 3)

Barbieri et al (2013) e Sampaio, Batista e Nascimento (2020), abordam sobre a inclusão de discentes com deficiência visual no ensino básico e superior e asseveram que a formação continuada de professores numa perspectiva inclusiva, deve ser realizada com base na Educação Especial pautada nas especificidades de

cada deficiência, sem com isto, ignorar as peculiaridades inerentes a cada estudante PcD, cujas adaptações recursais, didático-pedagógicas devem atender satisfatoriamente às necessidades educacionais individuais do público-alvo da Educação Especial.

Para Vygotsky (1988, p. 107) as deficiências visual e auditiva serão vencidas socialmente, deixando de ser empecilhos, tanto para os sujeitos, quanto para a sociedade. Entretanto, na conjuntura político-econômica brasileira, tal superação ainda se mostra muito distante, posto que uma sociedade para alcançar este nível de ressignificação social, precisa mudar seus conceitos historicamente enraizados, despir-se de preconceitos e paradigmas herdados e perpetuados ao longo da história da humanidade.

Barbieri (2013, p. 14), chama atenção para a não padronização dos estudantes PcD /DV, tendo em vista suas diferentes maneiras de acesso ao conhecimento como bem explica Vygotsky (1988). E no âmbito da deficiência visual, as peculiaridades destes educandos mostram-se bastante diversificadas. Por isto, não se aplica um padrão, mas procura assistir satisfatoriamente cada indivíduo. Cabendo ao Estado e a escola proverem condições de acesso, permanência e conclusão independentemente de níveis e modalidades de ensino. Assim, as adaptações feitas para um estudante podem não ser útil a outro, exigindo, portanto, cuidados além de atuação efetiva dos sujeitos envolvidos.

Sampaio, Batista e Nascimento (2020), dialogam com Freire (2009), Mantoan (2010) e Camargo (2017), ao considerar a formação continuada de professores para uma educação inclusiva, que respeite as diferenças e paute-se na emancipação humana, seja um elemento indissociável da atuação docente e que no sentido de qualificar para lidar com educandos com deficiência, não abranja apenas docentes que anseiam trabalhar no âmbito da Educação Especial, mas sim, seja ofertada a todos os educadores, com desígnio de proporcionar práticas educativas acessíveis que eliminem barreiras que impedem a plena participação destas pessoas na sociedade.

A formação docente precisa ser permanente, tendo os educandos como centralidade no processo de ensino/aprendizagem, além disso, os professores devem ser também pesquisadores, buscando incessantemente ressignificar suas práticas pedagógicas num movimento diacrônico que resultem em transformação

dos sujeitos sociais tornando-os pela educação, capazes de mudanças significativas na sua realidade.

6.4.1 Discussão colaborativa sobre a inclusão dos discentes com deficiência visual no IFAC *campus* Rio branco

Nesta subseção, apresentamos a análise e discussão resultantes do grupo focal com os docentes do IFAC que já têm alguma experiência com estudantes DV ocorrido em 28/10/ 2020.

6.4.2 Como os professores avaliam a atuação do Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)?

Sobre a atuação do NAPNE oito (8) professores participaram relatando suas experiências com alunos PcD/DV: quatro destes argumentaram que sempre que recorreram ao NAPNE tiveram suas demandas atendidas. Por outro lado, os demais relataram insatisfação com os serviços ofertados, alguns disseram sentir-se abandonados, sem apoio, sem preparação para lidarem com discentes DV, embora, todos enfatizem a importância do referido Núcleo no processo de inclusão no IFAC/CRB os quais suscitam uma atuação com enfoque em reduzir as barreiras pedagógicas para que estes estudantes recebam acessibilidade curricular.

De acordo com todos os participantes, o serviço do NAPNE funciona de forma precária, haja vista que mesmo aqueles que disseram ter sido atendidos satisfatoriamente, enfatizaram que se tratava de demandas simples de adaptação de materiais, mas reconhecem que faltam profissionais especializados suficiente para desenvolver o apoio adequado aos educandos PcD. Bem como dar o suporte necessário aos docentes.

Destacam também que sabem de suas responsabilidades com os alunos, porém no transcurso formativo profissional, não receberam formação no tocante o ensino/aprendizagem de estudantes com deficiência visual, fato que dificulta trabalhar numa perspectiva de um ensino acessível. E ainda relataram que toda vez que o NAPNE os acompanhou nas atividades de campo, proporcionou melhor participação dos discentes DV.

Segundo define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), os espaços educacionais devem atuar numa perspectiva que atenda os educandos na sua totalidade, todavia a mesma, faz menção às PcD apenas uma vez na sua introdução acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência, fato que causa estranheza, dada sua relevância diretiva e organizacional. Deixando um abismo quanto as diretrizes que indiquem caminhos para formação permanente de professores com enfoque nas especificidades dos discentes PcD.

Destacamos a seguir falas individuais e coletivas dos participantes do grupo focal. Utilizamos I para individual e C para coletiva.

I	Me sentir desamparado
I	Não podemos daqui a 20 anos dizer que a culpa é da falta de profissionais do NAPNE
I	Trabalhar com LIBRAS é mais fácil que com o Braille
I	Tivemos alunos, cuja deficiência não era visual ou surdez, mas eles desistiram
C	O NAPNE não tem profissionais suficiente
C	Falta de apoio institucional
C	Sensação de impotência ante os desafios da inclusão
C	Falta planejamento antecipado

Fonte: pesquisa dos autores (grupo focal)

A LDB 9394 /96 e a política nacional da educação especial na perspectiva inclusiva asseveram que o atendimento educacional especializado (AEE) deve ser ofertado em todos os níveis e modalidades de ensino, visando promover acessibilidade atitudinal, comunicacional, arquitetônica, educacional, tecnológicaetc.

Desse modo, depreende-se que o NAPNE tem um papel muito importante para a efetivação da educação inclusiva, porém suas contribuições ainda carecem de aperfeiçoamento principalmente no que diz respeito a formação continuada de professores para atuarem num processo de ações colaborativas cuja finalidade seja promover cidadania plena aos acadêmicos com deficiência.

Como ocorre a formação de docentes para lidar com discentes DV? Sua formação continuada contempla estes estudantes?

Participaram deste subtema nove (9) professores os quais foram unânimes ao afirmar que o IFAC /CRB não oferece formação continuada para docentes no

sentido de qualificação pedagógica para que os alunos PcD recebam um ensino adequado às suas necessidades educacionais específicas.

Ressalte-se que todos foram enfáticos em asseverar que precisam de uma formação continuada ofertada pelo NAPNE pautada nas diversas deficiências e com aplicabilidade no cotidiano de sala de aula, por que isto necessita ser tratado com seriedade e muita responsabilidade. Eles ainda disseram que lidam com DV e surdos com muitas dificuldades, mas e os demais estudantes com outras deficiências? Como fica? Alegam também, que estudantes com outras deficiências já é uma realidade no instituto federal do Acre, mas não veem a instituição tomar frente para com o processo inclusivo destes educandos, recaindo mais sobre suas responsabilidades.

Observe a manifestação dos professores sobre a sua atuação com PcD I para fala individual e C para fala coletiva:



Fonte: pesquisa dos autores

Perceba que o ensino/aprendizagem das PcD exige que a instituição trabalhe de forma integrada iniciando pela gestão escolar, pois estas pessoas vivenciam as duas faces, do processo inclusivo: Inclusão x Exclusão, sendo papel dos espaços educacionais atuarem numa perspectiva colaborativa e de respeito às diferenças e promoção do bem comum, como afirmam Mantoan (2010) e Camargo (2017).

Nas entrelinhas percebe-se uma responsabilização dividida, sobre os “detentores da inclusão”, e os “despreparados frente a inclusão”. Os professores do AEE, são os que “orientam” e os professores da sala comum são os que “não se comprometem”. Então, essa dualidade na aplicação das ações inclusivas torna ainda mais difícil a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

A formação deve ser continuada e tratada com seriedade, com vistas a preparar os profissionais da educação a lidarem com a diversidade sem qualquer forma de preconceitos e assim garantir um ensino de qualidade. Ressalte-se que os alunos público-alvo da Educação Especial demandam um acompanhamento diário e não eventual como acontece na maioria dos casos.

É interessante ponderar que as barreiras atitudinais, não decorrem da falta de formação docente, mas sim, das atitudes das pessoas em preferir justificar-se não por preparo profissional para atuar com PcD, que lançar mão do lado humano e buscar junto ao acadêmico alternativas que possibilitem aquisição do conhecimento.

Quais fatores influenciam (positivos e negativos) no processo inclusivo dos referidos educandos?

Todos os professores concordam que o NAPNE é um ponto positivo no processo de inclusão e que os fatores negativos se relacionam principalmente a falta de tomada de posição institucional em eleger ações inclusivas, formação docente adequada, acessibilidade, práticas educativas acessibilizadoras numa perspectiva de colaboração mútua. Conforme cita Ferrari (2007)

Fatores positivos: a existência do NAPNE, a iniciativa de alunos PcD em realizar pesquisas na área da inclusão, a colaboração de alguns servidores e o reconhecimento de alunos para com professor PcD. Fatores negativos: Não existe inclusão, Capacitismo velado, as ações são mais individuais, falta de acolhimento por parte do NAPNE e da instituição, O IFAC funciona só “apagando incêndio”.

Destacamos a fala de um dos participantes do grupo focal o qual é pessoa com deficiências múltiplas (baixa visão e usuário de cadeira de rodas) objetivando salientar os aspectos que influenciam no processo de inclusão no instituto federal do Acre /CRB.

O capacitismo se revela quando as pessoas julgam-se superiores às PcD pelo simples fato delas terem deficiência. No IFAC já ouvi numa reunião professores dizer: por que não desiste né cara? Por que não fica em casa? Grande parte da sociedade e muitos servidores do instituto federal do Acre pensam que as pessoas com deficiência têm que ficar em casa. Na visão destas pessoas, “Ser professor não pode”, pois é uma função muito intelectual para uma PcD, pior com deficiência Visual que não consegue reconhecer imagens. A única classe que não me excluiu do processo, são os alunos que continuam potencializando minha atuação docente. (GRUPO FOCAL 2020)

Tencionamos com este posicionamento do professor PcD, chamar atenção para a realidade vivenciada pelas pessoas com deficiência nestes espaços que deveriam primar pelo respeito à diversidade, bem como instigar nos leitores o senso reflexivo. Se uma pessoa que já alcançou o patamar de servidor público federal por mérito enfrenta discriminação explícita: e os estudantes que estão iniciando sua trajetória educacional no ensino básico ou superior? Que sociedade temos? E qual sociedade queremos? Diante de situações como esta vivenciada pelo professor PcD, a LBI (2015), art: 88 prevê pena – reclusão de um a três anos para quem cometer, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência. A mesma lei em seu artigo 34, garante que as pessoas com deficiência têm direito ao trabalho de sua livre escolha em ambientes acessíveis e inclusivos em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL 2015)

Por se tratar de um instituto federal de educação profissional e tecnológica, cuja essência conceitual tem como base o trabalho como princípio educativo, a interdisciplinaridade, a pesquisa, onnilateralidade, objetivando uma formação integral, Saviani (2007), Ramos (2007), Mol (2013), Ciavatta (2018). A resolução 23/2011 instituiu o núcleo de apoio à inclusão /IFAC, no entanto, tal formação integrada não se reflete na prática, principalmente no que concerne à inclusão dos educandos com deficiência, sendo o discurso mais uma vez, o meio de camuflar a realidade cotidiana destas pessoas.

Há uma política institucional de inclusão no IFAC? Como reduzir as barreiras por eles enfrentadas?

Condensamos estes dois subtemas discutidos no grupo focal já mencionado, porque no transcurso do debate percebeu-se que o IFAC não dispõe de uma política de inclusão, tendo como consequência as diversas barreiras, não só

atitudinais e comunicacionais, mas também, pedagógicas, arquitetônicas, e tecnológicas conforme mencionam, Nuernberg (2011) e Netto (2016)

Ora, o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu art: 121, assevera que as instituições de ensino devem apresentar relatório anual acerca das ações inclusivas ao gerenciadores dos processos educacionais, no IFAC, na realidade tal documento não se justifica, levando em conta que os professores não recebem capacitação continuada, a instituição não apresenta um plano efetivo de inclusão e sequer equipa o núcleo de acessibilidade com profissionais especializados, nem dispõe de um laboratório de Tecnologia Assistiva: recursos de acessibilidade conforme define Galvão Filho (2013). Isto reafirma a fragmentação com que é tratado o processo inclusivo na referida instituição de ensino.

No sentido contributivo, qual recurso em forma de produto educacional poderá auxiliar na prática, a inclusão social, educacional, e tecnológica dos alunos em tela?

Frente a uma gama de problemas tematizados no decorrer desta pesquisa, buscamos dialogar com os docentes sobre recursos educacionais que possam colaborar com a instituição, dando suporte didático-pedagógico aos educadores, para tanto, solicitamos que indicassem possíveis produtos educacionais que facilitarão sua atuação docente com estudantes DV e até com outras deficiências.

Vejamos as sugestões a seguir:



Fonte: pesquisa dos autores

O gráfico revela o anseio explícito de cada professor que busca de alguma forma atender suas necessidades formativas, bem como reparar a falta de capacitação docente em lidar com discentes PcD /DV, transparecendo notadamente a insatisfação com a maneira institucional de conduzir o processo de inclusão. Por essa razão as propostas interventivas acima, apontam para o chamamento institucional no sentido de tomar posicionamento frente à inclusão dos educandos PcD quanto às garantias legais de acesso, permanência e conclusão dos respectivos cursos. Assentadas na CF/88 (BRASIL, 2020), (LDB, 1996) e (LBI BRASIL, 2015)

6.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta penúltima etapa da pesquisa percebeu-se que é emergente a necessidade de intervenções institucionais com vistas a contribuir com a inclusão dos discentes com deficiência visual, bem como estimular outros estudos e a elaboração de recursos educacionais que viabilizem o ensino/aprendizagem numa perspectiva inclusiva principalmente nas instituições federais de ensino médio e superior, visto que as ações do atendimento educacional especializado ainda prioriza a educação básica nas escolas estaduais e municipais.

Utilizamos a seguinte metodologia: pesquisa de abordagem qualitativa de natureza básica e o objetivo aplicado, caráter exploratório e do procedimento grupo focal. Do método estudo de caso sob análise na Tematização de Fontoura (2011). Isto nos permitiu constatar as indagações que culminaram na realização de um grupo focal com os docentes que possuem alguma experiência com DV, assim como identificar fatores relevantes que muito contribuiu para efetivos resultados de nossa pesquisa.

Assim, foi possível identificar a percepção docente sobre a inclusão de estudantes com deficiência visual no IFAC /CRB, bem como analisar as principais barreiras enfrentadas tanto pelos discentes DV, quanto pelos professores sendo-as quase que intransponíveis, posto que a instituição não adota uma política de inclusão efetiva, na qual todos os setores devem atuar em regime de colaboração mútua afim de reduzir tais entraves que dificultam a plena participação destes indivíduos que sofrem com a violação de seus direitos num processo contínuo.

Durante o este estudo percebeu-se que o processo inclusivo das PcD no IFAC ocorre de modo fragmentado, emergente, sem planejamento e paliativo. É o professor que gosta da temática inclusão; é o estudante que não dá trabalho; são os materiais adaptados prioritários; é a formação docente que ocorre uma vez no ano de forma genérica; o NAPNE oferta cursos muito básicos e auxilia com intérpretes os alunos surdos em sala de aula.

Note-se uma discrepância daquilo que de fato realmente seria uma instituição preocupada em atender os educandos com necessidades educacionais específicas, tendo em vista que o NAPNE não dispõe de uma equipe multiprofissional, o IFAC não institui ações permanentes para viabilizar o ensino/aprendizagem destes alunos, os professores não recebem formação continuada para lidar com os mesmos, sendo um espaço educacional bastante desafiador não só para as PcD, como também para os professores.

Consoante os achados da investigação em tela, faz-se necessário que o Instituto Federal do Acre lance mão de uma tomada de posição frente a realidade instituída no que diz respeito à inclusão de discentes com deficiência porque eles são alunos da instituição, os quais devem exercer seus direitos em igualdade de condições com as demais pessoas, cabendo a gestão escolar pôr em prática as políticas de inclusão e os educadores atuarem numa perspectiva de respeito às diferenças valendo-se de práticas educativas capazes de desenvolver nos sujeitos o pensamento reflexivo e o senso de colaboração mútua na direção de uma educação para todos.

6.6 REFERÊNCIAS

ANJOS, M. A. M; SILVA, L. A. M. Breve Resumo do Itinerário Histórico da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/28716620-Breve-resumo-do-itinerario-historico-daeducacao-especialna-perspectiva-da-educacao-inclusiva.html>. Acesso: 10 fev. 2020.

BEYER, H. O. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. Cadernos de Educação Especial. Santa Maria, n. 22, 2003. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2003/02/a3.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BIAZETTO, R. de F. C. As contribuições de Vigotski para a educação especial na área da deficiência visual. Secretaria de Estado da Educação. Maringá: dezembro de 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de novembro de 2011.

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso: 04 out. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outra providência. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com

deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos.

Brasília, 6 de julho de 2015; 194° da Independência e 147° da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Projeto de Lei nº1615, de 2019. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2229141>. Acesso em: 20 dezembro 2020

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciência e Educação, Bauru, v. 23, n. 1 Bauru Jan/Mar. 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151673132017000100001&lng=en&nrm=iso>

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Jaqueline Moll: educação integral uma nova forma de viver a vida. Por Thais Paiva. Publicado dia 28/11/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/jaqueline-moll-educacaointegral-e-uma-nova-forma-de-viver-a-vida/>. Acesso em 10 de junho de 2020.

CIAVATTA, M. A reforma do ensino médio: Uma leitura crítica da Lei n. 13.415/2017 - Adaptação ou resistência? 2018.

CORRENT, N. Da Antiguidade a Contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVI, Nº. 000089, 22/09/2016. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/artigo/daantiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suasconcepcoes>. Acesso em: 09 out. 2019.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca - Espanha, 1994.

FERRARI, M. A. L. ;SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. Psicol. cienc. prof. [online]. 2007, vol.27, n.4, pp.636-647.

FERREIRA NETTO. L. R. Barreiras Atitudinais. Site Info Escola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

FONTOURA, H. A. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa quantitativa. In: Helena Amaral da Fontoura. (Org.). Formação de professores e 111

diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa. 1ed. Niterói: Intertexto, 2011b, v. 1, p. 61-82.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 2009. 36ª Edição.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. In: Revista da FAGED – Entre ideias: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - FAGED/UFBA, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.htm. Acesso: 25 fev. 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (Associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php Acesso em: 09 out. 2019. <https://docplayer.com.br/28716620-Breve-resumo-do-itinerario-historico-daeducacao-especialna-perspectiva-da-educacao-inclusiva.html>. Acesso: 10 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Resolução 23/2011. Institui, no âmbito do IFAC, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE e Aprova o seu Regulamento. Disponível em: http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=164&Itemid=120> Acessado em: 18 de agosto de 2020.

MANTOAN, M. T. E. Escola dos diferentes ou escolas das diferenças? Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-dasdiferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

MANTOAN, M. T. E. PRIETO, R. G. Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus, 2006

MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

NUERNBERG, A. H. Rompendo Barreiras Atitudinais no contexto da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. UFSC. 2011.

OLIVEIRA, M. D. A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE IFTM - campus Uberaba. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://iftm.edu.br/visao/loader_anexo_cursos.php?src=150219074256_20180730_-_maria_djanira_de_oliveira.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio Integrado. seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró, respectivamente nos dias 14 e 16 de agosto de 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 09 out. 2020.

SAMPAIO, A. C., BATISTA, A. F., NASCIMENTO, E. L. A inclusão escolar para alunos com deficiência visual. In: VII Congresso Nacional de Educação. Maceió, Alagoas, 2020.

SASSAKI, R. K. A vida de um Assistente Social Divulgando empoderamento. Bengala Branca, 2011.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso: 09 out. 2019.

SILVA, M. O. E. Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. Revista Lusófona de Educação. n. 13, Lisboa 2009.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

7. ARTIGO: A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES⁵

⁵ Artigo submetido à Revista Educação Especial em Debate (Qualis B4). Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>

7.1 RESUMO DO 4º ARTIGO

Este artigo decorre do desenrolar de uma pesquisa de mestrado, cujo tema é a inclusão de alunos com deficiência visual no IFAC/CRB, a qual iniciou-se com objetivo de realizar um diagnóstico geral acerca da inclusão, para partir com as indagações específicas acerca da deficiência visual a diagnose geral possibilitou que esta temática fosse analisada sob diversos olhares. Adotou-se a abordagem qualitativa, trata-se de um estudo exploratório e aplicado de natureza básica, bibliográfico e empírico, visto que realizou pesquisa de campo e revisão bibliográfica (GIL, 2008). Portanto, por mais que a gestão tente manter um ideário de instituição inclusiva, os dados pesquisados, inclusive as respostas emitidas pela gestão deixam transparecer que não há uma política institucional de inclusão e que as ações realizadas, seguem sendo de caráter emergencial fragmentado e paliativo.

Palavras-Chave: Gestão escolar. Deficiência. Acessibilidade.

7.2 INTRODUÇÃO

Este artigo decorre do desenrolar de uma pesquisa de mestrado, cujo tema é a inclusão de alunos com deficiência visual no IFAC/CRB, a qual tem como objetivo realizar um diagnóstico geral acerca da inclusão, para partir com as indagações específicas no que tange a deficiência visual, a diagnose geral possibilitou que esta temática fosse analisada sob diversos olhares.

Na tentativa de apresentar resultados condizentes com a realidade inclusiva da referida instituição, no primeiro momento aplicou-se questionários semiestruturados para os docentes e alunos PcD, para os professores questionários físicos e digitais via e-mail contendo nove (9) questões e para os discentes PcD questionários diferentes também com nove (9) proposições via Google forms, para os servidores do Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas-NAPNE foram encaminhados questionários abertos via e-mail.

Ante o resultado da análise do diagnóstico emergiu a necessidade de compreender de modo mais específico como ocorre o processo de inclusão dos educandos com deficiência visual, procedeu-se com entrevistas com os educandos DV. Registre-se que obtivemos a participação de todos.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que teríamos que ouvir os professores que têm alguma experiência de ensino com alunos DV, via grupo focal, contamos com a participação de dez (10) professores do IFAC/CRB, é relevante destacar que este grupo focal contou com uma heterogeneidade inenarrável, visto que a maioria dos participantes são doutores e também havia um professor com deficiências múltiplas (usuário de cadeira de rodas e baixa visão) fatores que muito contribuíram para atingir os objetivos da pesquisa.

Com os resultados obtidos nas três etapas supracitadas concluiu-se que seria necessário envolver a gestão escolar, posto que tal pesquisa objetiva elaborar além da dissertação, um produto educacional visando contribuir com a inclusão dos referidos educandos e os dados pesquisados nas três etapas anteriores suscitam uma tomada de posição efetiva no que se refere a acessibilidade educacional dos estudantes PcD/DV.

É sobre a visão da gestão do IFAC/CRB que abordamos neste manuscrito, concluindo percurso da pesquisa. Com isto buscamos analisar as seguintes indagações:

Como funciona administrativa e cotidianamente o processo de inclusão das pessoas com deficiência? Por que no discurso constantes no PDI, Plano de Ações Inclusiva e resoluções o IFAC é acolhedor e inclusivo? E por que isso não reflete na prática? Quanto a formação continuada de professores para lidar com a inclusão por que não acontece? Como é a visão da gestão acerca da educação inclusiva? Quais os propósitos da equipe gestora para tornar o IFAC/CRB um espaço de fato inclusivo?

Este estudo se divide em duas partes, sendo elas: Contribuições teórica: trajetória da Educação Profissional e Tecnológica e Análise e discussão dos resultados, ambas discutida sob a ótica das políticas públicas estruturantes da rede federal de ensino e das políticas públicas de inclusão das pessoas com deficiência nestes espaços educacionais.

Salientamos que nossa pesquisa de mestrado traduz a urgência e a relevância do aprofundamento de pesquisas e estudos no campo educacional para discentes com deficiência visual, pois é uma temática recorrente que demanda novos olhares, saberes e práticas pedagógicas numa perspectiva inclusiva

Assim, procuramos analisar o processo de inclusão dos estudantes com deficiência visual à luz de estudos já realizados e da legislação vigente, com viés contributivo no sentido de colaborar para a acessibilidade curricular efetiva destas pessoas no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco.

7.3 METODOLOGIA

Adotou-se a abordagem qualitativa, posto que se trata de um estudo exploratório, aplicado, bibliográfico e empírico, visto que se realizou pesquisa de campo e revisão bibliográfica, conforme postula Gil (2008).

A análise textual pautou-se na Tematização de Fontoura (2011), cuja flexibilidade aplicável a partir deste método permite ao pesquisador analisar o conteúdo mais livremente. Ela expõe que ao utilizar a Tematização deve-se partir do método dedutivo, iniciando pelo grande Tema e afinando os subtemas

necessários ao estudo tematizado. Ancora-se também no método estudo de caso segundo Yin (2001).

Os procedimentos adotados foram, buscas na Internet, nas plataformas Google acadêmico e Scielo além de textos materiais (autores) trabalhados pelos professores do mestrado profissional e tecnológico ProfEPT/IFAC/CRB para embasamento teórico.

O público-alvo foi a gestão do IFAC/CRB, um questionário semiestruturado contendo seis (6) proposições foi enviado por e-mail para cinco gestores dos principais setores (Coordenações de ações inclusivas do IFAC - COAIN e diretor administrativo do *campus* Rio Branco, Diretoria geral do *campus* Rio Branco, Pró-reitora de ensino do IFAC e a Magnífica reitora do Instituto Federal do Acre.

7.4 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-LEGAIS

Apresentamos a seguir a trajetória da Educação Profissional Tecnológica numa linha do tempo.

Em 1909 o presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566 criando as 19 “Escolas de Aprendizes e Artífices” (GARCIA et al 2018).

Um fato que chama atenção citado por Garcia et al (2018) é que em 1930 a Educação Profissional recebe status de Política Pública, o que despertou outros interesses, entrando para o rol das disputas políticas, econômicas e sociais gerando diversas tensões e mudanças legais, começava aí uma longa escalada político-econômica que embala as evoluções, fracassos, e transformações no campo da EPT até os dias atuais.

No Governo Getúlio Vargas a educação profissional e industrial ganhou amplitude e visibilidade nacional, o Art. 129 da CF destacou o dever do Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos criassem escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. Neste mesmo ano a Lei nº 378, transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37). Perceba que há uma evolução histórica no sentido da democratização do ensino profissional no Brasil.

Na sequência relacionou-se os acontecimentos ocorridos na EPT - O Decreto Lei nº 4.073, definiu que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos:

o primeiro ciclo compreende o ensino industrial básico, o ensino de mestría, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo engloba o ensino técnico e o ensino pedagógico.

Note-se que as medidas governamentais, sinalizam para uma formação profissional interessada visando atender a hegemonia estrangeira com mão de obra barata e e serviços qualificados como bem citam Fonseca e Garcia et al (2018) ações refletidas no modelo com que os governos trataram a EPT brasileira ao longo de sua história. Na sequência temporal, 1942 - O Decreto-Lei nº 4.127/42, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas, que ocuparam-se da oferta de formação profissional em ambos os ciclos.

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foi criado pelo Decreto Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. O SENAI é um serviço nacional que tem uma relevância não só econômica, mas também social na vida dos brasileiros. No período de 1946 -O Decreto-Lei nº 9.613/46, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Em 1946 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946, no governo Dutra.

A Constituição de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”. Apesar da profissionalização não ser pautada na emancipação dos trabalhadores estes serviços muito contribuem para o desenvolvimento econômico brasileiro.

A partir de 1959 foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal.

Em 20 de dezembro foi promulgada a Lei nº 4.024/61. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior. Note-se que apesar da dualidade educacional, o processo profissionalizante ganha

diversas páginas historicamente escritas, mesmo tendo interesses econômicos por trás, apresenta um papel importantíssimo para o desenvolvimento econômico e social da nação.

As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

A Lei nº 7.044/82 reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac.

No ano de 1994 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets.

Já em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei nº 11.741/2008, que incluí a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio;

Ações importantes ocorreram no âmbito da EPT a exemplo foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, em 2002, Resolução CNE/CP nº 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002.

De acordo com Pacheco (2010), Ramos (2014), Ferrari (2015) o modelo educacional pensado a partir dos institutos federais (BRASIL, 2008) criados e regulamentados pela Lei 11892/ 2008, é a política pública de Estado voltada para a educação profissional e tecnológica com maior visibilidade e que mais demonstra ideários expansivos que visam, implementar uma educação integrada tendo os sujeitos sob uma ótica mais humana.

Ferrari (2015) afirma que a rede federal contribui para o processo de internacionalização educacional, posto que esta difere-se da globalização gerando

proximidade institucional colaborativa, primando pelo compartilhamento de conhecimentos.

Segue dizendo que os institutos federais assumem características das Universidades, ofertando ensino médio, técnico e superior e que a verticalização do ensino demanda maiores responsabilidades, mas apresenta contribuições significativas para a sociedade local e regional.

As políticas de democratização do ensino profissional e tecnológico na EPT fundamenta-se com a reserva de 50% das vagas destinadas ao ensino básico e posteriormente 20% aos cursos superiores, (graduação e pós graduação), com a reformulação da lei de cotas, 13409 /2016 as instituições federais tiveram que ofertar reserva de vagas para pessoas com deficiência, fato que ampliou a participação destas pessoas nos referidos espaços educacionais de âmbito federal.

Ante a nova estruturação da EPT no Brasil, busca-se a superação do ensino dual, polivalente e fragmentado e emergencial, sinalizando para uma formação que prepare os educandos não só para o trabalho, como também nas demais áreas da vida, conforme afirmam Mol (2013) e Ramos (2014).

A Educação que a princípio teria sido implementada com viés de atender os desvalidos e órfãos, (pessoas sem perspectivas), desaguou na esteira dos interesses político-econômicos, fornecendo mão de obra barata e serviços qualificados para atender interesses internacionais. Nascia aí a grande mobilização estruturante da educação profissional a qual passou a ser instrumento político, sua trajetória foi marcada pela dualidade educacional, ocupando-se da formação profissionalizante enquanto as universidades assumiam o ensino propedêutico, afirma Delgado (2018).

Ante o exposto, embora reconheçamos avanços muito relevantes no âmbito da EPT, é perceptível, que a dualidade, educacional ainda é marcante, o ajustamento profissionalizante visa responder interesses internacionais, ainda conserva-se a formação (do chão da fábrica), os poderosos ditam o ritmo mercantilista: preserva-se os aspectos arcaicos, tendo como pano de fundo uma educação integral, tecnológica e científica

7.4.1 Inclusão de alunos com deficiência visual na educação profissional

A partir dos anos 2000 alguns programas foram criados com intuito de atender pessoas com deficiência na educação profissional e cursos de graduação como a proposta inclusão tecnológica/TECNEP e INCLUIR. Com o advento da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, os sistemas de ensino necessitaram redefinir suas ações de ensino e aprendizagem de forma a atender o público-alvo da Educação Especial na escola comum (BRASIL, 2008).

Nogueira e Oliver (2018), enfatizam que o programa INCLUÍ/Ministério da Educação, muito vem contribuindo para a inclusão das pessoas com deficiência nas IFES brasileiras. Esclarecem ainda, que este recurso visa a implantação e manutenção de núcleos de acessibilidades nestas instituições, com vistas a garantir condições para a permanência e conclusão do ensino superior por parte dos estudantes PcD.

É importante mencionar os núcleos de acessibilidade criados pela resolução 24 /2011, os quais fundamentam-se em prestar apoio aos alunos com deficiência com fins de proporcionar condições adequadas para que estes exerçam sua cidadania na prática. A partir de 2011 iniciou-se a trajetória histórica e pedagógica destes núcleos de acessibilidade destaca-se também a importância da legislação vigente para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC) publicou a resolução 23/2011 com a finalidade de regulamentar e garantir acessibilidade ao público-alvo da Educação Especial. Assim, discorreremos sob a luz do aporte legal e bibliográfico com vistas a análise da realidade do processo de inclusão dos estudantes com deficiência no IFAC campus Rio Branco.

O referido Instituto é uma instituição de ensino superior e técnico, sediada na capital Rio Branco. Iniciou suas atividades em 2010 e oferta diversos cursos desde ensino médio integrado com o técnico, cursos técnicos, cursos superiores e pós-graduação. Além disso, já conta com dois Campi na capital Rio Branco e quatro campi distribuídos no interior do Estado, também conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), tendo por finalidade atuar nas diversas frentes no âmbito da inclusão (PORTAL IFAC, 2020).

Mesmo sendo uma instituição que completa onze anos em 2021, já apresenta ricas contribuições para o estado do Acre, formando profissionais técnicos e professores numa perspectiva integradora, visando romper com o modelo educacional mercantilista e propor a tomada de consciência de cada sujeito do seu papel social consigo mesmo e com os outros. Assim, como afirmam Mol (2013) e Ramos (2014), de modo a se reconhecer no contexto em que vivem como sujeitos de direitos e que possam usufruir destes, na prática podendo assim, exercer o processo de cidadania em sua totalidade.

Por outro lado, percebe-se que a reformulação de ensino arraigado em conceitos e preconceitos não é uma tarefa fácil, demandando mudanças de paradigmas políticos, culturais, econômicos, pedagógicos e sociais. Mesmo reconhecendo as dificuldades na efetivação de uma Educação Unilateral, cuja finalidade é a formação humana na sua totalidade, sabendo que tal concepção ainda não reflete numa política institucionalizada, ainda assim, Ramos (2014), Frigotto (2017), Ciavatta (2018) acreditam que este formato educacional é possível.

7.4.2 Resultados e Discussão

No que tange o processo de inclusão, o referido instituto já realiza ações pontuais, oferece alguns materiais adaptados, cursos bem básicos, mas ainda há muitas barreiras a serem eliminadas. De acordo com dados fornecidos pela instituição via e-mail em 2020, durante os dez (10) anos de IFAC apenas cinco (5) pessoas DV acessaram o Campus Rio Branco, sendo duas mulheres com baixa visão a nível de graduação já concluíram seus respectivos cursos; uma mulher e um homem no curso de mestrado, ela tem baixa visão e ele deficiências múltiplas (usuário de cadeira de rodas e baixa visão). E por fim um homem com cegueira no curso em segurança do trabalho, os três permanecem estudando.

Ao refletir acerca da não evasão, é importante considerar que o público DV que ingressou no Campus Rio Branco neste período trata-se de pessoas em idade adulta que enfrentam “tempestades” para permanecer com a oportunidade de melhorias de vida, além da “santa” internet com algumas possibilidades acessíveis ao conhecimento como vídeo aulas no Youtube, leitores de textos, bem como o auxílio de alguns professores colegas, etc. Isto não quer dizer que estas pessoas

estão tendo acessibilidade adequada, atendimento educacional especializado como deveriam ter.

Uma das autoras deste manuscrito é pessoa com deficiência visual, pondera sobre o baixo número de alunos DV ingressantes no mencionado campus e aponta possíveis entraves que dificultam estes sujeitos de participar do ensino profissional e tecnológico /IFAC /CRB: a maneira de seleção dos candidatos, a pouca efetivação acerca de práticas docentes acessíveis, o receio em encarar uma gama de conteúdo, sem a garantia de acompanhamento educacional especializado efetivo, etc. A mesma afirma que permanece estudando no mestrado profissional e tecnológico no referido Campus, por pura resiliência, pois não dispõe de atendimento educacional especializado necessário à promoção de dignidade, já que as leis existem para garantir nossos direitos cabe às instituições de ensino prover condições de acesso, permanência e conclusão dos estudos.

Apesar da Declaração de Salamanca (1994), LDB 93.94/96, da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva (MEC, 2008) e da LBI (BRASIL, 2015). O processo de inclusão das pessoas com deficiência segue a passos lentos. As instituições de ensino e principalmente as de ensino terciário onde o atendimento educacional especializado não vem sendo prioridade comobem citam Sampaio, Batista e Nascimento (2020), atendem minimamente às exigências legais, levando ao público-alvo da Educação Especial uma educação forçada sem planejamento e paliativa, fortificando ainda mais o preconceito e exclusão por que passam as pessoas com deficiência.

É relevante chamar a atenção para a proposta de inclusão trazida pelos NAPNES, ao passo que se colocam como núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas, confundem o atendimento educacional especializado (AEE) com um ramo do AEE chamado de sala de recursos multifuncionais.

Observe a seguir disposições do decreto 7611/2011 que regulamenta a Educação Especial no ensino comum e define diretrizes para o AEE:

- Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e

§ 2º No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no [Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005](#).

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

i- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

I - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

li- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Art. 4* garantir:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais; V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 3º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 4º A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos

em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, **laptops** com sintetizador de voz, **softwares** para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

§ 5º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Perceba que as diretrizes esclarecem que o AEE é um conjunto de atividades que tem o papel de identificar, elaborar e organizar recurso de acessibilidade afim de eliminar diversas barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. Deixando claro que todas as PcD não podem ser penalizadas pela falta de atuação do poder público, posto que o a Educação é um direito de todos CF/88 (BRASIL, 2020).

A sala de recursos multifuncionais é apenas uma extensão do AEE, podendo ser instalada em todas as instituições educacionais de natureza básica ou superior, porém não havendo esta sala de recursos, o AEE deve ser desenvolvido por profissionais especializados numa proposta inclusiva institucional e, pelos núcleos de acessibilidade nas instituições federais os quais devem contar com um ambiente equipado com profissionais e recursos de acessibilidade (sala de recursos).

Como vê-se nas disposições acima, o foco deste atendimento são as especificidades educacionais do público-alvo da Educação Especial atendidas de forma complementar ou suplementar, com vistas a garantir igualdade de condições das PcD às demais pessoas.

Os núcleos de acessibilidade muitas vezes deixam transparecer que seu papel institucional é somente consultivo, mas não adianta alimentar um ideário de superioridade, como se os professores das salas de recursos fossem designados apenas para a educação básica o que não os tornaria menos importante, sendo tal discurso mais um arranjo para camuflar o real sentido de atuação prática visando “aparar as arestas” da exclusão.

Ressalte-se que construir uma escola inclusiva requer mobilização em todos os setores institucionais atuando numa perspectiva colaborativa, objetivando um ensino de qualidade, respeito às diferenças, ressignificação social no tocante formar cidadãos/cidadãs capazes de transformação em si e nas outras pessoas na educação como ensina Freire (2009).

7.4.3 O lugar de fala da gestão/IFAC/CRB

Por que chamamos a atenção para o “lugar” de fala da gestão?

Justamente porque trata-se de um olhar de quem administra legalmente os recursos financeiros, o quadro de pessoal, os recursos e serviços na instituição.

Salientamos que dos cinco principais setores da gestão em pauta, somente a pró-reitora de ensino e o diretor geral do Campus Rio Branco participaram da presente pesquisa, todos tiveram mais de um mês para responder o questionário, infelizmente a maioria não teve interesse em colaborar.

Utilizou-se G1 e G2 para ilustrar os participantes que deram a devolutiva do questionário mencionado.

Obs.: foram considerados recortes das falas de forma fidedigna às falas dos colaboradores.

Indagados sobre a atuação do NAPNE no referido Campus:

O participante

G1- relata que o NAPNE foi criado pela resolução 23/2011, a qual já passou por duas reformulações, sendo a última em 2019, que a contratação de funcionários efetivos só ocorreu em 2014, a partir daí iniciou-se a estruturação do setor com equipamentos e pessoal. Pontua sobre a formação ofertada, por meio de eventos, palestras, oficinas alguns em parcerias com estado e município e até com o Instituto Benjamim Constant (IBC), e ainda que as pró-reitoras de ensino e ações inclusivas trabalham em parceria com o NAPNE. Além disso, foi elaborado em 2019 um manual de atendimento ao aluno Pcd, o qual foi aplicado em fase de teste no referido ano.

Fonte: pesquisa dos autores (2021)

Ante as demonstrações acima, neste caso, não distância dos achados das etapas anteriores, visto que reconhece-se a importância do núcleo de acessibilidade, porém as estratégias adotadas não atendendo as expectativas dos em tese assessorados.

G2 - O setor é responsável pelo assessoramento às práticas de adaptação curricular, ou seja, o NAPNE não tem a função de adaptar material para os alunos com deficiência, mas sim, assessorar o corpo docente nesse trabalho, através de capacitações, formações e na busca de estratégias que possam ser aplicadas. Infelizmente, muitos ainda confundem o papel de atuação do NAPNE com a sala de AEE da esfera estadual, sendo importante salientar que a rede federal não prevê a sala de AEE nos institutos e nem contrata servidores com essa perspectiva

(não existem cargos destinados ao AEE dentro do plano de carreira de servidores federais). Dessa forma, em minha perspectiva, o setor atende e cumpre o seu papel adequadamente na instituição (seguindo a resolução que rege seu funcionamento), claro que não em 100%, o que é natural. Antes de concluir que o setor não atende o mínimo, é necessário levar em consideração todos os outros fatores envolvidos que estejam dificultando a eficácia do serviço ofertado, como por exemplo, a própria adesão docente as atividades do setor.

Fonte: pesquisa dos autores (2021)

Ante o posicionamento do G2, é notória a discrepância dos propósitos de que trata o decreto 7611/2011, posto que o participante deixa claro que também faz parte do grupo que ainda não entendeu o significado do atendimento educacional especializado (AEE), sequer compreende a funcionalidade no NAPNE e o resultado disso reflete negativamente no público PcD que precisa de ações efetivas em prol do ensino acessível

Quanto a formação continuada de professores com base nos resultados das etapas anteriores:

G1 – O NAPNE oferece formação de professores por meio de eventos, palestras e minicursos. O IFAC tem uma forte política de formação de professores permitindo afastamento para capacitação profissional.

Fonte: pesquisa dos autores (2021)

Perceba que o processo formativo de professores frente à inclusão ocorre sempre em situações pontuais, fato já constatado nas demais etapas analisadas. E o afastamento de que trata o participante é um direito do servidor federal assentado na Lei 8112/90 e funciona como o incentivo de avanço científico principalmente institucional.

G2 - Essa informação não condiz com a realidade da instituição, uma vez que anualmente (há mais de 5 anos) são ofertados eventos gerais e específicos pelo setor, de forma a capacitar os professores e equipe educacional como um todo a melhor atender os alunos com deficiência. O processo formativo exige ação recíproca, de quem oferta e de quem assiste e observamos uma grande resistência por parte de professores em participar das atividades propostas pelo NAPNE, pela DIREN ou mesmo pela PROEN nessa área, tendo em vista a baixa participação em anos anteriores.

Fonte: pesquisa do autores (2021)

O participante G2 – refuta os dados desta questão, todavia se contradiz reafirmando as situações eventuais com que acontece a formação de professores,

mais uma vez, demonstra falta de conhecimento sobre construir uma instituição inclusiva.

Se há mais de cinco anos se faz as mesmas atividades e não tem participação dos destinatários alguma coisa precisa mudar.

Se é de conhecimento da gestão que os professores não participam das formações por que ela permanece em utilizando as mesmas estratégias?

Se o decreto 7611/2011 prevê formação para a equipe gestora no âmbito da inclusão, por que isto não foi relatado em nem um momento?

Claro que uma formação permanente de professores segundo o entendimento de Paulo Freire, requer elementos fundamentais como ética, amor, pesquisa, respeito, dialogicidade, e acima de tudo, aperfeiçoamento diário e não situações esporádicas como vem acontecendo no citado Campus.

Perguntados se o IFAC é uma instituição inclusiva:

G 1- Uma instituição inclusiva requer rompimento de todas as barreiras, mas estamos trabalhando para combater as práticas de exclusão, com formação docente, buscando cumprir as metas de inclusão constantes no plano institucional de desenvolvimento, atuando em colaboração com o NAPNE e a diretoria de ações inclusivas. (Fonte: pesquisa dos autores 2021) G 2- sim, acredito que o IFAC é uma instituição inclusiva. Pelos nossos índices é possível perceber que nossa taxa de evasão dos alunos com deficiência é mínima. Temos alunos com deficiência em praticamente 95% dos nossos cursos, e estes vem recebendo apoio dos setores envolvidos no processo de ensino aprendizagem, pois entendemos que a responsabilidade de se fazer inclusão, não é apenas do NAPNE, mas sim de toda a instituição. Fonte: pesquisa dos autores (2021)

É importante lembrar que dar ao PCD condições de acesso não significa que há acessibilidade. A autora desta pesquisa é um exemplo disso, é emponderada, busca por seus direitos, mas ainda assim teve o serviço de monitoria negado pela gestão, o NAPNE nunca lhe propôs auxílio no ensino remoto, sempre fez pequenas coisas como envio de atividade em algumas disciplinas, recortes de referências bibliográficas, e o participante G 2 afirma que há apoio psicológico, no entanto, a mestranda em tela nunca foi procurada para receber tal apoio, já que no curso de mestrado as pessoas costumam passar por muita pressão emocional principalmente em tempos de pandemia. Além disso, os educandos PcD que responderam à pesquisa, reafirmam a fala da mestranda, visto que a maioria

concorda que o IFAC/CRB ainda está muito distante de alcançar na prática, status de um ambiente inclusivo.

Indagados sobre se O IFAC possui uma política de inclusão.

O argumento de G1, faz uma retomada daquilo que já havia dito, sobre medidas inclusivas, como o processo de capacitação fragmentada, o plano de ações inclusivas, porém não apresentou uma lógica de ações efetivas frente a realidade inclusiva, deixando nas entrelinhas a mesma sensação de que no discurso a inclusão funciona, contudo, na prática continua irresoluta.

G 2- Proporcionar espaços inclusivos é uma necessidade sim, e temos trabalhado para que o nosso campus sejam assim. Ainda há falhas e dificuldades, pois existem questões que vão além do poder de decisão do campus, como questões de repasse financeiro (que dependem do governo federal) e contratação de mais profissionais (que como falei anteriormente, nem são previstos no plano de carreiras e cargos do instituto), o que exige uma tramitação burocrática mais complexa. Contudo, nossa instituição e os nossos profissionais trabalham muito para proporcionar um ambiente mais inclusivo e que possa atender de forma minimamente satisfatória as necessidades educacionais dos nossos alunos PcDs. Fonte: pesquisa dos autores (2021)

Na realidade este posicionamento do G 2, vai ao encontro de sua fala anterior, o mesmo não demonstra uma consciência clara daquilo que seria uma política institucional de inclusão e como dizer que um espaço educacional é inclusivo se em seu plano de carreira não prevê contratação de profissionais da Educação Especial para atuarem no processo inclusivo?

Questionados sobre o que fazer para reduzir as barreiras educacionais principalmente as atitudinais comunicacionais conforme apontado por Nuenberg (2011) e Ferreira Neto (2016)

Ambos explicam que o NAPNE já faz um excelente trabalho por meio dos intérpretes de Libras e revisores Braille, cabe salientar que as barreiras educacionais são várias como: arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas, comunicacionais, programáticas, tecnológicas etc. As quais vão muito além de placas em LIBRAS e em Braille espalhadas no estacionamento e setores da instituição, claro que estas ações são necessárias, bem como a disponibilização de

editais em Libras são passos significativos rumo a acessibilidade comunicacional. O mencionado G2, segue dizendo que as barreiras atitudinais são bem mais complexas, pois vêm de dentro das pessoas, mas continuam buscando por meio das ações inclusivas já citadas inculir nas pessoas senso reflexivo.

Frente as manifestações do público participante do estudo em questão, ficou claro que a referida instituição não dispõe de uma política institucional de inclusão e que as ações inclusivas ocorrem de forma fragmentada, emergencial e paliativa. O que a equipe gestora tenciona para resolução desta problemática institucional?

Ambos discordam desta proposição, relatando que há um fluxo de atendimento, estudo de casos, relatórios de acompanhamento, ações inclusivas esporádicas, culpabilização aos docentes e a falta de investimento do governofederal etc. Entretanto, em nenhum momento citam o interesse em instalar um laboratório de tecnologia assistiva, contratar uma equipe multiprofissional, traçar estratégias de formação permanente de professores, os educandos PcD aparecem na imensa maioria das tomadas de decisões apenas como “depósito” do pensamento alheio e das decisões alheias, posto que um ambiente inclusivo se constrói a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos que demandam anecessidade de aprender em condições iguais , porém por vias diferentes (VIGOTSKY, 1988).

7.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se neste manuscrito, a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica numa linha do tempo, pontuando sobre o processo inclusivo nos institutos federais e especialmente no IFAC /CRB e analisou o lugar de fala da gestão institucional, valendo-se da abordagem qualitativa, do método estudo de caso, da tematização de Fontoura como análise dos dados, da pesquisa teórica e empírica.

Os procedimentos metodológicos permitiram uma análise e discussão satisfatória, apesar de apenas dois gestores participarem da pesquisa suas colaborações muito significaram para uma melhor compreensão sobre o olhar daqueles que gerenciam o processo inclusivo no referido *Campus*, os quais ao passo que em certa medida reconhecem as fragilidades existentes, assumem uma identidade defensora do modelo atual de gerir a inclusão e não propõem ações

concretas como uma equipe multiprofissional, um laboratório de tecnologia assistiva, uma sala de recursos multifuncionais etc, ao contrário, justifica-se que não há garantias legais para implantação de sala de recursos nos institutos federais, o governo federal não contrata professores mediadores, dentre outras questões.

Percebeu-se também que o formato de educação profissional e tecnológica pensada a partir dos institutos federais vem sendo a melhor versão adotada da EPT no Brasil, sinalizando para uma educação integral, cuja finalidade principal visa a formação humana na sua completude, por outro lado, este formato educacional encontra resistência no modelo capitalista de produção, além dos ideais políticos socialmente construídos, fato identificado no posicionamento dos educadores na primeira etapa da pesquisa acerca daquilo que seria uma instituição inclusiva

Com esta pesquisa foi possível alcançar o objetivo inicial, pois constatou-se diversos problemas e identificou-se outros que impedem a plena participação dos educandos com deficiência, neste caso, DV, trazendo apontamentos no sentido contributivo frente a necessidade de se repensar diariamente sobre as práticas inclusivas, o que fazer, como fazer, para quem fazer e quem são os sujeitos reais que precisam fundamentalmente participar da construção de sua própria escolarização como bem cita Freire (2009), no sentido de uma educação emancipadora crítico-reflexiva.

Portanto, por mais que a gestão tente manter um ideário de instituição inclusiva, os dados pesquisados, inclusive as respostas emitidas pela gestão deixam transparecer que não há uma política institucional de inclusão e que as ações realizadas, seguem sendo de caráter emergencial fragmentado e paliativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 7.611**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 17 de novembro de 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de junho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 6 de julho de 2015; 194° da Independência e 147° da República. Brasília, 28 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república. Secretária-geral. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CIAVATTA, M. **A reforma do ensino médio: Uma leitura crítica da Lei n. 13.415/2017** - Adaptação ou resistência? 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca - Espanha, 1994.

DELGADO, T.C.H., SILVA, R. C. A importância das políticas públicas educacionais no Brasil. **FABE em Revista**, Bertioga, Vol.8, 2018.

FERREIRA NETTO. L. R. **Barreiras Atitudinais**. Site Info Escola. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/barreiras-atitudinais/>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

FONTOURA, H. A. **Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa quantitativa**. In: Helena Amaral da Fontoura. (Org.). Formação de professores e 111 diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa. 1ed. Niterói: Intertexto, 2011b, v. 1, p. 61-82.

FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. Cad. **EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, artigo 5, p.402-418, Set./Nov. 2013

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**.

Editora Paz e Terra. Coleção Saberes. 2009. 36ª Edição.

FRIGOTTO, Gaudencio. Dermeval Saviani e a centralidade ontológica do trabalho na formação do „homem novo”, artífice da sociedade socialista. **Interface (Botucatu)**, vol. 21 no. 62 Botucatu jul./set. 2017 Epub 25-maio-2017.

GARCIA, A.C. Educação profissional no brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, UFVJM, Minas Gerais, Brasil - Nº 13 - Ano VII - 05/2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO FEDERAL. **Conferência da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência até esta sexta-feira**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Junho de 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/conferencia-da-onu-sobre-direitos-da-pessoa-comdeficiencia-segue-ate-esta-sexta-feira>>. Acesso em janeiro de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Resolução 23/2011**. Institui, no âmbito do IFAC, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE e Aprova o seu Regulamento. Disponível em: <http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=164&Itemid=120> . Acesso em fev. de 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Escola dos diferentes ou escolas das diferenças?** Com Ciência (UNICAMP), v. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/UFAC/Downloads/Escola-dos-diferentes-ou-escolas-dasdiferen%C3%A7as_Maria-Teresa-Mantoan.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

MOL, J. **Educação integral uma nova forma de viver a vida**. Publicado dia 28/11/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/jaquelinemoll-educacao-integral-e-uma-nova-forma-de-viver-a-vida/>. Acesso em janeiro de 2021.

NUERNBERG, A. H. **Rompendo Barreiras Atitudinais no contexto da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. UFSC. 2011.

OLIVEIRA, M. D. **A inclusão no contexto dos Institutos Federais de Educação: a trajetória pedagógica do NAPNE IFTM - campus Uberaba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <

https://iftm.edu.br/visao/loader_anexo_cursos.php?src=150219074256_20180730__maria_djanira_de_oliveira.pdf>. Acesso em dezembro de 2020.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Seminário sobre ensino médio, realizado pela Superintendência de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal e Mossoró, respectivamente nos dias 14 e

16 de agosto de 2007. Disponível em:
http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em out. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

8 ARTIGO: AVALIAÇÃO COLABORATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL NO ENSINO REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

8.1 RESUMO DO ARTIGO

Este artigo teve por objetivo apresentar as estratégias que auxiliaram os autores e banca examinadora na avaliação do produto educacional vinculado à dissertação intitulada: A inclusão dos estudantes com deficiência sob múltiplos olhares numa perspectiva colaborativa. Com isso, busca-se auxiliar outros acadêmicos e avaliadores desses recursos educacionais, tanto na produção quanto na validação no formato do ensino remoto, haja vista que o distanciamento social por causa da pandemia impede a aplicação em campo da maioria dos produtos educacionais desenvolvidos neste período, bem como, abrir a possibilidade de que este modelo de avaliação pelos pares, profissionais da área e público-alvo, seja adotado pós pandemia como parte da sua aplicação. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo teve por instrumento reunião virtual e grupo focal com profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), Alunos com deficiência visual e professores. Foi validado pela Banca de defesa da dissertação e do produto supracitados, como excelente colaboração ao processo de validação destes recursos, principalmente em tempos de pandemia.

Palavras-Chave: Produto Educacional. Ensino Remoto. Validação. Diversidade curricular.

8.2 INTRODUÇÃO

Este artigo teve por objetivo apresentar as estratégias que auxiliaram os autores e banca examinadora na avaliação do produto educacional vinculado à dissertação intitulada: A inclusão dos estudantes com deficiência sob múltiplos olhares numa perspectiva colaborativa. O referido produto educacional foi nomeado de Proposta colaborativa de Ensino Acessível para Educandos com Deficiência Visual. Doravante (PE). A referida pesquisa foi realizada no Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo instituto federal do Acre Campus Rio Branco

Devido a pandemia da Covid 19 não foi possível aplicar o PE no IFAC/CRB. Por essa razão adotamos dois procedimentos que possam auxiliar a banca examinadora no processo de validação do mesmo. Para tanto, realizou-se uma reunião com os profissionais do Centro de referência em ensino de alunos com deficiência visual/AC (CAPDV/AC), e educandos DV da Universidade Federal do Acre e da rede estadual e uma especialista em Educação Inclusiva do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFAC e por fim, refez-se o grupo focal com a maioria dos professores que tem alguma experiência com DV, os quais já haviam participado da pesquisa, cujo PE está vinculado.

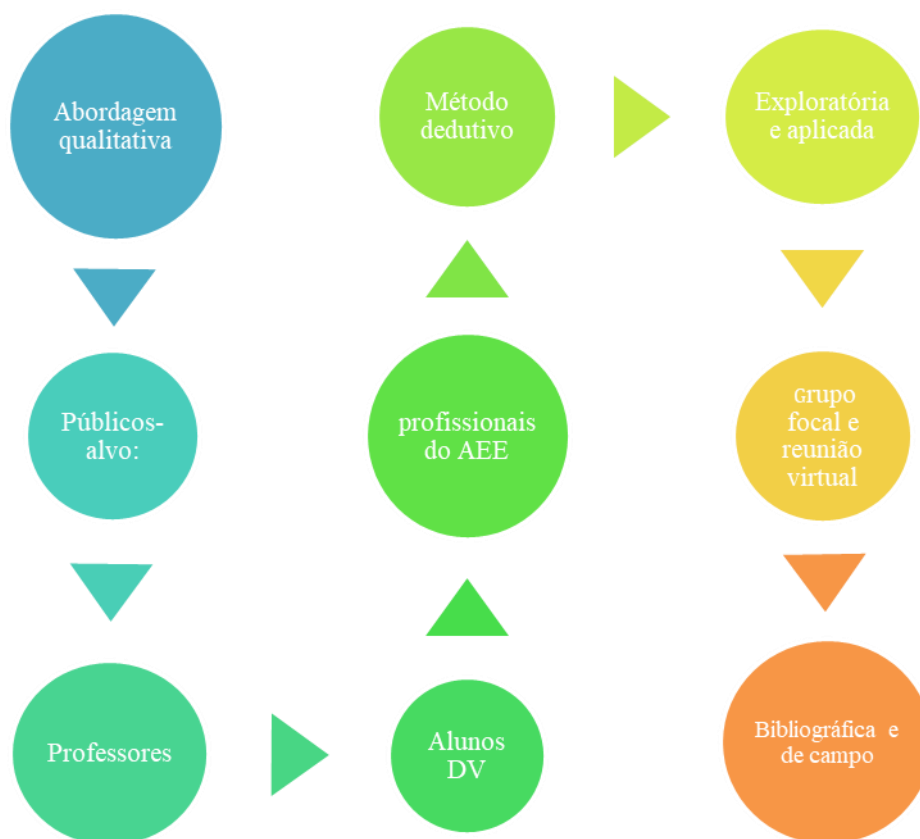
Com isso, busca-se auxiliar outros acadêmicos e avaliadores desses recursos educacionais, tanto na produção quanto na validação no formato do ensino remoto, haja vista que o distanciamento social por causa da pandemia impede a aplicação em campo da maioria dos produtos educacionais desenvolvidos neste período, bem como, abrir a possibilidade de que este modelo de avaliação pelos pares, profissionais da área e público-alvo, seja adotado pós pandemia como parte da sua aplicação.

Apesar da situação pandêmica ter nos colocado num cenário de mudanças abruptas e as pesquisas nos espaços físicos/presenciais parado de ser realizadas, o prosseguimento foi dado na maioria dos casos de forma virtual, teve pontos muito positivos como a capacidade de reunir várias pessoas/professores num mesmo período de tempo e discutir temáticas diversas, dialogar com os participantes da pesquisa através de múltiplas maneiras a exemplo e-mail, mensagem de áudio, videochamadas, SMS, reunião online, etc., o que em certa medida viabilizou o

alcançe dos objetivos propostos, fato que provavelmente em loco seria muito mais dificultoso.

8.3 METODOLOGIA

Figura 1: Apresentação metodológica da pesquisa em tela conforme Lakatos e Marconi (2016), quanto a abordagem, o público-alvo, natureza, características e procedimentos.

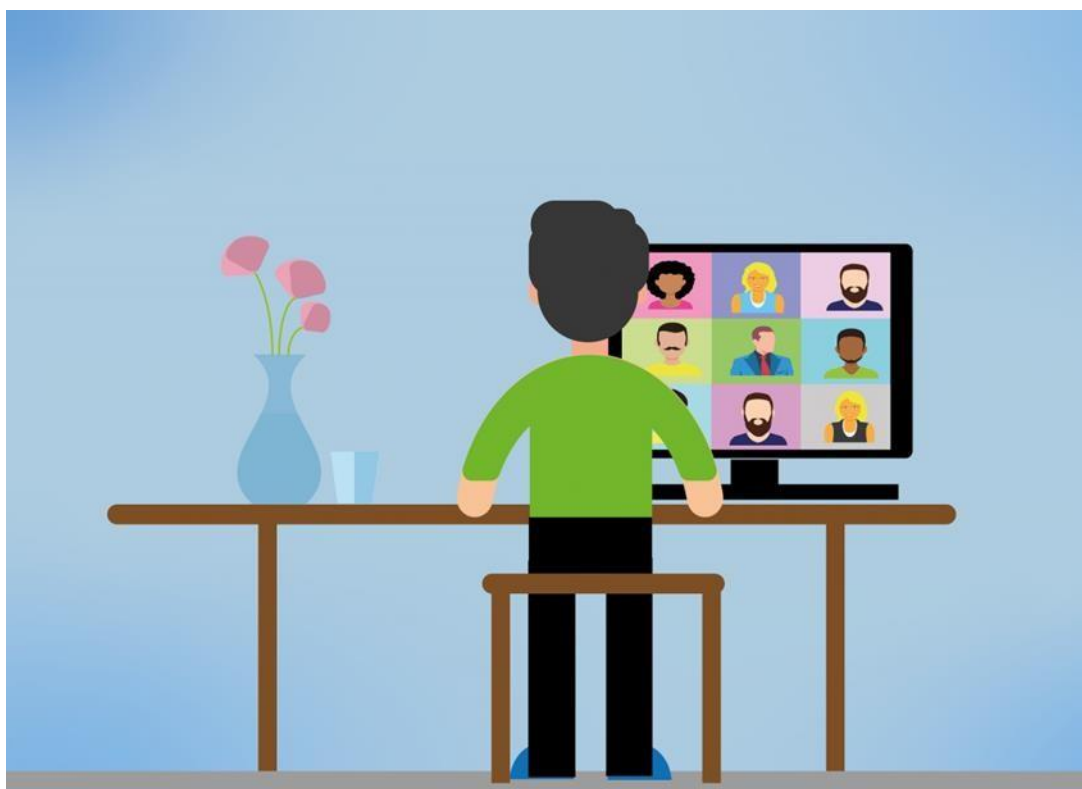


Fonte: produção dos autores.

ESTRATÉGIAS DE NOVAS PERSPECTIVAS NO ENSINO REMOTO

Com as adversidades trazidas pela pandemia da COVID-19, mesmo com o processo de vacinação em andamento há seis meses, a pandemia segue numa curva alta de mortalidade diária por quase dois anos, houve inúmeras tentativas, umas frustradas, outras de sucesso, no que tange o novo jeito de ensinar/aprender. As tecnologias de baixa e alta complexidade como por exemplo a cadeira e o computador. Instrumentos de trabalho essenciais para a acomodação de professores e elaboração e projeção de aulas nas salas virtuais. Trata-se de tempos difíceis para toda a humanidade e no tocante às práticas educativas, o autor Boa Ventura Sousa Santos (2020) fala que estamos vivendo tempos da pedagogia cruel.

Figura 2 - Ensino remoto



Fonte: Revista Babel (2020)

Descrição da imagem: fundo azul-bebê, um professor sentado em frente ao computador à sua direita do lado superior aparece imagens de alunos numa aula virtual pela tela do

computador e à sua esquerda na mesa há um jarro em azul-celeste com três flores na cor rosa.

O formato do ensino remoto ganhou o mundo e o distanciamento social obrigatório foi dando lugar à imaginação, com intuito de atenuar os prejuízos educacionais causados pela pandemia, pois até o fechamento deste artigo o Brasil já ultrapassou a triste marca de 500 mil vidas perdidas (total de 514.202 mortos. G1.com 2021) e na educação tais impactos vêm suscitando reinvenções, desconstruções, construções reconstruções e ressignificações, tanto da parte dos professores, quanto de educandos e familiares.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da LDB nº 9394/96, define que a modalidade de ensino a distância brasileira EaD, deve acontecer ancorada nos seguintes princípios:

É necessário que a mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Assim, o ensino remoto vem sendo o principal mecanismo de acessibilidade ao ensino/aprendizagem em todos os níveis e modalidades de ensino e apresenta bastante desafios, seja em proporcionar ensino de qualidade, seja em lidar com o vazio e a “frieza” das telas de computadores, tablets ou celulares. E com os abraços virtuais e calor humano da esperança por dias melhores.

Na Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), isso não é diferente, os docentes e estudantes também vivenciam tal realidade diariamente e por se tratar de ensino profissional e técnico há maior exigibilidade de realizações de atividades práticas, é necessário o contato dos alunos junto aos professores em campo fatos constatados durante a realização do primeiro grupo focal com dez (10) professores do IFAC/CRB.

Os docentes em geral e neste caso, dos Institutos Federais não estão preparados para lidar com o ensino não presencial, já que ninguém principalmente os professores não esperavam um vírus tão potente e mortal que mais parece um

filme apocalíptico como tem se configurado essa pandemia, contudo, tiveram que recriar seus conceitos, superar dificuldades principalmente tecnológicas, já que a formação docente na área do ensino remoto ainda é incipiente, além disso, trata-se de uma nova realidade que requer outros olhares, saberes e fazeres didático-pedagógicos. Sem desconsiderar os aspectos político-econômicos por que passa a sociedade brasileira, conforme postula Nunes, Paniago e Sarmiento (2020) e Santos (2020).

No curso de mestrado que tem como premissas os produtos educacionais desenvolvidos como propostas palpáveis/possíveis de apontar caminhos teórico-práticos na busca de resolução de problemas existentes nas instituições de ensino, tais recursos precisam ser aplicados/experimentados para que sejam aceitos ou refutados pelos possíveis usuários (Rizzati et al, 2020).

Ainda segundo Rizzatti et al, mesmo com a aplicação destes produtos eles precisam ser validados pela banca de defesa do mestrado, e é por essa razão que emergiu um novo olhar acerca do processo de aplicação dos referidos produtos em tempos pandêmicos com o viés de tematizar os resultados de pesquisas que levaram à elaboração de recursos de auxílio ao ensino/aprendizagem com os públicos-alvo no contexto da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), a fim de se discutir cada produto educacional numa perspectivacolaborativa.

É claro que muitos discentes de programas de pós graduação em âmbitos de mestrados e doutorados em Educação profissional realizam pesquisas remotamente sobre seus PE, no entanto, não encontramos escritas científicas que tratem diretamente a esse respeito, fato que dificultou para o embasamento teórico. Esse foi um dos fatores que se julgou bastante relevante no sentido de nortear outros autores a registrarem suas análises referente as discussões/sugestões e aprimoramento da qualidade e possibilidades de replicação por outras instituições (RIZZATTI et al, 2020)

Cabe destacar o papel das produções didático-pedagógicas/instrucionais desenvolvidas principalmente no âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) as quais, podem ser elaboradas por diversos formatos, físicos e digitais, escritas, (manuais, roteiros, cartilha, artigos dentre outros), midiáticos: (imagens, por áudio como podcasts, documentários, vídeo aulas etc.). E têm em sua essência auxiliar na resolução de problemas que entravam o pleno

desempenho dos profissionais em inúmeras áreas em múltiplas situações, além disso, são replicáveis e adaptáveis, como bem explica Santana (2020).

Sasaki e Andrade (2018), corroboram dizendo que o modelo educacional da atualidade numa perspectiva tecnológica e socio-crítica dos conteúdos muito vem contribuindo em diversificar as maneiras de oferta do ensino e por conseguinte, amplia as possibilidades de aprendizagem, haja vista que os educandos/aprendem de forma diferente. Permitindo maior autonomia aos professores em desenvolverem suas práticas educativas, citam as metodologias ativas como tendências educacionais que cumprem o papel de pôr os aprendizes como sujeitos ativos na construção de sua própria aprendizagem. No ensino remoto, tais metodologias assumem lugar de destaque, a sala-de-aula-investida e o ensino híbrido são extremamente explorados não só na área da Educação, mas também em tantas outras.

Estes autores sinalizam para a importância da usabilidade dos recursos educacionais. Por isso, quanto mais diversidade, mais possibilidades em pôr em prática ações efetivas que condicionem uma formação crítico-reflexiva que alcance as pessoas na sua totalidade, conforme Mol (2013). Os produtos educacionais são ajustáveis inclusive na facilitação docente e de outros públicos na realização de atividades no ensino remoto fazendo uso das tecnologias educacionais, Tecnologia Assistiva e metodologias ativas.

É inegável o contributivo papel das metodologias ativas no cenário da Educação na atualidade, sinaliza para uma re-leitura da condição do estudante quanto seu lugar de sujeito de sua própria aprendizagem, aponta para o protagonismo do aprendiz/produtor de seus saberes e práticas em processo de colaboração com os professores/mediadores (MORAM, 2015). Isto, em certa medida vem ajudando não apenas os educandos que já adquiriram certa autonomia, como também os docentes no processo de aplicabilidade das aulas e resoluções de atividades e primordialmente no que se refere ao formato de ensino remoto em tempos pandêmicos.

Destarte, o ensino remoto já é um grande desafio para os alunos comuns e para os com deficiência, tal situação tornou-se bem mais complexa e no tocante às pessoas com deficiência visual que necessitam do contato com os ambientes, serviços e recursos de acessibilidade, o ensino remoto aumentou as barreiras, tendo em vista a falta de formação de profissionais especializado nesta nova

modalidade de ensino a má qualidade do atendimento educacional especializado piorou ainda mais, realidade vivenciada pela autora deste artigo que é pessoa com deficiência visual (Baixa Visão). E essa modalidade de ensino é bem mais que ofertar ensino híbrido ou utilizar metodologias ativas, demanda estratégias diversas, métodos, técnicas e envolvimento dos educadores, alunos e familiares, conforme Mendes (2020).

Na esteira das dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência visual e possibilidades de contribuir no sentido de reduzir as barreiras existentes frente às necessidades educacionais específicas propomos este produto educacional objetivando acessibilidade atitudinal e curricular.

TEMATIZAÇÃO AVALIATIVA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Trouxe à baila, contribuições empíricas, pois acreditamos que irão auxiliar a banca de defesa no processo de validação do recurso educacional apresentado como um dos resultados da pesquisa em tela e guiamo-nos à luz da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) e Rizzatti et al (2020).

Resumo da reunião via Meet sobre avaliação do produto educacional com os profissionais do Centro de Apoio Pedagógico para pessoas com deficiência visual CAP/AC e estudantes DV da UFAC e da rede estadual. A discussão teve duração de 3 horas.

Figura 3: Capa do Produto educacional



Fonte: produção dos autores (2021).

Descrição da imagem: capa do produto educacional objeto que originou essa escrita. Representação de Tecnologias Assistiva como uma mão humana lendo texto em Braille, PcD utilizando computador reglete, no centro da capa a palavra acessibilidade em azul, homem cego caminhando com bengala em um piso tátil, está elaborada em várias cores: sendo predominante o azul-bebê na parte superior, onde está escrito o nome do produto e a frase Deficiência Visual.

Em 14/04/21, às 15 horas iniciamos a apresentação dos participantes, compareceram 14 pessoas, uma professora do IFAC mestra em inclusão de PcD foi

mediadora, três especialistas do Centro de Atendimento Pedagógico ao Deficiente visual -CAPDV e uma especialista em Educação Inclusiva da UFAC/NAI e nove (9) estudantes com deficiência visual.

Apresentamos o produto educacional e a autora fez a arguição acerca de cada capítulo, tópicos, esclarecimentos etc., ao final de sua explicação, todos puderam de modo ordenado exporem suas impressões sobre o recurso educacional demonstrado.

As três professoras do CAPDV fizeram suas considerações positivas, enfatizaram que se trata de uma proposta necessária a todas as instituições de ensino, inclusive ao CAPDV, pois reflete um cenário legítimo trazido por uma pessoa com DV, bem fundamentado e claro, de extrema relevância no sentido de chamar todos os atores envolvidos a atuarem numa perspectiva integrada.

O que a especialista da UFAC argumentou vai ao encontro do posicionamento das demais profissionais já citadas, disse que sentiu-se muito contemplada com os indicadores de inclusão contidos no PE, sugeriu que fosse adotado também na UFAC por que embora muitas das ações apontadas já sejam trabalhadas lá pela autora do referido recurso educacional, com a formalização documental destas e de muitas outras ações se tornam mais palpáveis (visíveis), dando maior visibilidade prática e serem executadas.

Dos nove (9) estudantes DV, sete (7) se manifestaram favoráveis a validação deste produto educacional, fizeram discursos importantíssimos relatando suas trajetórias e dificuldades enfrentadas, foram enfáticos em afirmar que a proposta em questão lhes representa de modo genuíno, “expõe nossa dor e oferece melhorias reais e a maioria simples de serem executadas”. Já as duas pessoas (2) que não deram sua opinião no momento da reunião, talvez por timidez, uma mandou mensagem para autora que achou bastante válido, uma iniciativa importante em prol da inclusão. E a outra, segundo sua mãe informou, é bastante tímida e por essa razão não falou sobre, mas disse a sua mãe que gostou da proposta. O trabalho teve uma excelente avaliação tanto na organização dos textos, imagens, cores, quanto no conteúdo apresentado.

Assim, pôde-se compartilhar com os pares da autora DV, profissionais especializados e professores (público-alvo). Tencionamos com isto, dá autenticidade a este Produto Educacional-PE para que ele possa auxiliar, construindo ensino acessível às PcD/DV em diversos espaços educacionais.

ANÁLISE DOS DADOS ACERCA DA AVALIAÇÃO DOS DOCENTES E PROFISSIONAIS DO AEE/IFAC/CRB, ACERCA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O referido grupo focal foi realizado em 23/04/2021 com professores e profissionais da Educação Especial na perspectiva inclusiva, com a finalidade de apresentar o produto educacional supramencionado

O produto educacional foi repassado aos participantes do grupo focal com objetivo dessa avaliação descrita nas respostas às proposições subsequentes.

Esse instrumento de pesquisa de campo, serviu de base para que os professores que já haviam participado do primeiro grupo focal na terceira etapa da pesquisa e profissionais da Educação Especial na perspectiva inclusiva, IFAAC/CRB pudessem avaliar o produto educacional acima disposto.

QUESTIONÁRIO AOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL OCORRIDO EM 23/04/2021 ÀS 16 HORAS VIA MEET (PROFESSORES E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA/IFAC

O referido grupo focal teve por objetivo apresentar o produto educacional, com intuito de compartilhar os propósitos trazidos nesta proposta institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual, bem como pedir a contribuição de cada participante no sentido de avaliar quanto a relevância nos aspectos inclusivos para a instituição assim como as possibilidades de replicação por outras instituições.

O presente instrumento de pesquisa está respaldado em Fontoura (2011), composto por seis (6) proposições de caráter semiestruturado.

1 Tendo como base a pesquisa a qual o produto educacional em questão está vinculado, sendo este uma resposta prático-reflexiva aos problemas identificados. Quais suas expectativas sobre o produto educacional como o apresentado?

2 Como você avalia o produto como recurso educacional numa perspectiva institucional, haja vista que se fosse diferente não seria fidedigno aos achados da pesquisa que desde sua primeira etapa sinalizou que, para se construir um ambiente inclusivo, necessita-se de ações de colaboração mútua.

3 Relate acerca de suas impressões quanto a elaboração estética do referido produto educacional.

4 Considerando os indicadores de inclusão, discriminados nos capítulos II e III, o senhor (a) acredita que são exequíveis e replicáveis por outras instituições de ensino?

5 Na condição de professor de educandos cegos e com baixa visão, as proposições que tratam especificamente a respeito de como o professor (a) pode ofertar um ensino humanizado e acessível, são relevantes e lhe auxiliaria lidar de forma mais segura e adequada com os estudantes DV?

6 Perceba que o produto educacional em discussão traz uma dinâmica organizacional contextualizando teoria e prática, tendo consistência legal e conteúdo crítico-reflexivo. Avalie se tais características são positivas e com potencial de instigar novos recursos de acessibilidade institucional.

PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES DO GRUPO FOCAL EM DISCUSSÃO

Intitulado “Proposta Institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual”. Participaram oito (8) pessoas: sete docentes, sendo cinco (5) doutores, uma doutora, uma doutoranda e um revisor Braille.

Analise com base nas respectivas questões do instrumento de pesquisa (questionário) acima disposto.

PROPOSIÇÃO 01

Destacou-se de modo geral o entendimento sobre o que se espera do referido produto educacional e específico nas falas dos participantes na forma de infográficos e textos.

- Todos mencionaram que suas expectativas são positivas, que este recurso educacional possa auxiliar no processo de inclusão no IFAC.

A seguir explanou-se as manifestações dos sujeitos da pesquisa em questão Chamados nesta primeira proposição de: A, B, C, D, E, F e G.

Figura 4: Manifestação dos sujeitos da pesquisa



Fonte: produção dos autores (2021).

Participante A- “Aborda uma temática de alto impacto social e contribui para a construção de uma sociedade e instituições mais inclusivas”.

Participante D- “Enquanto docente da instituição pesquisada espero que seu produto seja lido e relido até haver entendimento que a base para inclusão envolve a todos sem distinção de função ou cargo”.

Participante E- “Espero que auxilie no processo inclusivo, deixa claro que não se trata de um manual, mas sim de indicadores que nortearão os professores e demais educadores a lidarem com os alunos PcD/DV”.

Participante F- “Minha expectativa está na resolução dos problemas a que o produto se destina”.

Participante G- “O produto tem potencial de colaborar com os docentes e a instituição como ferramenta de apoio para maior acessibilidade dos deficientes visuais. No produto é apresentado diversos problemas que existem e há sugestões pertinentes”.

PROPOSIÇÃO 2

De maneira geral, há um consenso enquanto a relevância do referido recurso educacional ter abrangência institucional, pois os indagados coadunam ser necessário que todos os setores atuem em colaboração mútua e que as proposições dispostas no produto irão subsidiar o processo inclusivo.

PROPOSIÇÃO 3

No que tange aos aspectos estéticos todos concordam que o produto está adequado, suave e agradável, porém com algumas ressalvas:

“Para os normovisuais está bem ilustrado, mas a descrição das imagens para pessoas cegas precisa de ajustes”

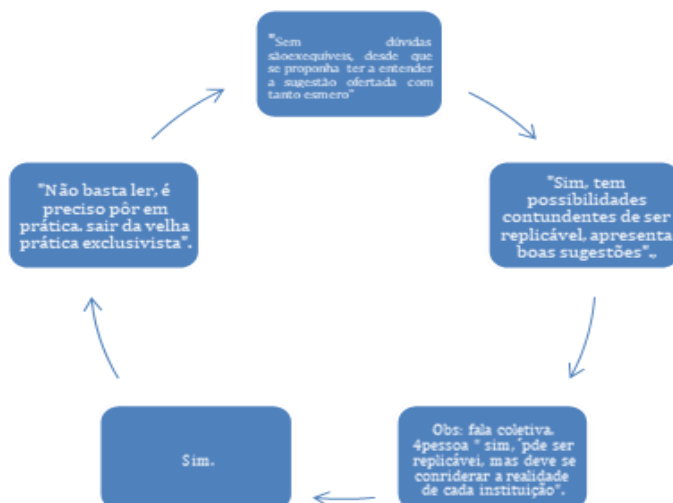
“A mudança brusca de um fundo escuro para um branco achei um pouco desconfortável”.

“Penso que a padronização de tópicos como introdução e capítulos em relação as cores ficaria mais agradável visualmente”.

PROPOSIÇÃO 4

Indagados sobre o potencial de replicação do referido produto ou de partes do mesmo por outras instituições de ensino, destacaram o seguinte:

Figura 5: Proposições dos participantes da pesquisa



Fonte: produção dos autores (2021).

PROPOSIÇÃO 5

Com relação aos indicadores para o ensino acessível de educandos com deficiência visual, mencionou-se as percepções a seguir:

“Pode ser usado como recomendações iniciais”

“Parcialmente pois depende da individualidade de cada pessoa também pode influenciar”

“Trouxe dicas interessantes, mas sugiro apontar literaturas, cursos da área e casos de sucesso”

“As orientações estão claras para auxiliar os professores a lidar não só com os alunos DV, mas também com profissionais como eu. Precisa haver a quebra das barreiras atitudinais para que haja uma conexão entre professores/educandos e profissionais com deficiência”.

“Sem dúvidas aprendi muito com a leitura do produto educacional ao mesmo tempo que me proporcionou entender melhor o contexto das pessoas com deficiência visual e até visualizar situações em sala de aula, já ocorridas comigo

que talvez pudesse ter agido ou reagido de modo diferenciado. Sem dúvidas, me dará maior segurança na prática docente”.

“O ensino humanizado deveria ser uma premissa independente de deficiência ou não, contudo sabemos que a grande maioria não exerce tais proposições. Daí a importância de enfatizar o quanto relevante é praticar ações de acessibilidade. Assim, tais práticas estão intrinsecamente ligadas, a acessibilidade deveria estar para as pessoas com deficiência, assim como o humanizado para os humanos e sendo todos humanos, logo, todos seriam beneficiados”.

Registre-se que os demais entendem que tais indicadores trarão contribuições principalmente introdutórias.

PROPOSIÇÃO 6

Sobre a contextualização teoria/prática apresentada no produto educacional, vejamos os excertos abaixo:

Na sequência a autora expôs algumas posições dos participantes e discorreu a respeito de cada uma.

“Discussões crítico-reflexivas deveriam ser alicerce para todos os produtos, manuscritos entre outros produzidos na academia. Com certeza que este produto será base para novos embates em âmbito educacional, adianto que o presente produto também é um ato político de empoderamento para os alunos PcD, pois a partir dele muitos se sentirão confiantes em expressar-se sem os “freios” impostos pela academia. Gratidão por avaliar seu produto”.

A fala acima, denota a importância de se trabalhar escritas pautadas na realidade, nos problemas existentes e com rigor científico. Levantando questões estruturais e apresentando sugestões de reduzir as diversas barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência nos espaços educacionais.

“Sim, este é um produto que pode demandar uma posterior discussão dentro das instituições”.

“São positivas e podem instigar vários debates sobretudo de acordo com a atuação do NAPNE”.

As frases acima são autoexplicativas,

“As expectativas são favoráveis ao uso por equipes gestoras, núcleos especializados e professores. No entanto, em determinados trechos observa-se afirmações personalizadas que talvez, não favorecem para o uso na integralidade, uma vez que fica evidente convicções pessoais transcritas e que, sem dúvida, pode gerar algum entrave ou mal-estar no seu uso. Desse modo, pensamos que trazer uma linguagem crítico-reflexiva é importante, mas tomando os devidos cuidados para não transparecer apenas impressões pessoais, como assim o vi na escrita em algumas passagens. Lembremo-nos de sempre zelar pela impessoalidade, mesmo que não plena, na escrita científica. Confesso que vi, em alguns momentos, a fala de uma pessoa magoada por não ter sido atendida a contento, o que é válido como um relato de experiência, mas não para um produto educacional, que deve ter comorequisito uma boa replicabilidade e com essas fortes impressões pessoais pode ser inviabilizada”.

Frente a este excerto, a autora do mencionado produto educacional, deixa claro que o relatante muito contribuiu com outras respostas relevantes além desta, porém o que chama a atenção é o fato dele ser enfático quanto o caráter de personalidade em alguns trechos da escrita do produto educacional, sendo que a autora (pessoa com deficiência visual) é sujeito da pesquisa. Assim sendo, ela se manifesta na condição de sujeito reflexivo que além de escrever sobre o processo de inclusão, vivencia tal realidade. Seria covardia de sua parte ter oportunidade de “gritar” dores, apagamentos, silenciamentos, descasos, entre outras situações, de milhares de pessoas com deficiência que são elididas de seus direitos e “adestradas” a achar isso natural e ter vivenciado tantas dificuldades sem apoio, analisado os dados da pesquisa que vão ao encontro de seus posicionamentos e não fazer nada.

Registre-se que na primeira etapa da pesquisa em questão que teve como um dos resultados este produto educacional, houve participação de nove (9) estudantes com deficiência do IFAC/CRB e oito (8) destes, relataram com outras palavras em situações diferentes, sobre as barreiras existentes e dificuldades enfrentadas, como os senhores puderam verificar no artigo sobre a análise diagnóstica no IFAC/CRB, portanto, o “espelho” da realidade discutida não pode refletir em personalidade da autora.

A seguir destacou-se o posicionamento de um dos respondentes do questionário em discussão, o qual demonstra que na academia ainda há um certo

controle do que se pode ou não levar a público. Mesmo que simbolicamente, a autora desta pesquisa acredita que expor fatos reais de modo científico na escrita é um ato de resistência e existência que ela segue praticando, ainda que não seja confortável a determinados sujeitos e grupos.

“O produto apresentou coragem em apontar falhas institucionalizadas e no mínimo, após a leitura devemos ter um pensamento reflexivo sobre as pessoas com deficiência na instituição”.

É importante salientar que este caráter crítico-reflexivo trazido pelo produto em discussão, teve excelente avaliação pela banca de validação, pois suscita outros olhares, saberes e fazeres a respeito destes recursos didático-pedagógicos, demonstrando que podem ir além de “manuais práticos e instrucionais”, trazendo questionamentos que possam despertar no leitor/usuário reflexões acerca do cotidiano escolar e com isso, surjam novas práticas educativas, ações inclusivas, outras pesquisas e acima de tudo o exercício do bem comum visando uma sociedade colaborativa.

Registre-se que o membro interno da banca de validação disse que lendo este produto educacional aprendeu muitas coisas, principalmente com os indicadores de inclusão na prática para professores de educandos DV e com os temas gerais acerca da inclusão das PcD apresentados no primeiro capítulo e que percebeu o quanto a discussão de cunho colaborativo com os públicos-alvo esclareceu sua análise auxiliando-o significativamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o produto educacional foi pensado numa perspectiva institucional, pois tem públicos-alvo distintos: primeiro capítulo para comunidade escolar em geral; segundo capítulo à gestão institucional; e o terceiro parte I destinada ao NAPNE e parte II aos professores, enquadra-se como recurso educacional de cunho colaborativo, cuja finalidade visa possibilitar práticas docentes acessíveis objetivando um ambiente inclusivo, no qual a inclusão não só das pessoas com deficiência, como também demais grupos histórico-socialmente excluídos possam sentir-se acolhidos, pertencentes à comunidade plural, tendo seus direitos respeitados, sem que sua identidade se resuma a características físicas, sensoriais, intelectuais, cor da pele, gênero ou sexualidade. Uma ressignificação social assim, utopia possível requer esforços coletivos.

Este instrumento de avaliação de produtos educacionais no ensino remoto, foi utilizado pela banca de defesa da dissertação e do produto educacional demonstrado. A defesa ocorreu em 16 de junho/2021 às 14 horas IFAC/CRB ProfEPT/Acre, pelo Google Meet com participação de cerca de 20 pessoas. Na ocasião a Banca avaliadora afirmou ter sido de grande relevância para que pudesse validar o produto sabendo que terá utilidade, pois foi discutido com o público-alvo que será beneficiado, além de apresentar uma análise que permite os colaboradores sugerirem melhorias nos recursos educacionais em construção. Assim, trata-se de um instrumento já aprovado, o qual recebeu elogios da Banca em questão.

As contribuições oriundas dos participantes da avaliação e da banca de validação do produto foram de grande relevância, haja vista que as sugestões de aperfeiçoamento do referido produto educacional foram significativas, portanto, a maioria acatadas pelos autores, deixando claro a importância de análises e discussões assim, para sanar possíveis necessidades de ajustes, a fim de garantir melhor qualidade a tais recursos educacionais. Isto responde de modo efetivo os objetivos da escrita em tela que buscou apresentar estratégias de avaliação e auxiliar a banca de validação do produto educacional tematizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto MEC nº 9.057**, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o Art. 80 da LDB nº 9394/96. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503>. Acesso em 27 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.146**, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 09 out. 2019.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Jaqueline Moll: educação integral uma nova forma de viver a vida. Por Thais Paiva. Publicado dia 28/11/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/jaqueline-moll-educacao-integral-e-uma-nova-forma-de-viver-a-vida/>. Acesso em 20 de nov de 2020.

NUNES, Gouvêa, P., NOGUEIRA Paniago, R., & SARMENTO, T. (2020). **A docência nos Institutos Federais em tempos pandêmicos: provocações teóricas**. *Itinerarius Reflectionis*, 16(1), 01-21.

MORAN, José. **Mudando a educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania; aproximações jovens. Vol. II. UEPG, 2015.

SANTOS, Boaventura Sousa dos. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Editora Almerinda, 2020.

SANTANA, I. L. de O.; IANDRA MARIA WEIRICH DA SILVA COELHO. **Concepção e validação de um produto educacional direcionado aos telecentros escolares** (Design and validation of an educational product directed at school Telecentres). *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, Brasil, v. 6, n. ed.especial, p. e106020, 2020

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, apresentou-se os elementos constitutivos da presente pesquisa, bem como o percurso metodológico dispensado a cada um destes elementos, convertidos em dois resumos expandidos, quatro artigos científicos, além de introdução, considerações finais e produto educacional, objetivando contribuir com a inclusão dos educandos com deficiência com ênfase na deficiência visual no Instituto Federal do Acre *Campus* Rio Branco /(IFAC/CRB).

Embora reconheçamos que uma pesquisa de mestrado focaliza ao máximo a temática selecionada a ser estudada, analisada e discutida, sabe-se que uma temática como a inclusão de pessoas com deficiência nos espaços educacionais é de complexa análise, e assim sendo, não há como separar determinados subtemas apenas para abordar a deficiência visual por exemplo, como é o caso do capacitismo, legislação específicas para as PcD, Educação Especial, Educação Inclusiva etc. Então depreende-se que toda vez que se faz um estudo no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência há um alcance do geral para o específico, não só na escrita, mas também no cotidiano. Por isso, destacamos que a pesquisa tem fins inclusivos com enfoque na deficiência visual.

Por se tratar de uma temática atual nas discussões educacionais, mas arcaica no trato dado às PcD da antiguidade à contemporaneidade, a Educação Especial tem duas roupagens a de mocinha e de vilã, visto que assume atualmente o status de modalidade educacional de caráter transversal, todavia, outrora incumbia-se da exclusão absoluta, da segregação, do extermínio, do silenciamento e invisibilidade destes indivíduos. Como forma de fundamentar tal discussão, trouxemos os resumos expandidos para ilustrar as barreiras enfrentadas por estas pessoas, as quais estão arraigadas no contexto histórico-cultural, político e econômico e que o processo de inclusão acontece essencialmente a partir da linguagem adaptativa, seja, por meio de recursos, serviços ou flexibilização curricular.

Os artigos foram elaborados a partir dos aspectos teórico-práticos com vistas a responder as hipóteses levantadas durante a pesquisa, bem como identificar outros possíveis problemas existentes na referida instituição. Registre-se que de fato sugeriram várias questões a respeito da falta de acessibilidade aos discentes PcD/DV, o que muito contribuiu para uma produção textual crítico-reflexiva numa

perspectiva colaborativa, visando uma instituição ciente de seu papel formativo e que atue continuamente com práticas educativas condizentes com os propósitos de um ensino integrado.

A metodologia adotada possibilitou que os objetivos propostos fossem alcançados, pois a abordagem qualitativa, o método estudo de caso, e a tematização como análise dos dados, flexibilizaram o campo de análise, dando ênfase aos aspectos qualitativos sob múltiplos olhares no tocante ao processo inclusivo dos discentes com deficiência visual fazendo uma leitura crítica da realidade institucional. Haja vista que o discurso constante nos documentos do mencionado *Campus*, narra um ambiente acolhedor e bem próximo do ideal, porém na prática ainda as barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas, e tecnológicas seguem obstruindo os desenvolvimentos destes educandos.

Os achados da pesquisa demonstraram diversas fragilidades frente à inclusão no IFAC/CRB, como a falta de profissionais especializados (equipe multiprofissional) para o atendimento/acompanhamento tanto dos alunos PcD, quanto dos professores, além dos demais setores, posto que vivemos numa sociedade excludente e não adianta “enxugar gelo” dizendo que já se tem um corpo docente capacitado, educadores inclusivos, uma política de inclusão etc. Porque na realidade muitas vezes até os núcleos de acessibilidade desconhecem seu real significado.

A verdade é que o processo inclusivo vem ocorrendo timidamente, apesar da legislação vigente, os sistemas de ensino ainda resistem encarar a educação inclusiva como um direito de todos e quando se trata de educação inclusiva não se restringe às PcD e sim a todos os alunos, sendo dever da escola trabalhar com vieses de formar pessoas para conviverem em sociedade e serem capazes de promover transformação em si mesmas e nas demais que façam parte de suas comunidades. Almejando assim, um devir social mais humano e menos individualista.

Ante o exposto, compreendeu-se que o IFAC *Campus* Rio Branco, apresenta ações de inclusão fragmentadas, sem planejamento e emergencial, demonstrando fragilidade setorial, tais ações são eventuais e decorrem de setores isolados como o NAPNE e a diretoria de ações inclusiva, deixando claro que não há uma política institucional de inclusão o que culmina em precariedade dos recursos e serviços ofertados.

Cabe destacar que o referido *Campus*, mesmo com todos os desafios de acessibilidade vem avançando gradativamente, tendo em vista que alguns professores inclusive deste mestrado (ProfEPT), demonstram interesse pela temática inclusão, grande parte do alunado, convivem salutamente no cotidiano escolar com as PcD, e o fato de algumas pesquisas de mestrado estarem voltadas à inclusão sendo duas delas pelos discentes DV.

É relevante notar que o sujeito pesquisador com deficiência que faz uso dos recursos e serviços de acessibilidade, num cenário de sujeito reflexivo em se tratando da panorâmica de ser ou não incluído, certamente terá contribuições significativas, pois um olhar de quem vivencia as dificuldades diárias frente a realidade estampada no senso comum, embalada pelo capacitismo, e enraizada nos contextos culturais, educacionais, políticos e econômicos, poderá apontar caminhos colaborativos de respeito às diferenças e promoção do bem comum.

Tais indicadores de inclusão na prática estão discriminados no produto educacional vinculado à dissertação em tela. Com isto, buscou-se contribuir com a instituição como um todo, visto que durante as etapas de coleta de dados em campo, mostrou uma enorme lacuna entre os principais setores interventivos em efetivar articulação entre si e demais agentes diretos de inclusão: professor/aluno/NAPNE/gestão, sendo assim necessário apresentar uma proposta colaborativa que possa auxiliar significativamente no sentido de reduzir as diversas barreiras existentes no cotidiano da sala de aula.

Assim sendo, o referido produto educacional mesmo com públicos-alvo distintos: primeiro capítulo para comunidade escolar em geral; segundo capítulo à gestão institucional; e o terceiro parte I destinada ao NAPNE e parte II aos professores, enquadra-se como recurso educacional de cunho colaborativo, cuja finalidade visa possibilitar práticas docentes acessíveis objetivando um ambiente inclusivo, no qual a inclusão não só das pessoas com deficiência, como também demais grupos histórico-socialmente excluídos possam sentir-se acolhidos, pertencentes à comunidade plural, tendo seus direitos respeitados, sem que sua identidade se resuma a características físicas, sensoriais, intelectuais, cor da pele, gênero ou sexualidade. Uma resignificação social assim, (utopia possível) requer esforços coletivos, de difícil efetivação, porém necessário.

10 APÊNDICE A

Obs: este termo foi o modelo aqui adotado, porém ajustado a cada instrumento e procedimentos da pesquisa. (questionários, entrevistas, grupos focais, etc).

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu Antonia Diniz, mestranda do Instituto Federal do Acre - IFAC sob a orientação do Dr César gomes de Freitas estou realizando um estudo intitulado: **A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA**

O público-alvo é constituído por estudantes DV, Professores NAPNE e gestão do IFAC /CRB. Os procedimentos metodológicos de coleta de dados: empíricos decorre de questionários, entrevistas, grupo focal.

a) Com intuito de colaborar com o processo de inclusão na referida instituição pedimos sua contribuição. Neste sentido, convido você a participar da referida pesquisa.

b) A sua participação na pesquisa consiste em responder a procedimentos simples, para isso será necessário registrar falas, podendo ser destacadas no artigo apresentado, sem qualquer identificação.

c) , por e-mail, ou via Watsapp, Os benefícios esperados com essa pesquisa são:

1. Compreender o processo de inclusão no IFAC;
2. Possibilitar melhorias de acesso ao ensino e aprendizagem dos estudantes DV;
3. Apresentar a realidade vivenciada por estes acadêmicos
4. No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado, mas os resultados do estudo poderão contribuir para o avanço científico e por conseguinte com a inclusão dos alunos DV.

d) A pesquisadora, responsável por este estudo poderá ser localizada no

endereço de e-mail:antonia.diniz1@gmail.com e no tel 999435491 e qualquer constatação sobre o transcurso do mestrado, também pode ser esclarecida no Instituto Federal do Acre, Av. Brasil, nº 920, Bairro Xavier Maia, Rio Branco - AC CEP 69.903-068 - Coordenação de Mestrado.

e) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, e solicitar que lhe devolvam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

f) Qualquer informação que vier a ser divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que seja preservada sua identidade e mantida a confidencialidade dos dados coletados. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo transcrita a entrevista e encerrada a pesquisa o conteúdo será desgravado ou destruído.

g) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

h) Fica assegurada uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao participante da pesquisa, sendo este documento assinado, em todas as páginas, pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa.

Eu, , declaro que li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo intitulado: **“A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE SOB MÚLTIPLOS OLHARES NUMA PERSPECTIVA COLABORATIVA”**, do qual concordei em participar de livre e espontânea vontade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem ter que justificar minha decisão e nem sofrer quaisquer tipos de coação ou punição. Tenho conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado pela minha participação e que não serei identificado nas publicações dos resultados da pesquisa.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assino abaixo e nas demais páginas deste TCLE como prova do meu Consentimento Livre e Esclarecido em participar da pesquisa.

(Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

Digital

Pesquisador

Nome:

Rio Branco - AC, 2021.

11 APÊNDICE B

Instrumentos da Pesquisa

Este questionário tem por finalidade analisar a percepção docente frente a realidade do processo inclusivo no Ifac, campus Rio Branco

Questão 01

Assinale com x as seguintes assertivas:

A), É professoro (a) do ensino técnico integrado / Ifac? Sim () não ()

B), O senhor (a) acredita que a Inclusão dos estudantes com deficiência já é uma realidade no referido Instituto? Sim () ocorre de forma gradativa () não ()

C), já teve alunos com deficiência em suas turma? Sim () não ()

D), A instituição em tela por meio do NAPNE oferece condições adequadas a promover um currículo acessível aos educandos com deficiência? Sim () não () não sei opinar ().

Questão 02

Ante o processo de Inclusão dos discentes com deficiência no ensino regular, como você avalia? Excelente () bom () regular () ruim () péssimo ().

Questão 03

Considerando sua trajetória educacional no tocante a formação para lidar com alunos com deficiência, você considera: satisfatória () insatisfatória () indiferente ().

Questão 04

Tendo em vista que o processo formativo do professor não depende só do sistema educacional, você se considera preparado para lidar com a Inclusão na sala de aula? Sim () não () parcialmente (). Assinale apenas as ou a deficiência que você se sente capaz de mediar o conhecimento: cegueira () surdez () autismo () intelectual () física () múltipla ().

Questão 05

Sabemos que no Brasil, existe um arcabouço de leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, porém estas pessoas ainda enfrentam diversas barreiras, inclusive no percurso educacional. No que tange a urgência de mudança de postura dos educadores no sentido de autorreflexão nesse processo, você acredita que é possível reduzir tais barreiras principalmente as barreiras atitudinais? Sim () não ().

Questão 06

já lecionou ou leciona em turma que tenha estudante cego? Se sim, relate como foi esta experiência.

Questão 07

Na sua opinião, uma escola inclusiva é: Descreva.

Questão 08

Levando em conta as dificuldades enfrentadas ante a realidade institucional do Ifac Campus Rio Branco, você entende que este espaço escolar é inclusivo? Sim () não () regular ().

Questão 09

Nos últimos anos a temática Educação Inclusiva vem ganhando notoriedade nos âmbitos político, educacional e científico, Nesse sentido, argumente sobre a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento dos processos pedagógicos no que se refere a Inclusão escolar de estudantes com deficiência.

Questionário de Pesquisa para alunos PcD ifac / CRB

Este questionário tem por finalidade analisar a percepção dos alunos com deficiência frente a realidade do processo inclusivo no Ifac, campus Rio Branco

Questão 01

Assinale com x as seguintes assertivas:

A), Você acredita que a Inclusão dos estudantes com deficiência já é uma realidade no Instituto Federal / AC? Sim () ocorre de forma gradativa () não ()

B), O NAPNE oferece condições adequadas a promover um currículo acessível aos educandos com deficiência? Sim () não () não sei opinar ().

C) Você faz uso de algum materiais adaptados pelo NAPNE? Sim () não ()

D) Tem domínio da Tecnologia Assistiva? Sim () não () não usa ().

Questão 02

Como você avalia o apoio ofertado pelo NAPNE para sua permanência no ensino regular? Excelente () bom () regular () ruim () péssimo ().

Questão 03

Assinale qual sua deficiência: cegueira () surdez () autismo () intelectual () física () múltipla () outros ().

Questão 04

No Brasil, existe um arcabouço de leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, porém estas pessoas ainda enfrentam diversas barreiras, inclusive no percurso educacional. Sendo assim, quais as Principais barreiras que você enfrenta no espaço escolar? Obs: poderá marcar até todas: Atitudinais () comunicacionais () informacionais () pedagógicas () tecnológicas ().

Questão 05

Levando em conta as dificuldades enfrentadas ante a realidade institucional do Ifac Campus Rio Branco, você entende que este espaço escolar é inclusivo e acolhedor?

Sim () não () regular ().

Questão 06

Qual a sua percepção em relação aos professores do Ifac Campus Rio Branco, quanto a formação docente para lidar com alunos com deficiência. Você considera que eles estão preparados? Sim () não () parcialmente ().

Questão 07

Na sua opinião o NAPNE deveria dispor de uma equipe multiprofissional com psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, pedagogo, e especialistas em Educação Inclusiva para acompanhar os alunos PcD e desenvolver estratégias e ações junto a gestão e educadores em prol da inclusão? Sim () não () indiferente ()

Questão 08

Você gostaria que o Ifac tivesse um laboratório de tecnologias assistivas, onde os estudantes com deficiência recebessem capacitação para utilizar os recursos de acessibilidade, além da produção de materiais adaptados para facilitar o ensino e aprendizagem? Sim () não () indiferente ().

Questão 09

Relate como você se sente na condição de PcD, sofre discriminação? Preconceito? Bullying? Ou não, se gosta de estudar No Ifac CRB e se tem alguma coisa a ser melhorada

Questionário aberto destinado aos servidores lotados no NAPNE

Roteiro norteador:

1 Breve histórico sobre sua atuação profissional;
2 Relate acerca dos desafios enfrentados tanto pelos alunos PcD quanto pelos profissionais;

3 Comente a respeito das ações desenvolvidas pelo NAPNE e como você percebe o processo de inclusão das PcD/DV no IFAC/Campus Rio Branco

QUESTÕES A SER TEMATIZADAS NO GRUPO FOCAL

TEMA: A Inclusão de discentes com deficiência visual no Ifac Campus Rio Branco

Subtema 1 NAPNE

Na primeira etapa da pesquisa cerca de 20% do alunado /PcD e 30% dos professores /Ifac /CRB, Participaram, e a maioria concordam que o NAPNE não atende de modo satisfatório as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência.

Ante o exposto, argumentem acerca de suas percepções sobre os serviços ofertados pelo NAPNE aos professores e educandos DV.

Subtema 2

Formação Continuada de professores

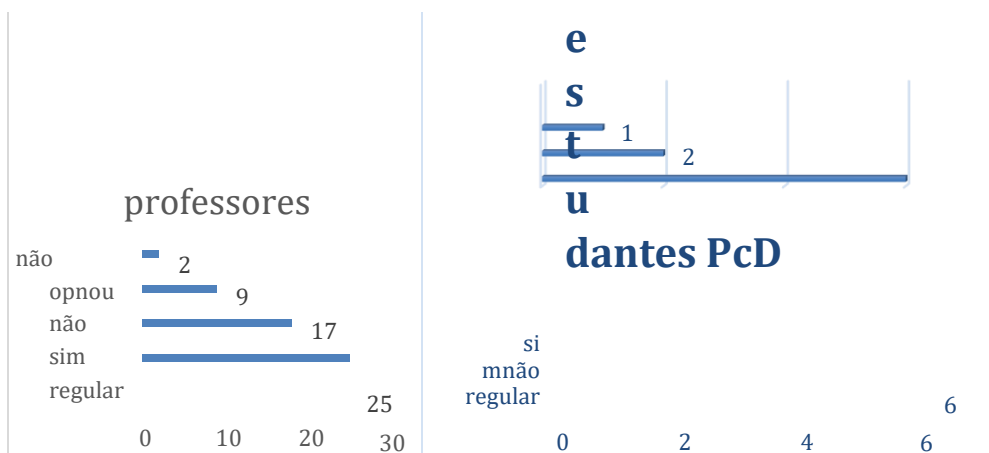
Os dados da primeira etapa da pesquisa também mostram que os professores indagados afirmam não estarem preparados para lidar satisfatoriamente com estudantes PcD e as respostas da maioria dos educandos coincidem com o lhar docente sobre o processo formativo no âmbito da Inclusão

Nesta perspectiva, argumente sobre o processo formativo docente, dificuldades enfrentadas habilidades adquiridas etc

Subtema 3

Inclusão na prática

A Ilustração abaixo, apresenta a percepção dos professores e alunos PcD participantes desta pesquisa, objetivando verificar se o Ifac (CRB) é inclusivo.



E ainda na primeira etapa da pesquisa em tela, os alunos PcD todos que participaram suscitam que o Ifac disponha de um laboratório de Tecnologia Assistiva e que o NAPNE deve capacitá-los ao uso da mesma, além disso, o NAPNE precisa atuar com uma equipe multiprofissional para propiciar um ambiente inclusivo e que a instituição pautar-se na colaboração mútua.

Diante disto, relacionem fatores positivos ou negativos, que influenciam no processo de inclusão dos discentes com deficiência visual /DV, no referido Campus.

Subtema 4

Política Institucional de Inclusão

Para dá solidez ao objetivo da pesquisa em tela, foram entrevistados todos os estudantes DV ativos no Ifac CRB (3 alunos DV), os quais entendem que o processo de inclusão não depende apenas dos professores, mas sim de toda comunidade escolar e que não há condições de proporcionar ambientes inclusivos sem que haja uma tomada de posição por parte da instituição.

Como os senhores (as) avaliam esta proposição?

Subtema 5

Barreiras Educacionais

Voltando os dados já tematizados, identificou-se que as principais barreiras presentes no cotidiano dos alunos PcD são as atitudinais e comunicacionais.

Na opinião dos senhores (as) o que deve ser feito afim de reduzi-las?

Sub tema 6

12 APÊNDICE C

Produto Educacional

Dos 3 estudantes com deficiência visual entrevistados, 2 sugerem que o produto educacional resultante desta, pesquisa seja uma minuta de política institucional de inclusão a ser submetida aos órgãos colegiados afim de assegurar os direitos das PcD na prática, visto que o formato inclusivo atual não contempla satisfatoriamente as necessidades educacionais específicas dos estudantes PcD /DV.

Pondere acerca do tema supracitado e considere suas dificuldades em lidar com este alunado e aponte se concorda com os alunos DV ou o que na sua visão contribuirá efetivamente para viabilizar acessibilidade curricular numa perspectiva inclusiva.

Indagações acerca do processo de inclusão no IFAC /CRB destinadas à gestão

TEMA: A Inclusão de discentes com deficiência visual no Ifac Campus Rio Branco

Subtema 1 NAPNE

Na primeira etapa da pesquisa cerca de 20% do alunado /PcD e 30% dos professores /Ifac /CRB, Participaram, e a maioria concordam que o NAPNE não atende de modo satisfatório as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência. Fato semelhante persistiu na segunda etapa realizada via entrevistas (Google Meet) com os estudantes DV e por conseguinte na terceira etapa (grupo focal via Meet) com dez (10) docentes que tem alguma experiência com alunos DV.

Ante o exposto, argumente acerca de suas percepções sobre os serviços ofertados pelo NAPNE aos professores, educandos DV e gestão institucional.

Subtema 2

Formação Continuada de professores

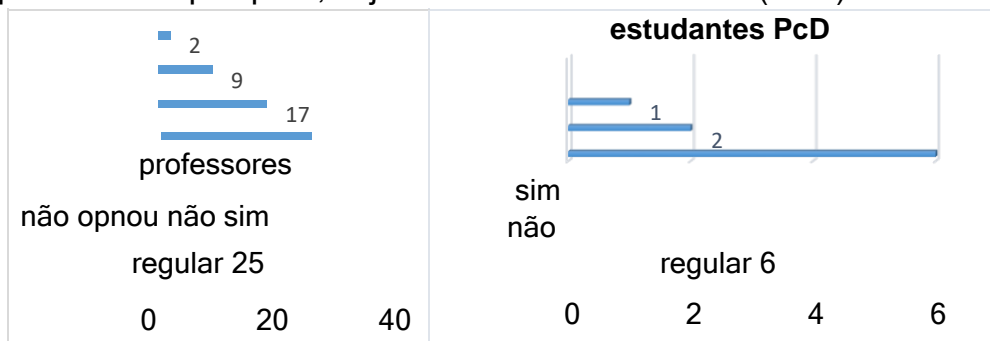
Os dados da pesquisa também mostram que os professores indagados afirmam não receber formação continuada na área da inclusão e tão pouco estão preparados para lidar com estudantes PcD e as respostas da maioria dos educandos PcD coincidem com olhar docente sobre o processo formativo no âmbito da Inclusão

Nesta perspectiva, argumente sobre o processo formativo docente frente a realidade institucional, se existe ações neste sentido de formação continuada de professores para atuarem com alunos PcD e como elas acontecem.

Subtema 3

Inclusão na prática

A Ilustração abaixo, apresenta a percepção dos professores e alunos PcD participantes desta pesquisa, objetivando verificar se o Ifac (CRB) é inclusivo.



Complementando o exposto, os alunos PcD todos que participaram da pesquisa, suscitam que o ifac disponha de um laboratório de Tecnologia Assistiva e que o NAPNE deve capacitá-los ao uso da mesma, além disso, o NAPNE precisa atuar com uma equipe multiprofissional para propiciar um ambiente inclusivo e que a instituição paute-se na colaboração mútua.

Diante disto, você considera o IFAC um espaço educacional inclusivo? E se falta as mínimas condições para proporcionar acessibilidade educacional como uma equipe multiprofissional especializada em Educação Especial na perspectiva inclusiva, um laboratório de Tecnologia Assistiva, formação continuada de professores ante ao processo inclusivo e um planejamento antecipado quanto o acesso, permanência e conclusão de cursos pelas PcD, como o IFAC /CRB pretende sanar estes problemas?

Subtema 4

Política Institucional de Inclusão

Para dá solidez ao objetivo da pesquisa além dos alunos PcD em geral, na segunda etapa da pesquisa foram entrevistados todos os estudantes DV ativos no Ifac CRB (3 alunos DV), os quais entendem que o processo de inclusão não depende apenas dos professores, mas sim de toda comunidade escolar e que não há condições de proporcionar ambientes inclusivos sem que haja uma tomada de posição por parte da instituição, situação reafirmada pelos professores participantes da pesquisa em tela.

Como os senhor (a) avalia esta proposição?

Subtema 5

Barreiras Educacionais

Voltando os dados já analisados, identificou-se que as principais barreiras presentes no cotidiano dos alunos PcD são as atitudinais e comunicacionais.

Na opinião do (a) senhor (a) o que deve ser feito afim de reduzi-las?

Subtema 6

Frente as manifestações do público participante do estudo em questão, ficou claro que a referida instituição não dispõe de uma política institucional de inclusão e que as ações inclusivas ocorrem de forma fragmentada, emergencial e paliativa. O que a equipe gestora tenciona para resolução desta problemática institucional?

Roteiro de entrevistas com os estudantes DV/IIFAC/CRB

Este roteiro norteador da presente entrevista tem por objetivo indagar sobre o processo de inclusão dos estudantes com deficiência visual no Ifac Campus Rio Branco /CRB, com vistas à elaboração de um produto educacional que proporcione condições efetivas de acessibilidade curricular, didático-pedagógica, aos discentes DV do referido Campus

Pergunta 01

Na primeira etapa da pesquisa cerca de 20% do alunado /PcD e 30% dos professores /Ifac /CRB, Participaram, e a maioria concordam que o NAPNE não atende de modo satisfatório as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência

Ante o exposto, o que você sugere ao NAPNE: quais recursos, intervenções, atitudes etc, deve adotar para viabilizar efetivamente igualdade de condições aos Educandos DV com estudantes normovisuais?

Pergunta 2

Os professores indagados afirmam não estarem preparados para lidar satisfatoriamente com estudantes PcD e as respostas da maioria dos educandos coincidem com o lhar docente sobre o processo formativo no âmbito da Inclusão

Nesta perspectiva, o que você propõe a ser trabalhado com os professores no sentido de contribuir com ensino para DV?

- (a) Curso de formação continuada de professores;
- (b) Oficina com três momentos: 1 acessibilidade atitudinal, 2 Os direitos das PcD no cotidiano da sala de aula, 3 Produção de materiais adaptados.
- (c) Palestras com especialistas em formação docente para pessoas DV?

- (d) Uma apostila contendo instruções sobre o ensino e aprendizagem dos discentes DV?
- (e) Outras opções?

Pergunta 3

Quais suas maiores dificuldades no que tange o acesso ao currículo escolar?

Proposição 4

Na primeira etapa da pesquisa em tela, os alunos PcD todos que participaram suscitam que o ifac disponha de um laboratório de Tecnologia Assistiva e que o NAPNE deve capacitá-los ao uso da mesma, além disso, o NAPNE precisa atuar com uma equipe multiprofissional para propiciar um ambiente inclusivo.

Relate sobre seu ponto de vista acerca das proposições acima.

Proposição 5

Aponte quais os fatores que influenciam no processo inclusivo dos alunos DV/ Ifac /CRB?

(a) positivos)

Negativos).

Proposição 7

Comente sobre seu cotidiano em sala de aula e pontue como acontecem: as ações inclusivas, as adaptações, a empatia, o preconceito, ,etc. Item 8 Por fim mencione o curso a que está matriculado.

13 APÊNDICE D

AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL INTITULADO: PROPOSTA INSTITUCIONAL DE ENSINO ACESSÍVEL PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Devido a pandemia da Covid 19 não foi possível aplicar o PE no IFAC/CRB. Por essa razão adotamos dois procedimentos que possam auxiliar a banca examinadora no processo de validação do mesmo. Para tanto, realizou-se uma reunião com os profissionais do CAPDV/AC, educandos UFAC e rede estadual e especialistas em Educação Especial na perspectiva inclusiva e por fim, refez-se o grupo focal com a maioria dos professores que tem alguma experiência com DV, os quais já haviam participado da pesquisa, cujo PE está vinculado.

Resumo da reunião via Meet sobre avaliação do produto educacional com os profissionais do Centro de Apoio Pedagógico para pessoas com deficiência visual CAP/AC e estudantes DV da UFAC e da rede estadual

A discussão teve duração de 3 horas.

Em 14/04/21, às 15 horas iniciamos a apresentação dos participantes, compareceram 14 pessoas, a professora do IFAC Valdirene Nascimento de Oliveira mediadora, três especialistas do CAPDV e uma especialista em Educação Inclusiva da UFAC/NAI e nove (9) estudantes com deficiência visual.

Apresentamos o produto educacional e a autora fez a arguição acerca de cada capítulo, tópicos, esclarecimentos etc., ao final de sua explicação, todos puderam de modo ordenado exporem suas impressões sobre o recurso educacional demonstrado.

As três professoras do CAPDV fizeram suas considerações positivas, enfatizaram que trata-se de uma proposta necessária a todas as instituições de ensino, inclusive ao CAPDV, pois reflete um cenário legítimo trazido por uma pessoa com DV, bem fundamentado e claro, de extrema relevância no sentido de chamar todos os atores envolvidos a atuarem numa perspectiva integrada.

O que a especialista da UFAC argumentou vai ao encontro do posicionamento das demais profissionais já citadas, disse que sentiu-se muito contemplada com os indicadores de inclusão contidos no PE, sugeriu que fosse adotado também na UFAC por que embora muitas das ações apontadas já sejam trabalhadas lá pela autora do referido recurso educacional, com a formalização documental destas e de muitas outras ações se tornam mais palpáveis (visíveis), dando maior visibilidade prática e serem executadas.

Dos nove (9) estudantes DV, sete (7) se manifestaram favoráveis a validação deste produto educacional, fizeram discursos importantíssimos relatando suas trajetórias e dificuldades enfrentadas, foram enfáticos em afirmar que a proposta em questão lhes representa de modo genuíno, “expõe nossa dor e oferece melhorias reais e a maioria simples de serem executadas”. Já as duas pessoas (2) que não deram sua opinião no momento da reunião, uma mandou mensagem para autora que achou bastante válido, uma iniciativa importante em prol da inclusão. E a outra, segundo sua mãe informou, é bastante tímida e por essa razão não falou sobre, mas disse a sua mãe que gostou da proposta.

O trabalho teve uma excelente avaliação tanto na organização dos textos, imagens, cores, quanto no conteúdo apresentado.

Assim, pôde-se compartilhar com os pares da autora DV e profissionais especializados. Tencionamos com isto, dá autenticidade a este PE para que ele possa auxiliar, construindo ensino acessível às PcD/DV em diversos espaços educacionais.

Análise dos dados acerca da avaliação docente e profissionais do AEE/UFAC/CRB, acerca do produto educacional da mestrandia Antonia Diniz

O referido grupo focal foi realizado em 23/04/2021 com professores e profissionais da Educação Especial na perspectiva inclusiva, com a finalidade de apresentar o produto educacional da mestrandia Antônia Diniz.

O produto educacional foi repassado aos participantes do grupo focal com objetivo dessa avaliação descrita nas respostas às proposições subsequentes.

Esse instrumento de pesquisa de campo, serviu de base para que os professores que já haviam participado do primeiro grupo focal na terceira etapa da pesquisa e profissionais da Educação Especial na perspectiva inclusiva, Ifac/CRB pudessem avaliar o produto educacional acima disposto.

Questionário aos participantes do grupo focal ocorrido em 23/04/2021 às 16 horas via Meet (professores e profissionais especializados em educação inclusiva/IFAC)

O referido grupo focal teve por objetivo apresentar o produto educacional da mestranda Antonia Diniz, com intuito de compartilhar os propósitos trazidos nesta proposta institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual, bem como pedir a contribuição de cada um participante no sentido de avaliar quanto a relevância nos aspectos inclusivos para a instituição assim como as possibilidades de replicação por outras instituições.

O presente instrumento de pesquisa está respaldado em Fontoura (2011), composto por seis (6) proposições de caráter semiestruturado.

- 01 – Tendo como base a pesquisa a qual o produto educacional em questão está vinculado, sendo este uma resposta prático-reflexiva aos problemas identificados. Quais suas expectativas sobre o produto educacional como o apresentado?
- 02 – Como você avalia o produto como recurso educacional numa perspectiva institucional, haja vista que se fosse diferente não seria fidedigno aos achados da pesquisa que desde sua primeira etapa sinalizou que, para se construir um ambiente inclusivo, necessita-se de ações de colaboração mútua.
- 03 - Relate acerca de suas impressões quanto a elaboração estética do referido produto educacional.
- 04 - Considerando os indicadores de inclusão, discriminados nos capítulos II e III, o senhor (a) acredita que são exequíveis e replicáveis por outras instituições de ensino?
- 05 – Na condição de professor de educandos cegos e com baixa visão, as proposições que tratam especificamente a respeito de como o professor (a) pode

ofertar um ensino humanizado e acessível, são relevantes e lhe auxiliaria lidar de forma mais segura e adequada com os estudantes DV?

06 – Perceba que o produto educacional em discussão traz uma dinâmica organizacional contextualizando teoria e prática, tendo consistência legal e conteúdo crítico-reflexivo. Avalie se tais características são positivas e com potencial de instigar novos recursos de acessibilidade institucional.

Percepções de educadores do ifac/crb acerca do produto educacional

Intitulado Proposta Institucional de ensino acessível para educandos com deficiência visual

Participaram oito (8) pessoas: sete docentes, sendo cinco (5) doutores, uma doutora, uma doutoranda e um revisor Braille.

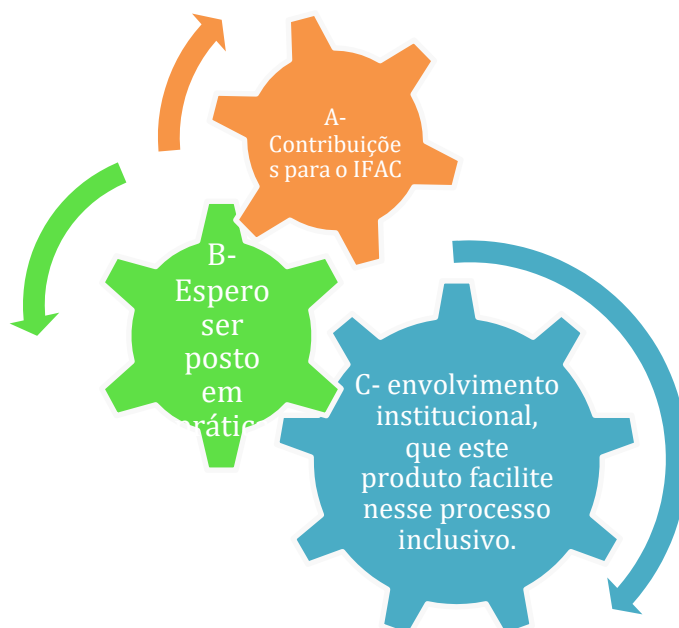
Analise com base nas respectivas questões do instrumento de pesquisa (questionário) acima disposto.

Proposição 01

Destacou-se de modo geral o entendimento sobre o que se espera do referido produto educacional e específico nas falas dos participantes na forma de infográficos e textos.

- Todos mencionaram que suas expectativas são positivas, que este recurso educacional possa auxiliar no processo de inclusão no IFAC.

A seguir explanou-se as manifestações dos sujeitos da pesquisa em questão Chamados nesta primeira proposição de: A, B, C, D, E, F e G.



Participante A- “Aborda uma temática de alto impacto social e contribui para a construção de uma sociedade e instituições mais inclusivas”.

Participante D- “Enquanto docente da instituição pesquisada espero que seu produto seja lido e relido até haver entendimento que a base para inclusão envolva todos sem distinção de função ou cargo”.

Participante E- “Espero que auxilie no processo inclusivo, deixa claro que não se trata de um manual, mas sim de indicadores que nortearão os professores e demais educadores a lidarem com os alunos PcD/DV”.

Participante F- “Minha expectativa está na resolução dos problemas a que o produto se destina”.

Participante G- “O produto tem potencial de colaborar com os docentes e a instituição como ferramenta de apoio para maior acessibilidade dos deficientes visuais. No produto é apresentado diversos problemas que existem e há sugestões pertinentes”.

Proposição 2

De maneira geral, há um consenso enquanto a relevância do referido recurso educacional ter abrangência institucional, pois os indagados coadunam ser

necessário que todos os setores atuem em colaboração mútua e que as proposições dispostas no produto irão subsidiar o processo inclusivo.

Proposição 3

No que tange aos aspectos estéticos todos concordam que o produto está adequado, suave e agradável, porém com algumas ressalvas:

“Para os normovisuais está bem ilustrado, mas a descrição das imagens para pessoas cegas precisa de ajustes”

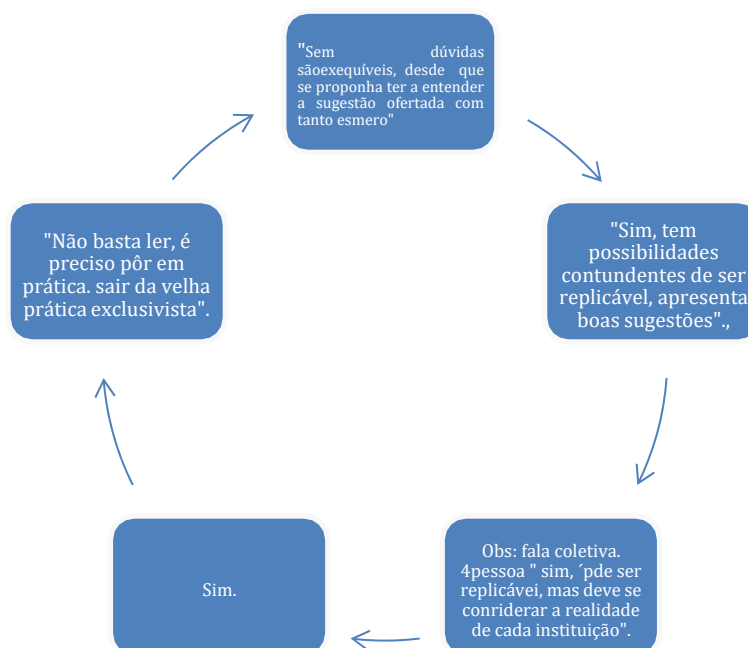
“A mudança brusca de um fundo escuro para um branco achei um pouco desconfortável”.

“Penso que a padronização de tópicos como introdução e capítulos em relação as cores

Ficaria mais agradável visualmente”.

Proposição 4

Indagados sobre o potencial de replicação do referido produto ou de partes do mesmo por outras instituições de ensino, destacaram o seguinte:



Proposição 5

Com relação aos indicadores para o ensino acessível de educandos com deficiência visual, mencionou-se as percepções a seguir:

“Pode ser usado como recomendações iniciais”

“Parcialmente pois depende da individualidade de cada pessoa também pode influenciar”

“Trouxe dicas interessantes, mas sugiro apontar literaturas, cursos da área e casos de sucesso”

“As orientações estão claras para auxiliar os professores a lidar não só com os alunos DV, mas também com profissionais como eu. Precisa haver a quebra das barreiras atitudinais para que haja uma conexão entre professores/educandos e profissionais com deficiência”.

“Sem dúvidas aprendi muito com a leitura do produto educacional ao mesmo tempo que me proporcionou entender melhor o contexto das pessoas com deficiência visual e até visualizar situações em sala de aula, já ocorridas comigo que talvez pudesse ter agido ou reagido de modo diferenciado. Sem dúvidas, me dará maior segurança na prática docente”.

“O ensino humanizado deveria ser uma premissa independente de deficiência ou não, contudo sabemos que a grande maioria não exerce tais proposições. Daí a importância de enfatizar o quão relevante é praticar ações de acessibilidade. Assim, tais práticas estão intrinsecamente ligadas, a acessibilidade deveria estar para as pessoas com deficiência, assim como o humanizado para os humanos e sendo todos humanos, logo, todos seriam beneficiados”.

Registre-se que os demais entendem que tais indicadores trarão contribuições principalmente introdutórias.

Proposição 6

Sobre a contextualização teoria/prática apresentada no produto educacional, vejamos os excertos abaixo:

Na sequência a autora expôs algumas posições dos participantes e discorreu a respeito de cada uma.

“Discussões crítico-reflexivas deveriam ser alicerce para todos os produtos, manuscritos entre outros produzidos na academia. Com certeza que este produto será base para novos embates em âmbito educacional, adianto que o presente produto também é um ato político de empondeiramento para os alunos PcD, pois a partir dele muitos se sentirão confiantes em expressar-se sem os “freios” impostos pela academia. Gratidão por avaliar seu produto”.

A fala acima, denota a importância de se trabalhar escritas pautadas na realidade, nos problemas existentes e com rigor científico. Levantando questões estruturais e apresentando sugestões de reduzir as diversas barreiras enfrentadas pelos discentes com deficiência nos espaços educacionais.

“Sim, este é um produto que pode demandar uma posterior discussão dentro das instituições”.

“São positivas e podem instigar vários debates sobre tudo de acordo com a atuação do NAPNE”.

As frases são autoexplicativas.

“As expectativas são favoráveis ao uso por equipes gestoras, núcleos especializados e professores. No entanto, em determinados trechos observa-se afirmações personalizadas que talvez não favorece para o uso na integralidade, uma vez que fica evidente convicções pessoais transcritas e que, sem dúvida, pode gerar algum entrave ou mal estar no seu uso. Desse modo, pensamos que trazer uma linguagem crítico-reflexiva é importante, mas tomando os devidos cuidados para

não transparecer apenas impressões pessoais, como assim o vi na escrita em algumas passagens. Lembremo-nos de sempre zelar pela impessoalidade, mesmo que não plena, na escrita científica. Confesso que vi, em alguns momentos, a fala de uma pessoa magoada por não ter sido atendida a contento, o que é válido como um relato de experiência, mas não para um produto educacional, que deve ter como requisito uma boa replicabilidade e com essas fortes impressões pessoais pode ser inviabilizada”.

Frente a este excerto, a autora do mencionado produto educacional, deixa claro que o relatante muito contribuiu com outras respostas relevantes além desta, porém o que chama a atenção é o fato dele ser enfático quanto o caráter de personalidade em alguns trechos da escrita do produto educacional, sendo que a autora (pessoa com deficiência visual) é sujeito da pesquisa. Assim sendo, ela se manifesta na condição de sujeito reflexivo que além de escrever sobre o processo de inclusão, vivencia tal realidade. Seria covardia de sua parte ter oportunidade de “gritar” dores, apagamentos, silenciamentos, descasos, etc, de milhares de pessoas com deficiência que são elididas de seus direitos e “adestradas” a achar issonatural e ter vivenciado tantas dificuldades sem apoio, analisado os dados da pesquisa que vão ao encontro de seus posicionamentos e não fazer nada.

Registre-se que na primeira etapa da pesquisa em questão que teve como um dos resultados este produto Educacional, houve participação de nove (9) estudantes com deficiência do Ifac/CRB e oito (8) destes, relataram com outras palavras em situações diferentes, sobre as barreiras existentes e dificuldades enfrentadas, como os senhores puderam verificar no artigo sobre a análise diagnóstica no Ifac/CRB, portanto, o “espelho” da realidade discutida não pode refletir em personalidade da autora.

A seguir destacou-se o posicionamento de um dos respondentes do questionário em discussão, o qual demonstra que na academia ainda há um certo controle do que se pode ou não, levar a público. Mesmo que simbolicamente, a autora desta pesquisa acredita que expor fatos reais de modo científico na escrita é

um ato de resistência que ela segue praticando, ainda que não seja confortável a determinados sujeitos e grupos.

“O produto apresentou coragem em apontar falhas institucionalizadas e no mínimo, após a leitura devemos ter um pensamento reflexivo sobre as pessoas com deficiência na instituição”.

Assim, apresentamos as contribuições empíricas, pois acreditamos que irão auxiliar a banca de defesa no processo de validação do recurso educacional apresentado como um dos resultados da pesquisa em tela.